

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações
Internacionais - UNESP / UNICAMP / PUC-SP

**TERRORISMO E INSEGURANÇA NO MUNDO
PÓS 11 DE SETEMBRO**

Thiago Yoshiaki Lopes Sugahara

São Paulo
2008

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações
Internacionais - UNESP / UNICAMP / PUC-SP

**TERRORISMO E INSEGURANÇA NO MUNDO
PÓS 11 DE SETEMBRO**

Thiago Yoshiaki Lopes Sugahara

Dissertação apresentada como
pré-requisito parcial à obtenção
do título de Mestre em
Relações Internacionais, sob
orientação do Prof. Dr. Marco
Aurélio Nogueira

São Paulo
2008

TERRORISMO E INSEGURANÇA NO MUNDO PÓS 11 DE SETEMBRO

Thiago Yoshiaki Lopes Sugahara

Dissertação apresentada à banca Examinadora da Universidade Estadual Paulista, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, sob a Orientação do Prof. Dr. Marco Aurélio Nogueira.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marco Aurélio Nogueira (orientador)
UNESP

Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser
PUC-SP

Profa. Rossana Rocha Reis
USP

Aos meus pais pelo apoio e dedicação
em todos esses anos.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Marco Aurélio Nogueira, meu orientador, pelo apoio e atenção na construção da dissertação.

Aos mestres do Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais por compartilharem conhecimentos e estimular a reflexão ampliando os interesses dessa pesquisa.

Ao Prof. Dr. Tulo pela atenção dedicada em momentos cruciais nestes últimos anos.

Agradecimentos aos Professores Reginaldo Nasser e Shiguenoli Miyamoto pela colaboração que deram na ocasião da banca de qualificação.

Aos colegas de Mestrado pelo convívio enriquecedor.

Aos amigos e familiares que puderam compreender o afastamento temporário que implica a elaboração de uma dissertação de mestrado.

Ao meu irmão que mesmo longe continua me apoiando.

A minha amiga, companheira, parceira e cúmplice Cristina – que soube como poucos enfrentar a queda das torres gêmeas.

RESUMO

A presente dissertação, situada no campo das relações internacionais, analisa os atentados de 11 de setembro como um marco para a história dos Estados Unidos e a política de segurança do governo George W. Bush. A partir das reflexões sobre a *sociedade de risco* e a *modernização reflexiva*, a ameaça difusa do terrorismo internacional é percebida como uma forma de mal-estar contemporâneo que usurpa a liberdade individual em nome da segurança coletiva. Para compreender os fatos que se sucederam aos atentados terroristas de 11 de setembro, busca-se reconstituir as raízes históricas do terror ao longo das últimas décadas do século XX e analisar as relações de aliança por conveniência da Guerra Fria.

Palavras-chave: Terror, Terrorismo, 11/9, Sociedade de Risco e Modernização Reflexiva.

ABSTRACT

Present thesis, related to the international relations field, assesses the relevance of the 9/11 attacks as a milestone in the history of the United States – as well as to George Bush's national security policy. Stemming from considerations over Beck's *risk society* and *reflexive modernization*, the fuzzy threat caused by international terrorism is perceived as a form of contemporary distress that seizes individual freedom in the name of a collective security. In order to understand the facts that followed 9/11 terrorist attacks, terror historical roots along the last decades of the 20th century must be reconstructed and Cold War convenient alliances must be reevaluated.

Key-words: Terror, Terrorism, 9/11, Risk society and Reflexive modernization.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. MARCO TEÓRICO E ELEMENTOS-CHAVE PARA COMPREENDER O TERRORISMO	12
1.1 - GLOBALIZAÇÃO E INTERDEPENDÊNCIA	12
1.2 - SOCIEDADE DE RISCO.....	14
1.3 - O CONCEITO DE MAL-ESTAR.....	19
2. TERRORISMO E TERRORISTAS	26
2.1 - GUERRA CONTRA O TERRORISMO.....	31
2.2 - FUNDAMENTALISMO	35
2.3 - LIBERDADE, INSEGURANÇA E DEMOCRACIA	40
3. O FIM DO PACTO ENTRE A JIHAD ISLÂMICA E OS EUA.....	46
3.1 - OSAMA BIN LADEN	51
3.2 - A SOCIEDADE DOS IRMÃOS MUÇULMANOS	59
3.3 - GUERRA DO AFGANISTÃO (1979-89)	64
4. O MUNDO PÓS 11 DE SETEMBRO	68
4.1 - A DOCTRINA DE SEGURANÇA DOS EUA	71
4.2 - ANÁLISE DE DISCURSOS.	77
4.3 - A OPINIÃO PÚBLICA NORTE-AMERICANA.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	96
SITES:	103
DOCUMENTÁRIOS:	105

INTRODUÇÃO

Na história recente do século XXI nenhum tema atingiu maior repercussão ou desdobramento político do que os atentados de 11 de setembro de 2001. Desde 1995 os EUA não eram alvo de um ataque terrorista em seu território (excluindo-se, portanto, os ataques a embaixadas e bases militares no exterior) capaz de abalar a economia americana. Desde 1989 nenhum evento parece ter reunido a força de um marco histórico ou comovido a opinião pública internacional como o que se passou em 11/09.

Se considerarmos de modo abrangente o campo das Relações Internacionais, o terrorismo não é um fenômeno exclusivo do século XXI. Existem evidências da prática do terror que remetem ao princípio da era Cristã e, grosso modo, ações terroristas, ou assim consideradas, preencheram todo o período em que se constituíram os grandes Estados constitucionais e se afirmou a modernidade capitalista. O século XX, com suas guerras mundiais - através da exacerbação da política de potência que nele teve lugar - e localizadas - como as lutas de libertação nacional -, forneceu um cenário privilegiado para o uso intensificado do terror como recurso político. Mas foi no início de século XXI que o terror assumiu dimensão sem precedentes.

A Liga das Nações - predecessora da Organização das Nações Unidas (ONU) – propôs um esboço de convenção internacional em 1937 que definia terrorismo como: “Todo ato direcionado contra um Estado com intenção calculada de criar um estado de terror na mente de uma pessoa em particular ou de um grupo de pessoas particulares ou do público em geral”. No entanto, nem a Liga das Nações, nem a ONU chegaram a ratificar uma resolução que defina claramente *terrorismo*.

A presente dissertação propõe-se a estudar as motivações que levaram à construção da rede terrorista al Qaeda e que resultaram nos ataques de 11 de setembro. Em linhas gerais, apóia-se em algumas reflexões e conceitos derivados de parte da elaboração sociológica mais recente, nomeadamente em Zygmunt Bauman (modernidade líquida, mal-estar na pós-modernidade), Ulrich Beck

(modernização reflexiva, sociedade de risco) e Anthony Giddens (mundo em descontrole, risco, incerteza). Busca-se investigar aqui, entre outras coisas, o falso dilema criado em torno da manutenção da segurança em troca da redução da liberdade. A partir da análise do discurso das principais autoridades envolvidas no planejamento da doutrina de segurança dos EUA e a partir do esforço para considerar a *percepção* da opinião pública norte-americana, tentamos construir um mapa da atual guerra contra o terrorismo.

Analisar um fato recente pode revelar menos informação sobre suas conseqüências políticas, econômicas e sociais a curto prazo do que a análise de um evento no passado distante. Por outro lado, também é verdade que uma investigação no tempo presente permite reunir uma gama maior de dados e elementos de análise em função da alta exposição dos temas em questão. O terrorismo alcançou ampla e constante exposição nesse início de século. A queda das torres gêmeas não revelou grande coisa sobre o mundo pós 11/09, mas disse muito sobre o caráter das alianças na esfera da Guerra Fria e principalmente sobre as novas alianças no âmbito da década de 90.

Há razões para afirmar que estamos atravessando um importante período de transição, onde a globalização está transferindo o poder da esfera nacional para a esfera global, através do mercado financeiro e dos organismos internacionais. Também é verdade que o processo inverso se dá na forma do ressurgimento de novas identidades locais, tais como os movimentos nacionalistas baseados na valorização da cultura regional e na força da tradição. Seguindo alguns estudos de Manuel Castells, pode-se admitir que a identidade se torna fonte básica de significado com capacidade para organizar formas distintas de reação ao processo de globalização. A análise do terrorismo moderno pode ajudar a traduzir a história mais recente do século XX sob a perspectiva da luta por autonomia política e por identidades - coletivas e individuais - atribuídas ou construídas.

Na segunda metade do século XX, a Guerra Fria determinou um modelo bipolar de poder na esfera das relações internacionais e influenciou ou pelo menos restringiu o alcance do terrorismo internacional. Durante as décadas de 60 e 70, o

terrorismo foi uma prática política amplamente adotada por grupos radicais de esquerda como o Baader-Meinhoff ou movimentos por independência e autonomia política como o ETA e o IRA. No entanto, o terrorismo não é uma prerrogativa dos movimentos de esquerda e muitos governos de direita dele se valeram de forma intensiva – principalmente mediante o emprego do terrorismo de Estado para reprimir e eliminar adversários políticos.

Na América Latina, surgiu entre as décadas de 70 e 80 uma série de movimentos de esquerda de filiação maoísta¹, que adotaram a guerra de guerrilha² como opção política para se contrapor ao governo. Na prática, o terrorismo ganhou projeção internacional principalmente após os atentados contra os jogos olímpicos de Munique (1972) e o seqüestro de aeronaves e navios como o Achille de Lauro (1985).

Especificamente na década de 1980 e no início dos anos 90, o terrorismo teve destaque nas mídias internacionais em função da violência dos atentados suicidas perpetrados por homens-bomba no Oriente Médio, palco de inúmeros conflitos entre árabes e israelenses e entre árabes e árabes. Por algum tempo, a ação do *mártir* suicida causou espanto e polêmica na comunidade internacional – vinculando o terrorismo aos principais problemas do Oriente Médio –, mas foi particularmente a Guerra do Golfo em 1991 que criou simultaneamente um importante marco histórico para as políticas de cooperação internacional, e um perigoso precedente político para o novo terrorismo internacional.

O conflito árabe entre Iraque e Kuwait desestabilizou as relações de poder no Oriente Médio, o que permitiu o reposicionamento estratégico de tropas

¹ A concepção chinesa de guerra popular privilegiava a força do campesinato e da guerrilha rural, dava ênfase ao caráter revolucionário do Terceiro Mundo e ao belicismo. Foi a sentença de Mao – *os imperialistas e os revolucionários são tigres de papel, o poder nasce da boca do fuzil* – (Goreder, 2003) que inspiraram movimentos como o Sendero Luminoso.

² Lênin costumava separar o terrorismo da guerrilha propriamente dita e afirmava que o terrorismo é a estratégia dos grupos de intelectuais separados das massas (Bonanate, 2000). Habermas afirma que “os guerrilheiros lutam, num território político conhecido e com propósitos políticos declarados pela conquista do poder. Isso os diferencia dos terroristas espalhados globalmente e organizados em redes segundo os princípios de serviço secreto, nos quais se conhecem motivos fundamentalistas, mas que não perseguem um programa para além da destruição da ameaça à segurança” (Habermas, 2004:13).

americanas na Arábia Saudita. O historiador Bernard Lewis afirma que “se a Arábia é o local mais simbólico no mundo do islã, o segundo é Bagdá, a sede do califado por meio milênio e palco de alguns dos mais gloriosos capítulos da história islâmica” (Lewis, 2004: 146-147).

O reposicionamento de tropas estrangeiras no mundo árabe durante a década de 90 ajudou a romper definitivamente o antigo pacto entre os jihadistas islâmicos e o governo norte-americano forjado no auge da Guerra do Afeganistão (1979 – 1989). É o rompimento desse pacto que permite explicar como antigos aliados se transformaram em novos inimigos e como antigos inimigos se transformaram em novos aliados. É também com base no rompimento desse pacto que o presente trabalho explica os atentados de 11/09.

Na década de 80 o governo de Washington financiou a ação dos insurgentes fundamentalistas e ressaltou a determinação dos guerreiros mujahiddins. Empenhados em combater o exército soviético durante uma das mais extensas guerras de guerrilha do século XX, as milícias de mujahiddins uniram religião e política para construir um Estado islâmico no Afeganistão. Como se poderá ver no capítulo 2 desta dissertação, com o fim da Guerra Fria em meados dos anos 90 os EUA e os fundamentalistas do Taleban³ gradualmente se distanciaram pela falta de afinidade - ideológica e política -, enquanto antigos inimigos como a Rússia e os EUA passaram a compartilhar interesses econômicos cada vez mais convergentes. Foi apenas em meados dos anos 90 que a organização al Qaeda redirecionou o foco de seus esforços, transferindo-o do combate aos comunistas soviéticos para o combate à influência norte-americana. Tal fato, alguns anos mais tarde, levaria aos ataques de 11/09.

OS ANOS 90 E O TERRORISMO INTERNACIONAL

Nos anos de 1990, os Estados Unidos se transformaram em superpotência militar com capacidade para intervir simultaneamente em múltiplos conflitos, do Oceano Atlântico ao Oceano Índico. Formulada pela única superpotência

³ O Taleban foi a milícia de guerreiros mujahiddins que governou oficialmente o Afeganistão entre 1996 e 2002 com reconhecimento dos Emirados Árabes, Arábia Saudita e Paquistão.

remanescente da Guerra Fria, a doutrina de segurança dos EUA passou a enxergar cada vez menos limites para a sua respectiva atuação na promoção dos interesses norte-americanos.

Na esfera da economia internacional, o padrão-dólar passou a determinar a base de conversão das transações financeiras ao redor do mundo, transformando a América do Norte no principal mercado consumidor do planeta. Ao extraordinário poder militar e econômico dos EUA, somou-se uma igualmente poderosa indústria do entretenimento e da informação, que difunde o *American Way of Life* como um padrão de comportamento veiculando a idéia de globalização e novos parâmetros de modernidade.

Ao longo da década de 90, os EUA acompanharam o desenvolvimento das ações terroristas imaginando que a principal ameaça aos interesses da nação emanava de governos, e não de indivíduos isolados ou organizações não-governamentais. O foco da política de segurança norte-americana era orientado para embates convencionais contra potências regionais como a China, ou os assim definidos “Estados Delinqüentes” como a Coreia do Norte, o Irã e o Iraque. Pouca atenção se deu durante o governo Clinton ao pequeno Afeganistão – que faz fronteira com sete países entre eles o Paquistão, a China, e o Irã – ou ao crescente terrorismo transnacional.

O termo “Estado Delinqüente”, empregado pela ex-embaixadora dos EUA na ONU, Madeleine Albright, traduziu os princípios que nortearam os primeiros anos da política externa da gestão Clinton, entre 1993 a 2000. Albright partilhava a visão de que os Estados Unidos são donos de um caráter excepcional orientado pelos mais altos valores morais e universais e, portanto, possuem um papel especial a cumprir no sistema internacional. Segundo Albright, “nós voamos mais alto, vemos de cima, e sabemos o que é melhor para o mundo” (Dupas, 2003:6).

Os Americanos sempre foram internacionalistas, mas seu internacionalismo sempre foi subproduto de seu nacionalismo. Quando eles procuraram legitimidade para seus atos no exterior, não o procuraram em instituições supranacionais, mas em seus próprios princípios. É por isso que sempre foi tão fácil para tantos americanos acreditar, como muitos ainda crêem hoje,

que ao promover os seus próprios interesses, promovem os interesses da humanidade. (Kagan, 2003: 89)

Focada no isolamento da ameaça de Estados refratários aos interesses dos EUA, a política externa norte-americana manteve o princípio segundo o qual as relações internacionais são orientadas pela exclusiva relação entre Estados, o que não contemplava uma guerra assimétrica contra um único indivíduo, ou uma organização descontextualizada de um Estado. A ameaça do terrorismo na década de 90 era tratada como uma questão de polícia no âmbito interno⁴, ou como um produto do embate entre os “Estados Delinqüentes” e os EUA no âmbito externo.

Para julgar e condenar os Estados acusados de patrocinar o terrorismo, os países membros da ONU organizaram embargos econômicos. Porém, quando as embaixadas dos EUA no Quênia e na Tanzânia foram atacadas por terroristas em 1998, o presidente Clinton autorizou o uso de ataques cirúrgicos contra alvos no Afeganistão, revelando - como observou Jacques Derrida (2003) - a disposição dos EUA para “agir multilateralmente quando possível, mas unilateralmente quando necessário”. A política externa da gestão Clinton fez uso de ataques preventivos no Afeganistão e no Sudão - sem muito sucesso - e a ameaça do terrorismo permaneceu em segundo plano até meados de 2001.

Em 2001, a organização al Qaeda liderada pelo saudita Osama Bin Laden escreveu uma nova página na história do século XXI. Durante uma série de ataques coordenados, dezenove terroristas seqüestraram quatro aeronaves e deliberadamente atacaram alvos civis e militares. Cada alvo foi cuidadosamente escolhido pelo seu valor simbólico diante do caos que se instalaria. Parte dos ataques foi registrada e transmitida ao vivo para todo o globo monopolizando a atenção da opinião pública internacional, o que conferiu ao terrorismo moderno um novo caráter primordialmente “midiático”.

O grande impacto causado por esses movimentos resulta, em grande medida, da presença marcante na mídia e o uso eficaz da tecnologia da informação. Procura-se atrair a atenção da mídia nos moldes da tradição

⁴ O mais grave atentado terrorista na história dos EUA até o 11/09, foi cometido por um cidadão norte-americano - ex-membro das forças armadas - chamado Timothy McVeigh em 1995. McVeigh detonou intencionalmente um caminhão bomba contra o prédio do Birô Federal em Oklahoma, matando 169 pessoas e ferindo outras 675.

anarquista francesa, brevemente reinstaurada em maio de 1968, da *l'action exemplaire*: pratica-se um ato espetacular que, dado o seu forte apelo, até mesmo pelo sacrifício, chama à atenção das pessoas às reivindicações do movimento, visando em última análise despertar as massas, manipuladas pela propaganda e subjugadas pela repressão. Ao forçar um debate sobre suas reivindicações e induzir as pessoas a participarem, os movimentos pretendem exercer pressão sobre governos e instituições, revertendo o curso da submissão à nova ordem mundial. (Castells, 2002: 133)

O novo terrorismo internacional pós 11 de setembro mostrou ser uma ameaça difusa e transnacional com ramificações em vários países, insuficiente para depor governos, mas suficientemente forte para propagar o medo. Segundo Charles Townshend, “como uma ameaça à segurança do Estado, o terrorismo é implausível se não mesmo absurdo; mas como desafio ao monopólio da força do Estado e, no sentido mais vasto, da segurança pública, é extremamente eficaz” (2006: 113).

A ação do terrorismo propagado pela mídia internacional teve um forte impacto no imaginário social ao redor do globo. O medo e o terror gerados a partir dos atentados contra o World Trade Center ajudaram a construir um amplo sentimento de solidariedade em torno dos EUA. Essa solidariedade internacional foi explorada pelo presidente George W. Bush para justificar uma ação unilateral norte-americana contra o terrorismo. No âmbito da Organização das Nações Unidas o governo americano costurou consensos com relativa facilidade, como em raras vezes na história, para ocupar uma nação soberana, o Afeganistão. Mas nos últimos anos a percepção dos vários atores internacionais envolvidos na guerra contra o terrorismo tem mudado, principalmente após a Guerra do Iraque em 2003 e o aparente fracasso da guerra contra o terrorismo. Alguns sinais desse fracasso vieram à tona com os novos atentados terroristas em Madri (2004) e Londres (2005).

Adotamos nessa pesquisa a definição construída por John G. Stoessinger para orientar a análise de percepção dos principais atores envolvidos nos atentados de 11 de setembro, pois é através da percepção que a nação faz de si própria e de seus inimigos que os EUA constroem inicialmente a guerra contra o terrorismo. “Percepção em relações internacionais pode definir-se como sendo a visão cognitiva total que uma nação tem de si própria e das demais no mundo” (Stoessinger, 1975: 578) É através da análise de percepção da opinião pública que se faz possível

interpretar o respaldo e o poder que cada governo tem para imprimir uma linha de política interna e externa contra o terrorismo.

Uma importante fonte de percepções para a compreensão do fenômeno do terrorismo internacional são as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU). A transformação das fontes de tensão no mundo pós 11/09 trouxe um re-ordenamento jurídico em face da resolução 1368 adotada pelo Conselho de Segurança em 12 de setembro de 2001.

A resolução 1368 permitiu uma releitura totalmente inesperada do artigo 51 da Carta das Nações Unidas ao reconhecer o direito de legítima defesa dos Estados Unidos e seus aliados, em resposta aos atentados terroristas de 11 de setembro. Trata-se de uma interpretação ampla que não menciona as limitações previstas na própria carta da ONU, como afirmam Leonardo Brant e Jorge Lasmar (2004). A lacuna do direito internacional nesse caso recai sobre imprecisão do conceito de terrorismo. Durante todo o século XX cada Estado utilizou a alcunha de “terroristas” como bem entendesse para caracterizar ações que lhe parecessem hostil. Um exemplo são os Talebans no Afeganistão, considerados terroristas pelo governo soviético desde 1980, mas tidos como Freedom Fighters⁵ pelo governo norte-americano até meados da década de 90.

A guerra contra o terrorismo protagonizada pelos EUA e seus respectivos aliados gerou um novo tipo de guerra assimétrica entre potências militares e insurgentes, mas foi incapaz de promover o fim dos atentados terroristas. Há uma diferença substancial entre os tipos de terrorismo com os quais a Europa está particularmente acostumada (que são locais, razoavelmente limitados e têm por objetivo principal forjar identidades nacionais) e o novo terrorismo geopolítico (Giddens, 2005). Gilberto Dupas reforça a diferença de percepção sobre as causas do terrorismo, que dividem europeus e norte-americanos. “Os europeus tendem a considerá-lo como algo com o qual têm que conviver, como a parte feia da passagem. Já os norte-americanos vêem o terrorismo como um tumor que precisa

⁵ Freedom Fighters ou Guerreiros da Liberdade é uma definição empregada para legitimar a ação de indivíduos, ou grupos de indivíduos, que se opõe à um governo considerado injusto. Em geral o termo é empregado por pessoas que apóiam tais grupos.

ser urgentemente extirpado mediante cirurgia, incluindo metástases e gânglios”. (Dupas, 2003: 193).

A discussão sobre a diferença entre o antigo e o novo terrorismo ganhou novos contornos após os atentados de Madri (2004) e Londres (2005). A ação da rede al Qaeda na Europa evidenciou o fracasso das políticas de assimilação dos estrangeiros pelo modelo europeu, ponto apontado por inúmeros analistas. No entanto, Alexander Spencer (2006) refuta esta visão majoritária, defendendo uma revisão crítica dos parâmetros adotados para debater a questão do termo “novo” terrorismo atribuído aos anos 90 e lançando questões importantes para debater a real necessidade das medidas adotadas para combater o terrorismo pós 11/09. O trabalho de Spencer não questiona a influência do terrorismo na atualidade, mas expõe a relação entre o passado, o presente e o futuro da guerra contra o terror.

* * * * *

A presente dissertação teve como ponto de partida uma dificuldade pessoal de aceitar as explicações para a Guerra do Afeganistão e particularmente para a Guerra do Iraque, em meio à guerra contra o terrorismo. Assim, o risco – inerente à modernização reflexiva – e o mal-estar na pós-modernidade ajudam a interpretar o atual clima de insegurança no mundo pós 11 de setembro.

Como objetivo geral, a análise de percepção da opinião pública nos EUA permite traçar os contornos do grau de insegurança coletiva no mundo contemporâneo. Através do resgate histórico de algumas passagens da Guerra Fria encontramos elementos que explicam – mas não justificam – a radicalização do terrorismo nesse início de século.

Os objetivos específicos dessa pesquisa visam interpretar como o medo, a incerteza e a insegurança forneceram importantes impulsos para a atual doutrina da política externa norte-americana. Em suma, nosso propósito é verificar como os atentados de 11 de setembro alteraram o cenário interno e externo da política nos EUA.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, partiu-se das seguintes hipóteses:

1) O terrorismo é o novo substituto da ameaça genérica que durante a Guerra Fria foi interpretada como sendo a ameaça comunista;

2) O medo decorrente dos violentos atentados de 11/09 ajudou a construir a falsa premissa que restringe a liberdade dos indivíduos em nome da segurança coletiva;

3) A cultura do excepcionalismo norte-americano, ao qual se atribui parte da responsabilidade pela política messiânica da guerra contra o terrorismo, não é uma exclusividade do governo Bush ou do partido republicano.

No capítulo 1 o leitor encontrará um breve resgate dos eventos mais recentes que suscitaram a discussão do terrorismo através da ótica da globalização e da interdependência no final do século XX. Com base nas leituras de Ulrich Beck, Anthony Giddens e Zygmunt Bauman, essa pesquisa emprega a teoria da modernização reflexiva, ou modernidade tardia, para traçar uma perspectiva de construção e desconstrução criativa da realidade, caracterizada pela permanente condição de incerteza decorrente dos atentados terroristas em 11/09. A percepção dos riscos e o mal-estar na pós-modernidade determinam o marco teórico adotado nesse trabalho.

No capítulo 2 é dada atenção aos múltiplos significados da palavra terror, terrorismo e fundamentalismo. Analisamos a construção em torno do mito do terrorismo e incorporamos a teoria do “mal-estar na civilização” e das pulsões de vida e morte descritas por Freud para descrever a dualidade entre o “bem” e o “mal” na base da política externa norte-americana. A pesquisa também interpreta como o terrorismo e a estratégia neoconservadora afeta a concepção de liberdade e democracia na modernidade.

No capítulo 3 busca-se indagar sobre as causas históricas e as motivações políticas que precedem os atentados terroristas de 2001. O resgate das alianças estratégicas entre a CIA e os guerreiros Mujahedins, ao longo da Guerra do

Afeganistão (1979 – 1989), é um elemento chave para que se compreenda o fim do pacto entre o governo dos EUA e os fundadores da rede Al Qaeda. Os trabalhos de Lawrence Wright, Michael Scheuer e Albert Hourani oferecem importantes pistas para resgatar a história desse pacto por conveniência e os seus desdobramentos políticos para o atual terrorismo internacional. Em face da polêmica gerada por Edward Said e Bernard Lewis - no âmago de duas visões antagônicas sobre os prós e contras da política de segurança norte-americana - o presente trabalho procura expor o embate teórico-político que ocupa os principais institutos formadores de opinião pública nos EUA após os atentados de 11 de setembro.

No capítulo 4 a análise dos dados da opinião pública norte-americana que antecede e que sucede o 11/09 reafirma os efeitos colaterais do terror para a prática da democracia. Outro importante foco desse capítulo é a estratégia da “guerra preventiva” adotada pelos EUA na guerra contra o terror e os seus respectivos desdobramentos para a instabilidade do sistema internacional.

Por fim, a conclusão do trabalho procura responder se o terrorismo e a insegurança – ampliados no mundo posterior ao 11 de setembro – podem provocar a desestabilização de regimes políticos e alterar os rumos das relações internacionais nesse início de século.

1. MARCO TEÓRICO E ELEMENTOS-CHAVE PARA COMPREENDER O TERRORISMO

1.1 - GLOBALIZAÇÃO E INTERDEPENDÊNCIA

Com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação no final do século XX, a globalização dos meios de produção foi radicalmente intensificada. O Fim da Guerra Fria - simbolicamente caracterizado pela queda do Muro de Berlim (1989) e o desmantelamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas na década de 90 - provocou uma ampla reformulação do sistema internacional. O novo contexto político, associado às novas tecnologias da informação e à crescente interdependência, redefiniu as relações de espaço e tempo, ampliando simultaneamente as incertezas do mundo contemporâneo.

Por globalização entende-se o processo segundo o qual as atividades decisivas em um âmbito de ação determinado - a economia, os meios de comunicação, a tecnologia, a gestão do meio ambiente e o crime organizado, por exemplo - funcionam como unidades em tempo real no conjunto do planeta. Trata-se de um processo historicamente novo, distinto da internacionalização e da existência de uma economia mundial, porque só na última década se constituiu um sistema tecnológico - de telecomunicação, interatividade, transporte e alta velocidade em um âmbito mundial para pessoas e mercados – suficientemente articulado e potente para viabilizar um sistema global (Castells, 1998). O processo de globalização - que não é apenas de caráter econômico – torna evidente o estreitamento dos teatros sociais, o caráter público do risco e o enredamento dos destinos coletivos (Habermas, 2001).

Por interdependência compreende-se a mútua dependência, situação caracterizada por efeitos recíprocos entre países, ou entre atores em diferentes países (Nye&Keohane, 2000). Se, por um lado, o novo paradigma da competitividade baseada na capacidade tecnológica promove a interdependência da nova economia global, por outro, reforça a dependência da relação assimétrica, que no geral, fortalece os padrões de dominação criados por formas anteriores de dependência ao longo da história (Castells, 1999). Para Habermas (2001), a

interdependência assimétrica de natureza econômica, política ou social pode revelar a oposição de interesses inconciliáveis em uma sociedade mundial estratificada.

Apesar de a soberania e o monopólio da violência da autoridade pública terem permanecido formalmente intactos, a crescente interdependência da sociedade mundial coloca em questão a premissa segundo a qual a política nacional - de um modo geral ainda territorial, nos limites do domínio do Estado - pode ser conciliada com o destino efetivo da sociedade nacional (Habermas, 2001:89)

A globalização está reestruturando radicalmente o modo como vivemos em sociedade. Ela é predominantemente conduzida pelo Ocidente e carrega consigo as conseqüências do poder assimétrico – norte-americano – na política e na economia. No entanto, a globalização não é apenas o domínio de uma nação sobre as demais (Giddens, 2005). O fim do modelo bipolar e a transição para um sistema multipolar - marcado pela crescente interdependência entre as nações - induziram a criação de novos movimentos sociais com as mais variadas temáticas na esfera das relações internacionais. Podemos citar como exemplo os movimentos sociais em defesa do meio ambiente, dos direitos humanos e de modelos econômicos mais igualitários e redistributivos, entre outros. Para o bem ou para o mal, estamos navegando rumo a uma nova ordem global que ninguém compreende plenamente mas cujos efeitos se fazem sentir sobre todos (Giddens, 2005).

A sociedade industrial globalizada passou a autoconfrontar o seu sucesso e simultaneamente o seu fracasso (Beck, 1997). Se por um lado podemos dizer que a sociedade industrial avançou na defesa e promoção de novos valores tidos como universais, por outro, assistimos à regressão desse mesmo sistema quando examinamos a ocorrência de guerras étnicas marcadas por políticas de extermínio, de crises financeiras que derrubaram economias emergentes, do fracasso das políticas de integração e do ressurgimento do terrorismo.

Cada um desses fatores reflete um estado de disjunção entre a sociedade industrial e a sociedade do risco - fase do desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle e a proteção da sociedade industrial (Beck, 1997). O conceito de sociedade de risco designa um estágio da modernidade

em que começam a tomar corpo as ameaças produzidas, até então, no caminho da sociedade industrial. (Beck, 1997).

1.2 - SOCIEDADE DE RISCO

Os eventos de 11 de setembro abriram um novo capítulo na história da sociedade de risco. “O terrorismo, que nós por enquanto associamos ao nome al Qaeda, torna uma identificação do adversário e uma estimativa realista dos riscos impossíveis. Essa intangibilidade lhe confere uma qualidade nova.” (Habermas, 2006:13) Nesse caso é necessário fazer uma distinção clara entre o ataque propriamente dito e a ameaça terrorista, que em função deste se tornou universal (Beck, 2002). O risco pressupõe uma sociedade que tenta ativamente romper com seu passado (Giddens, 2005), gerando diferentes dilemas e tensões “que se infiltram na vida cotidiana, na estrutura social e nas instituições em geral, tumultuando seus fundamentos, comprometendo seu funcionamento e confundindo seus integrantes” (Nogueira, 2007: 47).

Com certeza, a indeterminação dos riscos pertence à essência do terrorismo. Mas os cenários de uma guerra bacteriológica ou química retratados com detalhes nas mídias americanas, as especulações sobre as formas de atuação do terrorismo nuclear só revelam a incapacidade do governo de determinar ao menos a ordem de grandeza do risco. Em Israel, sabe-se *o que* pode acontecer quando se anda de ônibus, entra numa loja, ou permanece em discotecas ou lugares públicos – assim como a *freqüência* com que acontece. Nos EUA, ou na Europa, não se pode delimitar o risco; não há qualquer estimativa realista do tipo, da ordem de grandeza, da probabilidade do risco, ou se quer uma delimitação das regiões que possam ser atingidas. (Habermas, 2006:13-14)

A sociedade do risco torna-se reflexiva - o que significa dizer que ela se torna um tema e um problema para si própria. (Beck, 1997:19). A percepção distorcida dos riscos pode fazer com que o sujeito, ao invés de identificar os riscos do mundo, passe a ver o mundo como um risco. Quem olha o mundo como um risco se torna incapaz de agir. A paralisia que decorre da incapacidade de agir é a primeira armadilha do terrorismo na era da globalização. A segunda cilada do terrorismo recai sobre as liberdades individuais em consonância com a democracia. O medo e a sensação de insegurança levam os homens a abdicar de suas liberdades individuais em nome da segurança, o que por sua vez conduz gradualmente a sociedade industrial à inação e mais tarde à paralisia.

No atual contexto da globalização somos todos prisioneiros não da nossa falta de poder - porque ocasionalmente protestamos ou votamos – mas de situações derivadas da própria natureza do conflito. Não é apenas uma batalha militar secreta, é também um contexto em que sentimentos confusos e mitos lutam para se articular em discursos públicos e onde o senso de segurança cotidiana da vida privada é ameaçado, ou minado pelas amplas forças impessoais que lutamos para compreender (Halliday, 2004).

A crise do mundo pós-11 de setembro não é uma simples crise de soberania, mas sim uma crise do sistema de representação que reflete entre outras coisas a desorganização das relações internacionais. O sistema representativo é uma forma de vincular as decisões dos Estados às pessoas. O cidadão delega a alguém o poder de representá-lo em um plano externo. São características desse sistema os partidos políticos – que geram parâmetros de identificação –, o Estado como detentor do monopólio de uso legítimo da força e os cidadãos que se reconhecem como tal a partir de um conjunto de valores partilhados como símbolos, idiomas e um território pré-determinado. Esse sistema começa a ruir quando as noções de tempo e espaço - mas principalmente o espaço - são alteradas pela globalização e fogem ao controle do Estado. As fronteiras se tornam gradualmente porosas e cresce o trânsito de pessoas e mercadorias, assim como o risco, que compreende entre outras coisas o terrorismo e a sensação de insegurança. É na sociedade de risco que o reconhecimento da imprevisibilidade das ameaças e das incertezas dos conflitos sociais “exige a auto-reflexão em relação às bases da coesão social e o exame das convenções e dos fundamentos predominantes da ‘racionalidade’” (Beck, 1997:19).

Para Ulrich Beck, as ameaças desenvolvidas no contexto da sociedade industrial são colocadas recorrentemente na esfera da consciência individual, onde os problemas são globais, mas a autoconsciência do risco é cada vez mais uma atribuição individual (Beck, 1997). Assim como o cidadão americano, espanhol ou inglês é obrigado a tomar uma posição na guerra contra o terrorismo - pois a política local influencia a política global, tanto quanto o contexto global pode afetar a política

local –, os atentados de Nova York em 2001, Madri em 2004 e Londres em 2005 refletem as conseqüências do risco global no âmbito da vida cotidiana / local.

A crise da razão - diante da insegurança vivenciada no pós 11 de setembro e a percepção dos riscos infinitamente reprodutíveis - pode justificar os eventos mais recentes que resultaram no apoio incondicional da comunidade internacional à Guerra do Afeganistão. Nessa condição, durante o tempo em que os homens vivem sobre a sombra do medo e da insegurança florescem as mais graves violações dos direitos humanos e um retrocesso institucional. “Até os liberais de esquerda pareciam, num certo momento, estar de acordo com a política de Bush” (Habermas, 2004:15), sem se dar conta de que, “desde os ataques de 11 de setembro de 2001, oficiais dos Estados Unidos, em vários lugares do mundo, de Bagram no Afeganistão, a Guantánamo, em Cuba, a Abu Ghraib, no Iraque, vêm torturando prisioneiros.” (Danner, 2003).

As imagens das Torres Gêmeas em 2001 distorceram a percepção de globalização alterando a disposição da comunidade internacional para a guerra. Foi apenas com o mal-estar gerado pela crise no âmbito da ONU em 2003 que a comunidade internacional dispôs-se efetivamente a realizar uma autocrítica com relação aos rumos da política externa norte-americana, baseada no modelo de guerra preventiva. Alguns países como França e a Alemanha procuraram “amarrar” as pretensões militares dos EUA ao Conselho de Segurança. “Ao mesmo tempo, a posição francesa refletia a preocupação real com o impacto que uma guerra no Iraque podia ter nos países árabes e nas comunidades muçulmanas da França” (Vasconcelos, 2003:67).

A crise do Iraque dividiu profundamente, como há muito tempo não se via, os governos europeus. A cisão se deu entre o núcleo central da União Européia conhecido como o eixo Franco-Alemão (Velha Europa) e o Reino Unido, que agregou quase a totalidade dos futuros membros do leste Europeu e os países tradicionalmente atlanticistas (Nova Europa), como Portugal e Itália e em particular a Espanha.

Não devemos esquecer o dia em que José Maria Aznar – ex-primeiro-ministro da Espanha – convocou seus eleitores e os demais países europeus para uma manifestação em prol da guerra contra o Iraque. Muito menos devemos esquecer as manifestações de subpolítica (*sub-politics*) que levaram 6 milhões de pessoas - na Espanha e em outros países - a protestar contra essa mesma guerra (Bauman, 2004).

As manifestações simultâneas em diferentes partes do globo foram o maior evento contrário à política externa dos EUA, após 11 de setembro. A auto-organização da sociedade civil contraria os rumos da sociedade industrial e o padrão do controle racional instrumental - de mais Estado e mais tecnologia - para policiar e controlar o risco decorrente dos atentados terroristas. Trata-se de uma clara manifestação do poder que tem a *subpolítica* de moldar a sociedade *de baixo para cima*. “No despertar da subpolitização há oportunidades crescentes de se ter uma voz e uma participação no arranjo da sociedade para grupos que até então não estavam envolvidos na tecnificação essencial e no processo de industrialização: os cidadãos” (Beck, 1997:35).

As 6 milhões de pessoas que se reuniram para protestar no dia 15 de fevereiro de 2003, principalmente nos países cujos dirigentes estavam apoiando a guerra, foram uma indicação clara da existência da sociedade civil mundial. O fato de que essa opinião pública, e a maioria dos governos, condicionasse seu apoio à guerra à aprovação do Conselho de Segurança constituiu uma demonstração do poder moral da ONU. (Bresser-Pereira, 2003:43)

O apoio do primeiro ministro espanhol José Maria Aznar aos EUA na Guerra do Iraque rendeu duras críticas à política externa do Partido Popular, mas não pareceu afetar a candidatura de Mariano Rajoy, cotado para ser o sucessor de Aznar nas eleições de 2004. Tudo mudaria no dia 11 de março de 2004, ao faltarem 72 horas para o início das eleições gerais.

As 7h39 quatro bombas explodiram em um trem que seguia para Atocha, a maior estação de trens de Madri. Em seguida outras nove bombas foram detonadas por celular matando 191 pessoas e ferindo mais de 1800 pessoas. Os responsáveis pelos atentados de Madri (11M) se identificaram como a Al Qaeda - mesma organização responsável pelos atentados de 11 de setembro. Temendo que a

população associasse os atentados de 11M ao apoio do PP na Guerra do Iraque, o primeiro ministro José Maria Aznar deliberadamente direcionou as investigações para o grupo ETA – conhecido por praticar atos de terrorismo em nome da independência dos Bascos que vivem entre o norte da Espanha e o Sul da França. O primeiro ministro Aznar também usou sua influência para contatar os principais jornais e veicular as falsas suspeitas contra o ETA encobrindo a verdade por trás dos atentados. As informações desencontradas - e o alinhamento da grande mídia com a versão oficial das autoridades espanholas - fez com que várias pessoas buscassem formas e veículos alternativos de informação, como a internet. “A massa concentrada transforma-se no público disperso das mídias de massas”, como identificou Habermas (2001).

Nos dias seguintes, a população espanhola saiu às ruas em sinal de luto contra a barbárie e o terrorismo, mas acima de tudo, para exigir informações mais consistentes sobre os autores dos atentados. A sociedade civil entoou o coro “Quién ha sido, quién ha sido?” e grandes manifestações populares começaram a se formar, organizadas por uma ampla rede de contatos por e-mails e mensagens de dispositivos móveis. Talvez essas sejam as mais explícitas demonstrações da capacidade de auto-organização da sociedade de risco, que incorpora as novas tecnologias de informação e comunicação, para promover a articulação política. Para Ulrich Beck (1997), o Estado passa a ser confrontado por todos os tipos de minorias e manifestações da subpolítica. “Subpolítica (*sub-politics*), então, significa moldar a sociedade de *baixo* para *cima*. Visto de cima, isto resulta na perda de poder de implementação, no encolhimento e na minimização da política.” (Beck, 1997:35).

No dia 14 de março de 2004, o Partido Socialista Operário Espanhol pôs fim a 12 anos de governo conservador. O candidato da oposição - José Luis Rodríguez Zapatero - foi eleito com 183 votos a favor, 148 contra e 19 abstenções. O PSOE conquistou 43% das cadeiras no Parlamento revelando um amplo voto de protesto da sociedade civil. Zapatero não foi eleito em função do conteúdo programático de seu partido, muito menos pela oposição ao apoio espanhol na Guerra do Iraque. Foi eleito porque às vésperas da eleição fatores globais afetaram drasticamente a vida

local, enquanto o governo conservador reagiu com mais controle sobre os meios tradicionais de comunicação, ignorando a capacidade de auto-reflexão que caracteriza a sociedade de risco.

1.3 - O CONCEITO DE MAL-ESTAR

Jürgen Habermas (2001) aponta para duas formas de modernização no século XX. A primeira é descrita como “um modelo capitalista domesticado socialmente” (2001:110), uma forma de *modernidade organizada* onde os conceitos de nação, classe e Estado eram os mais importantes elementos na formulação das identidades coletivas.

A segunda forma de modernidade, que Habermas vê como sendo “expandida em termos liberais”, ganha feições de uma modernidade orientada pela “individualização” e “pluralização” das formas de vida, que se reflete na perda de coesão e na fragmentação da sociedade. Nesse caso, a dissolução da política de fronteiras - na esteira do Estado nacional que rui - ampliaria a indeterminação dos riscos. O que Habermas (2001) chama de “segunda modernidade”, Anthony Giddens (1997) chama de “modernidade tardia”, Zygmunt Bauman (1998) chama de “pós-modernidade” e Ulrich Beck (1997) chama de “modernização reflexiva”.

Na segunda modernidade ou modernização reflexiva, não faz sentido pensar a questão da segurança exclusivamente pela ótica local (nacional). Os riscos transcendem a perspectiva da política nacional, ignorando fronteiras, e redefinindo padrões de ordem e segurança. Não faz sentido para o Estado nacional se fechar como um ouriço do mar diante da globalização do mundo moderno, pois assim como os riscos, também há benefícios na interdependência da economia, no fluxo acelerado de mercadorias e pessoas que se globalizam, na difusão de novas formas de comunicação que encurtam distâncias e aproximam pessoas.

Para Zygmunt Bauman (1998), o mal-estar na pós-modernidade simboliza o dilema da liberdade versus a (in)segurança, do excesso de ordem versus a escassez de liberdade. “Dentro da estrutura de uma civilização que escolheu limitar a liberdade em nome da segurança, mais ordem significa mais mal-estar.” (Bauman,

1998:9). Onde compreende-se por ordem “um mundo em que as probabilidades dos acontecimentos não estão distribuídas ao acaso, mas arrumadas numa hierarquia estrita” (Bauman, 1998:15). A ordem reflete uma rotina, uma espécie de compulsão à repetição que compõe a modernidade.

Os *estranhos* em cada sociedade representam um desvio da ordem, uma anormalidade que deve ser retificada. “Vizinhos do lado’ inteiramente familiares e sem nenhum problema, podem da noite para o dia converter-se em estranhos aterrorizantes, desde que uma nova ordem se idealiza; inventa-se um novo jogo no qual é improvável os vizinhos de ontem competirem placidamente, pela simples razão de que a nova ordem está prestes a transformá-los em estranhos e o novo jogo está prestes a eliminá-los” (Bauman, 1998: 21). O estranho se materializa na figura do bárbaro do Oriente em contraposição ao americano e europeu civilizado do Ocidente. A criação de inimigos é essencial para os povos que estão buscando sua identidade e reinventando sua etnia (Huntington, 1997).

O mal-estar no mundo pós-11 de setembro representa - segundo uma das hipóteses do presente trabalho - um falso paradigma entre segurança e liberdade; é uma construção que deriva da doutrina de segurança norte-americana neoconservadora - os falcões de Washington -, para endossar uma guerra generalizada contra um inimigo abstrato. No entanto, o mal-estar que divide o Ocidente não é exatamente igual para europeus e americanos.

A Europa do final do século XX atingiu um alto padrão de integração política, economia e social com a criação da União Européia. No entanto, a construção de um modelo de unidade política marcada pela cooperação também trouxe o peso das diferenças do plano civil. Particularmente no plano social a UE tem se defrontado com imensos desafios que atravessam as questões transversais de segurança coletiva e a criação e anulação dos novos *estranhos*.

Todas as sociedades produzem estranhos. Mas cada espécie de sociedade produz sua própria espécie de estranhos e os produz de sua própria maneira, inimitável. Se os estranhos são as pessoas que não se encaixam no mapa cognitivo, moral ou estético do mundo – num desses mapas, em dois ou em todos os três; se eles portanto, por sua simples presença, deixam turvo o que deve ser transparente, confuso o que deve ser uma

coerente receita para a ação, e impedem a satisfação de ser totalmente satisfatória; se eles poluem a alegria com a angústia, ao mesmo tempo que fazem atraente o fruto proibido; se, em outras palavras, eles obscurecem e tornam tênues as linhas de fronteira que devem ser claramente vistas; se, tendo feito tudo isso, geram a incerteza, que por sua vez dá origem ao mal-estar de se sentir perdido – então cada sociedade produz esses estranhos. Ao mesmo tempo que traça suas fronteiras e desenha os seus mapas cognitivos, estéticos e morais, ela não pode senão gerar pessoas que empobrecem limites julgados fundamentais para a vida ordeira e significativa, sendo assim acusados de causar a experiência do mal-estar como a mais dolorosa e menos tolerável. (Bauman, 1998:27)

Para lidar com o *estranho*, o Estado moderno desenvolveu, segundo Bauman, duas estratégias complementares: a “assimilação” *antropofágica* e a “exclusão” *antropoêmica*: Na hipótese da “assimilação” os estranhos são devorados e incorporados ao tecido social pré-existente - algo muito parecido com o processo de tornar os diferentes semelhantes - onde algumas práticas desviantes da minoria são tratadas como anomalias aceitas até certo ponto pelo Estado. Já na hipótese da exclusão os estranhos são confinados dentro das paredes invisíveis dos guetos e segregados da comunidade (Bauman, 1998). “Os estranhos eram, por definição, uma anomalia a ser retificada. Sua presença era *a priori* definida como temporária.” (Bauman, 1998:30). Caso não seja possível assimilar ou excluir os estranhos, a última opção é destruir fisicamente essa minoria. O problema é quando a minoria passa a se transformar na maioria e a suposta tolerância se transforma na intolerância mascarada por políticas paternalistas e unilaterais de assimilação e exclusão dos estranhos.

Atualmente a Europa se defronta com o dilema dos estranhos na forma do estrangeiro – necessário porem indesejado. São imigrantes ou cidadãos franceses - na sua maioria de origem argelina ou marroquina, que ajudaram a libertar a França do jugo nazista e, mais tarde, a reconstruir e edificar as principais capitais, mas jamais foram tratados como iguais. A maior comunidade muçulmana na Europa encontra-se na França, onde 1 a 2 milhões vivem concentrados apenas na Grande Paris, principal palco das violentas manifestações de insubordinação civil em outubro de 2005. “Acreditava-se firmemente que a situação das comunidades de imigrantes estivesse sob controle. Mas quem conhecia bem a situação naqueles bairros desde cedo vinha alertando para o fato de que as tensões estavam aumentando e que a segunda – e terceira – geração de *beurs* (ou *beurettes*),

descendentes dos primeiros imigrantes, estava se tornando cada vez mais radical.” (Laqueur, 2007:51).

Assim como na Inglaterra - antes dos atentados de Londres em junho de 2005 -, a França acreditava no sucesso, mesmo que parcial, das políticas de integração e assimilação dos estrangeiros. Segundo Bauman (1998) o projeto moderno prometia libertar os indivíduos da identidade herdada. A França, porém, “não tomou uma firme posição contra a identidade como tal, contra se ter *uma* identidade, mesmo uma sólida, exuberante e imutável identidade. Só transformou a identidade, que era uma questão de *atribuição*, em *realização* – fazendo dela, assim, uma tarefa individual e da responsabilidade do indivíduo.” (Bauman, 1998: 30).

A União Européia é a imagem mais adiantada da interdependência nas relações internacionais. Os Estados abdicam parcialmente da sua soberania para reunir - de forma voluntária - forças no plano político e econômico. A permeabilidade das fronteiras que decorre da *segunda modernidade* permite, por exemplo, integrar diferentes bases produtivas para construir o maior e mais moderno avião de passageiros do mundo. No entanto, algumas manifestações locais que caracterizam a sociedade do risco parecem apontar para um retorno das incertezas. “Os mal-estares da modernidade provinham de uma espécie de segurança que tolerava uma liberdade pequena demais na busca da felicidade individual. Os mal-estares da pós-modernidade provêm de uma espécie de liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena demais.” (Bauman, 1998:10). Ao mesmo tempo em que a França equaliza as questões de foro econômico e político - com as demais 27 nações que compõe a União Européia -, o país enfrenta desde 2005 a maior onda de violência e desobediência civil de sua história recente. Nos últimos anos, quase todos os países membros da UE se defrontaram de uma forma ou de outra com o dilema da imigração e a constituição dos seus estrangeiros.

A ocorrência de agressões verbais e físicas contra muçulmanos após os atentados de 11 de setembro (Nova York), 11M (Madri) e Londres em 2005 fizeram reviver a *islãfobia*. “Tais agressões assumiram formas variadas – grafiteiros em mesquitas ou instituições islâmicas; mulheres com *hijab* ofendidas, crianças

muçulmanas chamadas de “Osama” (Laquer, 2007:76-77). A participação de fundamentalistas islâmicos nos atentados referidos apenas ajudou a intensificar as tensões sociais pré-existentes na Europa. Os imigrantes muçulmanos e os filhos de imigrantes naturalizados europeus se transformaram nos novos estranhos ou estranhos modernos. Mas o que provocou a “estigmatização” desses novos estranhos na Europa?

Até 1997 houve poucos protestos de muçulmanos europeus; o termo islãfobia foi de fato cunhado somente no ano seguinte. Quatro anos depois ocorreram três vezes mais protestos contra estigmas religiosos ou étnicos. Não é segredo a razão para este súbito aumento: foi a escalada do terrorismo (Laqueur, 2007:75).

No ano de 2005, Paris e várias outras cidades foram tomadas por violentas manifestações de desobediência civil, que resultaram no mais grave choque político da história recente na França. Enquanto espanhóis e ingleses refletiam sobre o apoio de seus respectivos governos na Guerra do Iraque - ao mesmo tempo em que analisavam com preocupação o ressurgimento do terrorismo fundamentalismo islâmico e a islãfobia -, o governo francês era obrigado a adotar toques de recolher para tentar conter a explosão de violência que emanava dos subúrbios.

Muitos imigrantes ou filhos de imigrantes naturalizados cidadãos franceses vivem isolados em guetos com os mesmos direitos que em princípio a constituição garante, mas sem gozar na prática das mesmas oportunidades. O gueto, segundo Bauman, quer dizer a *impossibilidade de comunidade*: “Um gueto não é um viveiro de sentimentos comunitários. É, ao contrário, um laboratório de desintegração social, de atomização e de anomia” (Bauman, 2003:111). Segundo Gilberto Dupas, na Europa existe uma conjugação entre islã, colonialismo, imigração e espaços de exclusão bem diferente dos EUA, onde “a imigração muçulmana não corresponde aos espaços de exclusão, que são preenchidos pelos negros ou latino-americanos. Com exceção do movimento político Nação do Islã, os muçulmanos nos EUA são praticamente de classe média e 80% deles votaram em Bush.” (Dupas, 2003:7).

No caso da Europa, a França se mostrou um país dividido em cidadãos de primeira e segunda classe. A tensão do plano social se reflete na esfera da ocupação urbana entre centro e periferia, onde jovens apátridas perdidos entre dois

mundos foram às ruas para incendiar carros e confrontar as autoridades, após a morte supostamente acidental de dois garotos da periferia que fugiam da polícia. A revolta dos filhos de imigrantes na França, ao contrário do que pode levar a crer Laqueur, não é o fruto da “islamização da comunidade” (Laqueur, 2007:75). Trata-se de uma revolta social. O que se seguiu aos confrontos de Clichy-sous-Bois em 28 de outubro de 2005 foi uma violenta explosão dos assim considerados *estranhos*, que isolados em guetos se revoltaram contra o Estado e a política de exclusão e segregação da sociedade industrial.

Os atentados terroristas contra o metrô de Londres em junho de 2005 também evidenciaram o fracasso das políticas de integração do reino Unido. À medida que as investigações demonstraram que os terroristas eram cidadãos britânicos acima de qualquer suspeita – com residência e trabalho fixo no país – cresceram entre os especialistas britânicos em segurança a sensação do mal-estar, a sensação de que em algum momento o Estado fracassou.

Primeiro o Estado fracassou na sua função de garantir a segurança – condição primária para a manutenção do pacto social hobbesiano, onde os homens abdicam de parte de sua liberdade em prol da segurança –, depois fracassou na política de assimilar, excluir ou eliminar fisicamente os estranhos, como descrito por Bauman. Antes de 2005 França e Inglaterra eram tidos como exemplos de sucesso na integração social.

O assassinato aleatório de civis em Londres, Madri ou Nova York paralisa a sociedade contemporânea e representa um retrocesso político do fundamentalismo religioso. As manifestações populares na França refletem, por outro lado, uma questão igualmente importante, mas substancialmente diferente, que denuncia o fracasso dos falsos sucessos no velho continente. Assim como os atentados terroristas de Londres, Madri e Nova York ao longo da primeira década do século XXI, as manifestações de violência e insubordinação civil na França são - segundo a hipótese de investigação desse trabalho - expressões do mal-estar no mundo contemporâneo.

O terrorismo internacional pode se apropriar desse cenário de reflexão e mal-estar para recrutar indivíduos insatisfeitos ou descontentes com os rumos da modernidade, assim como muitos Estados – notoriamente os EUA – têm sistematicamente se apropriado do discurso do medo para se lançar na guerra contra as minorias étnicas, o terrorismo e a insegurança. Não se trata aqui de traçar uma visão pessimista da Europa como nos expõe Laqueur (2007), ou o mundo pautado pelo Choque de Civilizações descrito por Huntington (1997), mas de repensar os riscos na constelação pós-nacional (Habermas, 2001) à luz da modernização reflexiva (Beck, 1997) e do mal-estar na globalização do terrorismo. Quanta insegurança é necessária para suprimir a liberdade e os direitos individuais nos Estados Democráticos? Qual o caminho de volta para se restituir a liberdade? Existe um caminho de volta?

2. TERRORISMO E TERRORISTAS

Um dos problemas para se pensar o fenômeno do terrorismo é exatamente a ausência de uma definição universal. O problema começa a ganhar contornos com a dificuldade para diferenciar guerrilha de terrorismo e avança para o campo das controvérsias, no pré-julgamento para desqualificar politicamente um adversário. A partir daí, corre-se o risco de agregar sobre o mesmo nome coisas muito diferentes, ampliando a indeterminação da palavra *terrorismo* e *terror*.

Segundo a concepção desse trabalho, *terror* - entre outras coisas - 1) é o efeito psicológico ou moral que afeta os alvos dos atentados terroristas; 2) é o medo da morte violenta, o estado de natureza hobbesiano onde as ameaças da violência - associada com as incertezas do cotidiano - são ainda mais paralisantes do que a própria morte (Barber, 2005).

Para Eugenio Diniz (2004), uma particularidade essencial do *terror* é a virtual irrelevância da relação de forças e a aplicação indiscriminada do emprego, ou da ameaça do emprego da força sobre seu alvo. A força do terror não se mede pela capacidade circunstancial de destruição física de uma bomba ou um assassinato, mas pelo seu alcance psicológico sobre as pessoas.

É necessário definir *o terrorismo* de acordo com a qualidade do ato e não a partir da identidade do perpetrador ou da natureza da causa (Diniz, 2004). Nesse caso o terrorismo é uma forma de intimidação que emprega o terror para atingir um fim político, embora o próprio Diniz reconheça a limitação dessa opção de análise.

O terrorismo, segundo Diniz, difere do sistema jurídico no uso e no alcance do uso da força para coagir. “Afimil o sistema penal está longe de ser indiscriminado: age sobre indivíduos que se supõem, a partir de procedimentos investigativos e judiciários, diretamente relacionados a determinados acontecimentos, sendo que os indivíduos em questão terão conhecimento do processo, poderão defender-se e estarão cientes dos acontecimentos que os envolvem.” (Diniz, 2004:202). Tal análise nos leva a uma constatação circunstancial: os Estados Unidos estariam praticando, desde 2001, atos explícitos de terrorismo na guerra contra o terror, para extrair

informações de prisioneiros em Guantánamo – entre outras prisões ao redor do mundo –, detidos sem a aplicação da Convenção de Genebra.

Tais prisioneiros estão presos na indeterminação jurídica dos *combatentes ilegais* - criada pelo ex-secretário de justiça Alberto Gonzáles -, visto que os novos terroristas não possuem vínculo direto com um Estado e, portanto não se enquadram na definição de prisioneiro de guerra da Convenção de Genebra. O princípio de que a guerra contra o terrorismo não é uma guerra convencional, pois não corresponde a um conflito entre Estados, significa aos olhos da Casa Branca que os EUA podem atribuir um novo status aos prisioneiros acusados de vinculação com o terrorismo de acordo com o tribunal militar. Para garantir a continuidade dos interrogatórios de suspeitos de terrorismo – sob o obscuro manto da tortura –, o presidente George Bush ratificou no dia de 17 de outubro de 2006, o Military Commissions Act.

De acordo com os parâmetros de análise estabelecidos por este trabalho, uma ação terrorista contempla pelo menos um desses três fatores: 1) tornar-se conhecida através do uso da violência - física ou psicológica; 2) tocar ou sensibilizar outras pessoas - da mesma forma insatisfeitas com o modelo político vigente - mostrando que o alvo do seu descontentamento também é vulnerável, mesmo numa condição assimétrica de poder e; 3) despertar uma reação do oponente induzindo a um comportamento que altere as relações de força em favor do grupo que praticou o ato terrorista.

Na impossibilidade de apresentar ao leitor uma única definição de *terrorismo*, cabe introduzir algumas das principais definições da palavra, encontradas ao longo dessa pesquisa:

- “Terrorismo, em outras palavras é, simplesmente, a denominação contemporânea e a configuração moderna da guerra deliberadamente travada contra civis, com o propósito de lhes demolir a disposição de apoiar líderes ou políticas que os agentes dessa violência consideram inaceitáveis” (Carr, 2002: 16).
- “Forma específica de luta política, um estratagema voltado para alterar rapidamente a correlação de forças. Tem como fim uma meta política; emprega como meio de ação uma forma específica de emprego da força – o terror; mas emprega-a não de forma a produzir imediatamente aquela meta política, isto é, não visa a dissuadir nem a compelir, mas sim a

induzir no alvo um comportamento que permita derrotá-lo. Assim sendo, combatê-lo exige procedimentos específicos, que podem variar conforme o caso.” (Diniz, 2004: 219).

- “É a estratégia escolhida por um grupo relativamente homogêneo, que desenvolve sua luta clandestinamente entre o povo para convencê-lo a recorrer a: ações demonstrativas que têm em primeiro lugar, o papel de ‘vingar’ as vítimas do terror exercido pela autoridade e, em segundo lugar, de aterrorizar esta última, mostrando como a capacidade de atingir o centro do poder é o resultado de uma organização sólida.” (Bonanate, 2000:1242).
- “Trata-se de assassinato e ataque mortal, eliminação indiscriminada de inimigos, mulheres e crianças. Vida contra vida. O terror que se manifesta sob a forma paramilitar da guerrilha é diferente. Determinou o caráter de muitos movimentos de libertação nacional na segunda metade do século XX – e hoje, por exemplo, marca a Guerra de Independência dos Chechenos. O terror global, ao contrário, que culminou nos atentados de 11 de setembro, apresenta os traços anárquicos de uma revolta impotente.” (Habermas, 2004: 19).
- “O uso ilegal da força ou violência contra pessoas ou contra a propriedade para intimidar ou coagir um governo, a população civil, ou qualquer outro segmento, para a consecução de objetivos políticos ou sócias” – FBI (Degenszajn, 2006).
- “O uso calculado da força ou violência para causar medo, no intuito de coagir ou intimidar governos ou sociedades em função da busca de objetivos que são geralmente políticos, religiosos ou ideológicos” - *Department of Defense*, Estados Unidos (Degenszajn, 2006).
- “Violência premeditada com motivações políticas empreendida contra alvos não combatentes por grupos subnacionais ou agentes clandestinos, normalmente destinadas a influenciar um público” – *State Department*, Estados Unidos (Degenszajn, 2006).

Com exceção de alguns grupos anarquistas no século XIX, poucas organizações ousaram definir a si mesmas como terroristas. No entanto, nesse início de século, a alcunha de “terrorista” foi resgatada para descrever a ação dos mais diversos grupos ao redor do globo.

Segundo Jacques Wainberg, “a utilização relativamente trivial desse rótulo <terrorista> tem uma razão de ser: ele está carregado de condenação moral. O terror marca gravemente os atores acusados com o veredicto da culpa” (2005:08) e desde 2001 obriga todos os Estados a combater o terrorismo em todas as suas formas e manifestações. Infelizmente a ausência de uma definição clara e universal sobre o “terrorismo” gera interpretações ambíguas, que abrem um perigoso precedente para o uso da violência institucional por parte dos Estados e seus respectivos governos.

Uma análise de discurso dos principais atores envolvidos nas ações de repressão ao terrorismo (como a que será feita mais adiante, no capítulo 4.1) e as

concepções de terrorismo extraídas dos principais órgãos de combate ao terrorismo nos EUA, indicam que as definições de terrorismo estão intrinsecamente associadas “a idéia de legalidade como elemento central” (Degenszajn, 2006:19). Essas noções servem fundamentalmente aos interesses e composições de forças que comandam cada uma dessas instituições, por exemplo, o FBI incorpora a noção de legalidade, ao mesmo tempo que o Departamento de Estado incorpora a noção de coerção e intimidação de governos. (ibidem).

Durante décadas a Organização das Nações Unidas tratou a questão do terror sem definir com clareza o que é o terrorismo. Segundo Brant & Lasmar, diante desse impasse - observado tanto na Assembléia Geral quanto no Conselho de Segurança - em torno da construção de um conceito aceito universalmente, optou-se por uma utilização temática. A saída diplomática empregada foi referir-se diretamente às infrações determinadas (como o seqüestro de aeronaves) sem, contudo, mencionar o termo terrorismo (ver capítulo 2.4).

O seqüestro do avião na rota Roma - Tel Aviv pela Frente Popular de Libertação da Palestina (fundada em 1967 como uma dissidência de orientação marxista-leninista da Organização para Libertação da Palestina), em julho de 1968, ajudou a inaugurar uma nova prática recorrente do terrorismo nos anos 70 e fez com que doze países - entre eles os EUA - ratificassem a Convenção multilateral sobre aviação de 1963. O direito internacional - quase sempre reativo ao terrorismo - deu início a uma série de resoluções multilaterais na década de 70 que tipificaram o seqüestro de aviões e a tomada de reféns como crime. Dessa forma o seqüestro de aeronaves não é um fato novo na agenda da comunidade internacional, e tampouco uma inovação do terrorismo moderno (Spencer, 2006).

Nos anos 70 e 80, os conflitos no Oriente Médio extrapolaram definitivamente as fronteiras nacionais e ganharam uma dimensão internacional através da cobertura da mídia sobre o terrorismo. O terrorismo do século XX era em geral alimentado por questões essencialmente nacionais como soberania e autonomia política, cabendo aos seus autores reivindicar e justificar a autoria dos atentados em nome de uma causa. “Os terroristas árabes das décadas de 70 e 80

deixaram claro que estavam lutando em uma guerra por uma causa nacional árabe ou palestina, não pelo Islã. Na verdade, uma proporção significativa dos líderes e ativistas da OLP era cristã” (Lewis, 2004:137) O uso excessivo da violência por parte das organizações terroristas tinha um alto risco e deveria ser controlada.

O grau de violência dos atentados terroristas nos anos 80 estava de alguma forma condicionada ao apoio popular e ao carisma de suas lideranças. Segundo Fred Halliday (2004), o terrorismo é um fenômeno distinto - político e moral - que interligava direito a revolta com oposição a opressão. Se a violência armada extrapolava os limites de aceitação da opinião pública, ocasionando muitas baixas entre civis, então a organização perderia força. Mas se a ação terrorista abria espaço para a negociação atraindo a atenção da mídia internacional, então os terroristas eram alçados ao status de Guerreiros da Liberdade, como Yasser Arafat.

A diferença entre terrorismo político e assassinato comum fica clara na mudança de regimes em que ex-terroristas alcançam o poder e se transformam em representantes respeitáveis de seu país. É claro que somente terroristas que perseguem objetivos políticos compreensíveis de forma realista e que podem derivar da superação de uma situação evidentemente injusta, ainda que retrospectivamente, uma certa legitimação para as suas ações criminosas, podem esperar por essa transformação da sua imagem política. (Habermas, 2006: 20).

O cientista político Robert Pape reforça a necessidade de analisar e compreender os atentados terroristas sempre à luz de uma lógica específica. “Mesmo quando os atacantes suicidas são irracionais ou fanáticos, os líderes do grupo que os recrutam e os direcionam não o são” (2003:04). Essa é a mesma perspectiva defendida pelo historiador Caleb Carr, que define terrorismo “como um ato que não é um fim em si mesmo, mas um meio para um fim cujos beneficiários envolvem atores que não os próprios agentes da violência” (2002:96). Todo ato de terrorismo pressupõe uma intenção e uma finalidade política, que em última instância se utiliza da coerção pelo medo.

Os Estados Unidos sempre estiveram envolvidos em algum tipo de guerra (interna ou externa): guerra contra as drogas, guerra contra a pobreza e mais recentemente a guerra contra o terrorismo. Todas essas “guerras” simplificam muito a questão, mas se tomarmos retrospectivamente os resultados obtidos em cada um

dos campos de batalha podemos extrair uma das primeiras características da sociedade norte-americana: uma propensão para a radicalização do conflito contra um inimigo propositalmente indeterminado e difuso no contexto social. O que nos leva a uma importante hipótese de trabalho: a guerra contra o terrorismo é o novo substituto da Guerra Fria para a política externa norte-americana.

2.1 - GUERRA CONTRA O TERRORISMO

Segundo a mitologia grega, Zeus castigou Prometeu por roubar o fogo dos Deuses e o entregar aos homens. Temendo que os Deuses também castigassem a humanidade, Prometeu entregou a seu irmão Epmeteum uma caixa, que em hipótese alguma deveria ser aberta, sob pena de causar grandes desconfortos à humanidade.

Incomodado com a arrogância dos homens que devastavam a terra, Zeus teria criado a mulher (Pandora) e a ela atribuído a incumbência de seduzir Epmeteum, para roubar a misteriosa caixa confiada por seu irmão. A curiosidade de Pandora fez com que ela abrisse a caixa e libertasse um vórtex de mazelas que se abateram sobre toda humanidade, condenando a civilização à barbárie. Assustada, Pandora fechou imediatamente a caixa e manteve aprisionado o último dos males que acabaria com toda a esperança dos homens.

A recuperação do mito de Pandora pode nos ajudar a estabelecer uma outra hipótese da presente pesquisa: o terrorismo internacional é a Caixa de Pandora do século XXI, que desperta a pulsão de morte (Tânatos) em detrimento da pulsão de vida (Eros), estimulando novas guerras e ameaças às liberdades individuais - princípio fundamental dos regimes democráticos. O terror e o terrorismo representam o Mal-Estar na Civilização que prepara o mundo para a vida sob uma condição de incerteza, que é permanente e irreduzível. Segundo Bauman (1998), o livro de Freud trata da história da modernidade, ainda que o autor preferisse falar de *Kultur* ou civilização.

O *Mal-Estar na Civilização* (Freud, 1930), tido por muitos como o seu texto mais sombrio, aborda a questão da “miséria humana” em face da infelicidade que decorre da vida em civilização (Roudinesco & Plon, 1998). Freud começa o livro

argumentando sobre a necessidade humana de fabricar ilusões entre as quais a ilusão religiosa para descrever o sacrifício pulsional.

Afirma-se, contudo, que cada um de nós se comporta, sob determinado aspecto, como um paranóico, corrige algum aspecto do mundo que lhe é insuportável pela elaboração de um desejo e introduz esse delírio na realidade. (Freud,1974:38). As religiões da humanidade devem ser classificadas entre os delírios de massa desse tipo. É necessário dizer que todo aquele que partilha de um delírio jamais o reconhece como tal.” (ibidem).

A civilização em si - leia-se modernidade - está atravessada por forças contraditórias e ao mesmo tempo complementares. Eros conduz o trabalho da civilização ligando conjuntos cada vez mais vastos como povos, nações - e por que não dizer comunidades? - enquanto *Tânatos* destrói, desliga e dissocia comunidades. Mas *Eros* também é responsável por criar o “narcisismo das pequenas diferenças” que leva os membros de uma comunidade a entricheirar-se em sua identidade coletiva hostilizando os membros de outros grupos (Rouanet, 2005). Os laços de identidade intragrupal obtêm coesão a um custo altíssimo, segundo Rouanet, pois deslocam os impulsos agressivos (o mal-estar) para fora da sociedade resultando no nacionalismo exacerbado, na xenofobia, nas rivalidades e guerras entre nações, e também, seria possível dizer, no terrorismo internacional de caráter fundamentalista.

Na transição do mundo bipolar da Guerra Fria para o sistema multipolar do século XXI, o terror é a manutenção do status de tensão que justifica a manutenção da máquina de guerra norte-americana, através do conflito indeterminado contra um inimigo oculto. Essa condição de insegurança e violência exprime a dualidade criada entre o “bem” e o “mal”, assim como o embate entre “nós” (civilização) e “eles” (bárbaros) no âmago da guerra contra o terror. A barbárie não é apenas o avesso necessário para a consolidação da civilização. Na análise de Marilena Chauí (2004), é aquilo que a civilização engendra ao produzir-se a si mesma como cultura. O civilizado só se reconhece como civilizado em oposição ao bárbaro.

A cruzada lançada pelo presidente Bush para identificar e punir os responsáveis pelos atentados de 11 de setembro dividiu o sistema internacional entre a perspectiva da civilização e a da barbárie. Os atentados produziram um

efeito ímpar de apoio aos EUA e promoveram uma ampla política de alianças. Mas as incertezas geradas após a Guerra do Afeganistão e os excessos cometidos na Guerra Contra o Terror, reverteram o apoio internacional para um amplo sentimento antiamericano.

A falta de parâmetros para a decretação da assim concebida “guerra justa” contra o terrorismo e a ausência de uma agenda política de segurança coletiva mantém abertas as portas para a ação do fundamentalismo religioso, em oposição à globalização. “Não que sejam suas causas ou conseqüências, mas a guerra cria um Estado de não-direito, regulariza a morte, banaliza a barbárie, alimenta o medo e as fantasmagorias, reaviva os velhos demônios, abala a moral e o humanismo.” (Hatzfeld, 2005:65).

A globalização do terrorismo é apenas um dos reflexos da violência no mundo contemporâneo. Os atentados do 11/9 reforçam a vulnerabilidade do Estado moderno diante da ameaça do terrorismo fundamentalista - difuso - no atual contexto das relações internacionais. Durante quase todo o século XX o terrorismo foi uma manifestação local limitada pela lógica do conflito bipolar, porém com o fim da Guerra Fria surgem novas linhas de fratura no plano étnico: “a etnia passa a tornar-se a base para a construção de trincheiras defensivas, territorializadas em comunidades locais” (Castells, 1996:78).

A modernidade não é apenas a globalização dos meios de produção e a revolução dos meios de comunicação, ela também representa um aprofundamento e uma especificação das tensões entre o local e o global. Segundo Anthony Giddens: “Nas civilizações pré-modernas, as atividades do centro político nunca penetravam inteiramente na vida cotidiana da comunidade local”. (1997:114). “Somente com a consolidação do Estado-nação e a generalização da democracia nos séculos XIX e XX, a comunidade local começou efetivamente a se fragmentar” (ibidem:115).

Giddens identifica na relação entre modernidade e tradição a evolução do *risco* como elemento central para a construção daquilo que ele chama de “sociedade pós-tradicional”. O risco ajuda a configurar o mundo como um ambiente “em descontrole”, que vê o poder tradicional local entrar em colapso, mas não sem antes

resistir de forma muitas vezes violenta e imprevisível. Não é que atualmente nossas circunstâncias de vida tenham se tornado menos previsíveis do que costumavam ser; o que mudou foram as origens da imprevisibilidade. (Giddens, 1997).

No atual contexto de indeterminação dos verdadeiros inimigos, a difusão do terrorismo internacional deve ser analisada sob a ótica da transição da modernidade “simples” para a modernidade reflexiva, “estágio em que o progresso pode se transformar em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica” (Beck, 1997: 12).

A globalização colocou em xeque as bases históricas de legitimação do poder local baseado na força da tradição secular. A perda de significado dos dogmas para algumas culturas e a expansão do capital transnacional criou um limbo de identidade nas sociedades de estrutura tradicional. Enquanto uma pequena parcela do mundo incorporou o modelo de vida cosmopolita, baseado nas novas relações horizontais de produção e exploração capitalista, bilhões de pessoas se encontram no patamar de miséria sobrevivendo com menos de um dólar por dia, onde a fragilidade das instituições alimenta a violência e a intolerância étnica.

O primeiro sinal de alerta para o processo de intolerância étnica e radicalização da violência - após 2ª Guerra Mundial - veio de Ruanda em 1994. Durante os meses de abril e maio, 800 mil tútsis foram assassinados pela etnia hutú diante dos olhos da comunidade internacional, que assistiu a esse genocídio de maneira quase indiferente. “Em 1994, entre as onze horas de segunda-feira 11 de abril e as catorze horas de sábado 14 de maio, cerca de 50 mil tútsis, de uma população de perto de 59 mil, foram massacrados com facões, todos os dias da semana, das nove e meia às dezesseis horas, por milicianos e vizinhos hütus, nas colinas da comuna de Nyamata, em Ruanda.” (Hatzfeld, 2005, pg18). A anulação dos *estranhos* em Ruanda veio através da eliminação física dos tútsis massacrados pelos hütus. É a constatação, já descrita por Bauman, da conversão de vizinhos em estranhos aterrorizantes e a busca da pureza pós-moderna.

As forças de integração do liberalismo produziram uma elite extraterritorial, que transita entre o Ocidente e o Oriente como se as fronteiras do mundo fossem

plenamente permeáveis. Para Zygmunt Bauman (2003) essa elite internacional construiu uma *zona livre de comunidade* artificial, que reflete uma forma cosmopolita limitada e isolada. A re-configuração da ordem mundial na década de 90 produziu uma série de projetos ancorados no princípio da cooperação e integração entre o Ocidente e o Oriente. A perspectiva de um mundo interdependente, conectado horizontalmente por organizações não governamentais e empresas transnacionais, sugeriu a criação de uma complexa teia de relacionamentos onde os Estados já não seriam mais os únicos atores das relações internacionais.

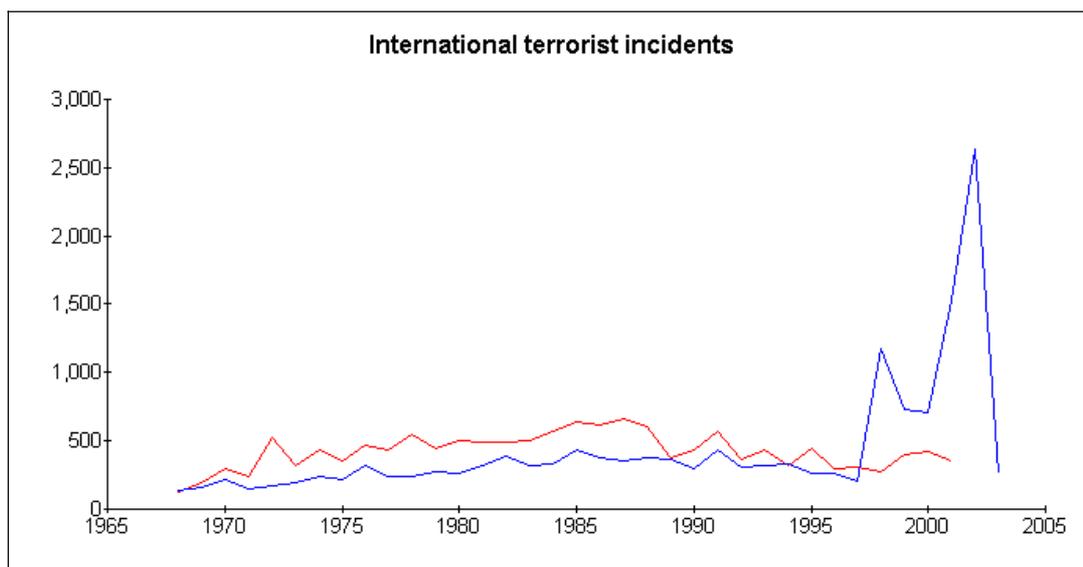
Para entender os fatores que levaram aos atentados do World Trade Center em 2001 é necessário compreender como operam as novas forças políticas na esfera das relações internacionais na década de 90. Para entender os atentados de Madri em 2004 é necessário resgatar o rastro das políticas pós 11 de setembro e analisar a Guerra do Afeganistão (2002) e a Guerra do Iraque (2003) no contexto da guerra contra o terror.

2.2 - FUNDAMENTALISMO

As estatísticas dos incidentes vinculados à prática do terrorismo revelam que os atentados internacionais entre as décadas de 1960 e 1980 mantiveram-se praticamente estáveis. Mas as estatísticas do MIPT⁶ combinadas com o banco de dados do físico Robert Johnston⁷ (International Terrorist incidents) indicam que em meados dos anos 90 houve uma acentuada alteração nos indicadores de violência, com o crescimento vertiginoso dos atentados internacionais acompanhado do aumento no número de vítimas do terrorismo. A alteração no índice de atentados reflete uma mudança no cenário da globalização.

⁶ Memorial Institute for the Prevention of Terrorism – Knowledge Base;
<http://www.tkb.org/AnalyticalTools.jsp>

⁷ Johnston's Archive – Terrorism, Couterterrorism, and Unconventional Warfare;
<http://www.johnstonsarchive.net/terrorism/intlterror.html>



Os dados em vermelho refletem as estatísticas do U.S. Department of State e os dados em azul as estatísticas do Memorial Institute for the Prevention of Terrorism

Durante a Guerra Fria o cenário padrão das relações internacionais era formado por um equilíbrio do poder orientado pela perspectiva de paz armada e contenção. Os Estados mantinham soberanias afirmativas no âmbito das políticas de controle local sobre a população e o território nacional. A dinâmica das relações internacionais era determinada por relações mecânicas de alinhamento político e econômico.

Segundo John Stoessinger:

Essencialmente, o sistema de equilíbrio de poder equivalia a um processo de contrapor ao poder um contrapoder correspondente. A técnica favorita empregada para atingir esse objetivo era a contraposição de alianças e de contra-alianças. Essas uniões não eram permanentes; seus membros não raro mudavam de lado, sempre que a manutenção de poder parecesse exigí-lo. (1975:277)

Durante a década de 50 e o início dos anos 60, a acomodação política do pós-guerra gerou uma série de demonstrações de força que levaram o mundo à maior corrida armamentista da história. As iniciais MAD (Mutual Assured Destruction) traduziam a relação de ambivalência entre a loucura e a lógica de uma Guerra Nuclear. A dupla sensação de fraqueza e supervalorização do inimigo fez com que os EUA e a URSS arriscassem ensaios para um conflito hipoteticamente possível, mas tecnicamente improvável.

Assim como as tensões no campo diplomático e militar, os atentados terroristas do século XX estiveram de uma forma ou outra vinculados à lógica da Guerra Fria. As lutas por independência e autonomia política produziram notórias organizações terroristas⁸ com o intuito de desestabilizar regimes políticos e instaurar novos governos. Alguns grupos ainda possuíam um viés ideológico identificado com o marxismo-leninista, o que gerou uma forte vinculação dos movimentos de esquerda com a prática do terror. No entanto, a ameaça do terrorismo não era suficientemente forte para projetar uma mudança de paradigmas na ordem internacional. O terrorismo era um micro-componente da Guerra Fria, geralmente localizado nas guerras de independência das ex-colônias, que não gerava ondas significativas de instabilidade no plano internacional. O terror no século XX estava limitado ao cenário bipolar da Guerra Fria que restringia o processo de globalização.

O terrorismo pós-Guerra Fria da década de 90 ressalta o caráter de indefinição das ameaças no mundo contemporâneo, pois conta com uma complexa rede de agentes que transitam entre dois universos e se valem de uma igualmente complexa variedade de recursos tecnológicos e biotecnológicos, que de algum modo escapam ao controle dos Estados. É o caso da seita fundamentalista Verdade Suprema (Aum Shinrikyo) que em 1994 lançou um ataque com gás sarin no metro de Tóquio, provocando doze mortes e infectando outras cinco mil pessoas.

A seita Verdade Suprema combate a nova ordem global que na interpretação de seus seguidores representa os interesses das multinacionais, do imperialismo norte-americano e da polícia japonesa. O ataque com o gás sarin no metrô de Tóquio aprofundou o debate sobre o modelo social do período pós-hipercrescimento econômico, destacando a modernização reflexiva. “Após décadas de modernização acelerada por uma série de intervenções estatais e mobilização nacional, o Japão tinha de enfrentar-se a si próprio como sociedade, após se dar

⁸ Alguns exemplos: Pátria Basca e Liberdade (ETA) - prega desde 1959 a criação de um Estado Basco independente. Exército Republicano Irlandês (IRA) - fundado como braço armado do partido político Sinn Fein em 1969 para expulsar as tropas Britânicas da Irlanda. A Força de Libertação Nacional (FLN) - empreendeu em 1954 uma série de ataques terroristas, que provocou uma violenta repressão do governo Francês acabando por expor a ficção de igualdade entre os “franceses” europeus e argelinos.

conta de que também podia padecer dos males causados pela alienação, violência e terrorismo, gerado por japoneses contra os próprios japoneses” (Castells, 2002:135).

A ação de diferentes grupos fundamentalistas no final do século XX apresentou importantes indícios de uma possível radicalização do terrorismo. Assim como a seita Verdade Suprema se mostrara disposta a matar milhares de pessoas em meados dos anos 90, a rede Al Qaeda colocou em prática a violência desmedida contra civis.

O grande impacto causado por esses movimentos resulta, em grande medida, da presença marcante da mídia e do uso eficaz da tecnologia da informação. Procura-se atrair a atenção da mídia nos moldes da tradição anarquista francesa, brevemente reinstaurada em maio de 1968, da *l'áction exemplaire*: pratica-se um ato espetacular que, dado o seu forte apelo, até mesmo pelo sacrifício, chama a atenção das pessoas às reivindicações do movimento, visando em última análise despertar as massas, manipuladas pela propaganda e subjugadas pela repressão (Castells, 2002:133).

Durante o século XX a maioria dos grupos terroristas optou por dosar - na maioria dos casos - o uso da violência temendo as repercussões negativas que um atentado poderia produzir. O ETA e o IRA comunicavam muitas vezes a ocorrência de uma bomba plantada em local público para evitar a perda de vidas, e os seqüestradores de aviões negociavam a libertação de reféns em troca da libertação de companheiros presos. Essa limitação, no entanto, não é uma característica dos homens-bomba no século XX ou dos pilotos suicidas da rede Al Qaeda. O que chama a atenção particularmente para os atentados de 11/09 - entre outras coisas - é justamente a disposição individual para o suicídio. Suicídio é “todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato positivo ou negativo praticado pela própria vítima, ato que a vítima sabia dever produzir este resultado”. (Durkheim, 1978:167)

A ação suicida dos pilotos que conduziram os aviões contra o World Trade Center revela uma incrível determinação individual e ao mesmo tempo coletiva. Se o limite para a vitória ou a derrota era a manutenção da própria vida na perspectiva ocidental de guerra, a ação do terrorista suicida nos obriga a repensar esse limite. A disposição do mártir é uma poderosa arma do terrorismo contemporâneo, já que contra o suicida não existe mais espaço para a negociação. Embora o ataque

suicida não seja uma exclusividade dos conflitos no Oriente Médio⁹, ou uma inovação da rede Al Qaeda, a ação do mártir ganhou destaque ao longo da década de 90 com o conflito Israel e Palestina e marcou definitivamente a história recente dos EUA após os atentados de 11 de setembro.

Não se trata aqui de incorporar a teoria descrita por Émile Durkheim - que afirma a pré-disposição de cada sociedade para fornecer um determinado contingente de mortos voluntários (Durkheim, 1978) -, mas ressaltar a presença de um outro elemento na constituição do terrorista contemporâneo, a explosão dos movimentos radicais islâmicos. A determinação dos atores responsáveis pelos atentados contra o World Trade Center em 2001 está ancorada na perspectiva fundamentalista. O fundamentalismo se baseia na força da tradição e não se limita exclusivamente à religião; é uma reação à globalização que recusa o diálogo e se opõe diametralmente ao modelo cosmopolita. As raízes sócias do fundamentalismo no mundo islâmico parecem resultar do processo bem sucedido de modernização da década de 50 e 60 – conduzida pelos Estados - e do fracasso da modernização econômica na maioria dos países muçulmanos nas décadas de 70 e 80 (Castells, 2002).

Poderíamos pensar que o fundamentalismo sempre existiu. Isso não é verdade – ele surgiu em resposta às influências globalizantes que vemos por todos os lados à nossa volta. O próprio termo data da virada do século, quando foi usado para designar as crenças de certas seitas protestantes nos EUA, particularmente aquelas que rejeitam Darwin. Fundamentalismo não é o mesmo que fanatismo ou que autoritarismo. Os fundamentalistas reclamam um retorno aos textos ou escrituras básicos, a serem lidos de maneira literal, e propõem que as doutrinas derivadas de tal leitura sejam aplicadas à vida social, econômica ou política. O fundamentalismo confere nova vitalidade e importância aos guardiões da tradição (Giddens, 2005:58).

A ação radical do terrorismo fundamentalista que ganha destaque com os atentados suicidas da década de 90 é entendida na perspectiva das discussões entre a sociedade de risco, travadas por Ulrich Beck e Anthony Giddens, como uma crise do poder tradicional local diante da expansão da globalização. Ainda nas

⁹ Segundo Robert Pape (2003), o grupo Tigres de Libertação do Tamil de orientação ideológica marxista/leninista de maioria hinduísta, lidera os índices de atentados terroristas suicidas. Entre 1980 e 2001 os Tigres do Tamil cometeram 75 dos 186 ataques suicidas registrados, enquanto os grupos radicais muçulmanos respondem por aproximadamente 30 atentados no mesmo período.

palavras de Manuel Castells “a construção da identidade islâmica realiza-se como uma reação contra a modernização inatingível (capitalista ou socialista), os efeitos negativos da globalização e o colapso do projeto nacionalista pós-colonial” (Castells, 2002:35). O governo do Taleban no Afeganistão tenha sido a mais pura tradução do fundamentalismo descrito por Anthony Giddens, que se fecha para o mundo exterior na tentativa de se proteger da globalização que desarticula a força da tradição local. Porém a maioria dos muçulmanos e isso inclui Osama bin Laden, não é resistente a globalização ou modernização em si. O que muitos muçulmanos e não muçulmanos alegam é que suas terras e se encontram sob ataque dos Estados Unidos. “Bin Laden foi bastante preciso ao dizer que à América as raízes pelas quais empreendeu uma guerra contra nós. Nenhuma dessas razões contempla a nossa liberdade, democracia ou livre arbítrio, mas sim as políticas de acções americanas no mundo muçulmano.” (Scheuer, 2005:13)

2.3 - LIBERDADE, INSEGURANÇA E DEMOCRACIA

Torna-se manifesto que, durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de os manter a todos em respeito, eles se encontram naquela condição a que se chama guerra”.[...] “Em tal situação não há lugar para a indústria, pois seu fruto é incerto. Seguramente não há cultivo da terra nem navegação, nem uso das mercadorias que podem ser importadas pelo mar. Não há construções confortáveis nem instrumentos para mover e remover as coisas que precisam de grande força. Não há conhecimento da face da terra, nem cômputo do tempo, nem artes, nem letras. Não há sociedade. E o que é pior do que tudo, há um constante temor do perigo de morte violenta. A vida do homem é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta. Thomas Hobes (2004, pg.98).

O terrorismo altera a percepção de globalização da sociedade moderna, pois transforma gradualmente a violência local em uma ameaça global e substitui o que se imaginava ser a “ameaça do comunismo” por uma nova ameaça - denominada genericamente de terrorismo internacional. Se o terrorismo um dia foi um micro-componente inerente à Guerra Fria, após os atentados de 11/09 o terror se transforma na principal justificativa para a doutrina da *guerra preventiva* promovida pelos *neoconservadores* nos EUA.

Os *neoconservadores* partilham uma visão pautada pela tradição militar. Propensos à guerra, são políticos ortodoxos acostumados a lidar com as ameaças

de um mundo bipolar, mas incapazes de compreender a força da interdependência gerada pela integração do mundo multipolar.

A *estratégia da guerra preventiva* é um princípio da doutrina de segurança norte-americana, que busca legitimidade para um ataque militar, antecipando um ataque inimigo tido como “eminente”. A base jurídica da guerra preventiva consiste: 1º) no direito de auto defesa dos Estados – previsto na Carta das Nações Unidas – contra uma agressão externa, 2º) e no dever do Estado de garantir a manutenção da segurança coletiva e individual de seus cidadãos.

A subjetividade da ameaça do ataque “eminente” é uma característica da doutrina de segurança dos EUA, onde as incertezas do dia-a-dia escapam ao controle dos indivíduos e a insegurança se transforma numa constante para a sociedade. “Funcionando fora da lei, tornando a insegurança onipresente e fazendo da liberdade um sinônimo de risco, o terror constitui a apoteose da anarquia internacional, a qual, por sua vez, intensifica a sedução da repressão brutal” (Barber, 2005:95). É nesse contexto de medo e insegurança que a atual doutrina de segurança neoconservadora explora o falso dilema da segurança em detrimento da liberdade.

Assim como os “realistas”, os neoconservadores concebem os Estados como os únicos atores das relações internacionais. Em geral a questão da *segurança nacional* assume um papel preponderante na agenda da política externa neoconservadora. Para os realistas, segurança militar ou questões estratégicas vinculadas à defesa da nação são usualmente caracterizadas como “high politics” – políticas de alta prioridade –, enquanto questões econômicas e sociais são tratadas como assuntos de menor importância ou “low politics”. (Viotti e Kauppi, 1993:06).

O que diferencia os neoconservadores da escola “realista” – especialmente após os atentados de 11/09 – é “a visão de uma ordem política mundial americana, que se solta dos trilhos reformistas da política de direitos humanos da ONU” (Habermas, 2004:33). Segundo Luiz Carlos Bresser Pereira (2003): “Estamos vendo um grupo ultraconservador e nacionalista que controla o governo norte-americano utilizar a *hubris* nacional de um povo que se viu alçado a uma situação de poder

aparentemente incontrastável, para adotar políticas radicais sem consultar seu interesse.” (Bresser-Pereira, 2003:55).

Ulrich Beck sinalizou três meses após os atentados de 11 de setembro para a materialização do medo como o maior risco contra os dois principais elementos da modernidade, a democracia e a sensação de segurança. O que importa não é a efetiva capacidade de infringir danos através de atentados violentos, mas a projeção que o horror alcança na disseminação da insegurança. “Politicamente crucial, em última análise, não é o risco em si mas a sua percepção. O que os homens sentem que é real, é real nas suas conseqüências”. (Beck, 2002)

A modernidade está fundamentada na liberdade e na democracia, mas os homens tendem a abdicar de alguns valores em prol da sensação de segurança. A sociedade que sucumbe ao terrorismo é incapaz de agir contra o cerceamento dos direitos individuais que o próprio coletivo se impõe. “Se nos confrontarmos com a escolha entre liberdade e sobrevivência já será tarde demais, pois a maioria dos homens deve se colocar contra a liberdade.” (ibidem).

O objetivo do terror é justamente quebrar o equilíbrio de poder constituído pelo Estado em vista da segurança de seus habitantes. A partir do momento em que os indivíduos se sentem desamparados pelo Estado diante da simples hipótese da morte violenta, a teia social que sustenta todo desenvolvimento cultural e político começa a ruir. Benjamin Barber localiza no medo a maior arma do terrorismo moderno para disseminar a insegurança e reverter uma das principais conquistas da sociedade moderna, a liberdade cívica:

[...] os terroristas descobriram o sinistro segredo do estado de natureza hobbesiano: num mundo de medo e incerteza, mesmo o mais fraco pode matar o mais forte; o medo da morte pode ser mais paralisante do que a própria morte; e para superar a insegurança, os homens podem se deixar tentar a renunciar a liberdade – a menos que consigam descobrir uma fórmula pela qual possam abandonar a anarquia natural sem deixar de lado a liberdade. Essa fórmula existe, é o contrato social. (Barber, 2005: 93).

Estamos acostumados a perceber a liberdade como imagens estanques na história. São quadros que remetem à imagem de uma bandeira hasteada após uma vitória no campo de batalha, ou a derrubada de uma estátua que caracterizava o

regime de depósito. Nada disso descreve, no entanto, a verdadeira sensação de liberdade que decorre da mútua sensação de segurança. Na sociedade de risco a imprevisibilidade e a insegurança são uma constante na vida dos indivíduos, mas os riscos são compatíveis com a liberdade - da onde deriva a democracia.

A democracia é um sistema que envolve competição, eleições regulares e limpas, onde todos os membros da população podem participar. “Esses direitos de participação democrática são acompanhados por liberdades civis – liberdade de expressão e discussão, juntamente com liberdade de formar grupos ou associações políticas e de neles ingressar.” (Giddens, 2005: 78). O conceito de liberdade descrito em 1819 por Benjamin Constant, ainda hoje ilustra os princípios elementares da democracia.

Perguntai-vos primeiro, Senhores, o que em nossos dias, um inglês, um francês, um habitante dos Estados Unidos da América entendem pela palavra liberdade.

É para cada um o direito de não se submeter senão as leis, de não poder ser preso, nem detido, nem condenado, nem maltratado de nenhuma maneira, pelo feito da vontade arbitrária de um ou vários indivíduos. É para cada um o direito de dizer sua opinião, de escolher o seu trabalho e de exercê-lo; de dispor de sua propriedade, até abusar dela; de ir e vir, sem necessitar de permissão e sem ter que prestar conta de seus motivos ou de seus passos. (Constant, 1985:10)

A democracia em consonância com as liberdades avançou muito nas últimas décadas do século XX. No entanto, enquanto o modelo democrático avança pelo mundo, as democracias maduras como os EUA estão vivenciando uma desilusão generalizada (Giddens, 2005). No ano 2000 as eleições presidenciais norte-americanas foram marcadas por uma grave crise política (ver capítulo 4) e uma grande abstenção – principalmente do público mais jovem. Muitos eleitores abdicaram da participação no processo eleitoral, ou porque não se identificavam com os candidatos, ou porque não acreditavam que seu voto poderia fazer a diferença na soma total das eleições. De maneira geral, a disputa pelo cargo político mais importante dos Estados Unidos revelou um desgaste, uma crise da política na América – naquela sociedade que um dia Alexis de Tocqueville descreveu como sendo a própria democracia.

Admito que na América, vi mais do que a América; procurei ali uma imagem da própria democracia, dos seus pendores, do seu caráter, dos seus

preconceitos, das suas paixões; desejei conhecê-la, ainda que fosse apenas para saber o que devemos esperar ou temer da parte dela (Tocqueville, 1977:19)

A desilusão com a política não é uma prerrogativa dos EUA, mas por se tratar da maior economia do mundo e da principal força militar do século XXI essa crise nos coloca novamente a pergunta que James Madison e Alexander Hamilton apresentaram ao povo de Nova York, entre 1787 e 1788: “são as sociedades dos homens realmente capazes de instituir um bom governo a partir da reflexão e da escolha, ou estão fadadas a depender para sempre do acaso e da força em suas organizações políticas?” (Madison e Hamilton, 1993:93).

As eleições em 2000 mostraram que os americanos perderam de fato boa parte da confiança que costumavam ter nos políticos e nos processos democráticos ortodoxos. Não perderam, contudo, a fé na democracia e na política. “Política não é só o que fazem os bons e os maus políticos profissionais, mas uma atividade inerente a cada um de nós. Os políticos profissionais são intermediários, representantes, lideranças. Vivem e agem no interior de um sistema.” (Nogueira, 2001:10). A boa ou a má qualidade dos políticos profissionais depende - em parte - da qualidade dos que são por eles representados.

Respondendo à pergunta proposta por Madison e Hamilton, os homens são capazes de instituir um bom governo, não um único e imutável governo, mas diversas formas de governo e instituições políticas nacionais e supranacionais. Os homens “não precisam viver eternizados na condição de governantes e governados, nem atormentados por governos que deles se descolam, assumem vida própria e contra eles se voltam” (Nogueira, 2001:11). Para compor com a política existe a subpolítica dos movimentos – espontâneos – de massa que no curto espaço de tempo surgem e desaparecem para referendar ou rejeitar um governo.

As experiências recentes na guerra contra o terrorismo revelam que os homens devem se manter sempre vigilantes para com aqueles que prometem a segurança em troca do sacrifício da liberdade. “Os esplendores da liberdade estão em seu ponto mais brilhante quando a liberdade é sacrificada no altar da segurança.

Quando é a vez de a segurança ser sacrificada no templo da liberdade individual, ela furta muito do brilho da antiga vítima.” (Bauman, 1998:10).

3. O FIM DO PACTO ENTRE A JIHAD ISLÂMICA E OS EUA

Ao longo da segunda metade do século XX, dois tipos de aliança se destacaram no contexto das relações internacionais: as alianças por afinidade e as alianças por oportunidade. Durante a Guerra Fria, os EUA e a URSS protagonizaram a maior disputa político-ideológica do século XX dividindo o mundo em dois pólos antagônicos de poder: o Ocidente capitalista e o Oriente comunista. No âmbito dessa disputa ideológica estavam as políticas de aliança entre os centros do poder e a periferia do sistema internacional.

Os governos na periferia do sistema internacional transitavam geralmente no limiar dos centros de gravidade do poder, o que ocasionava vez ou outra uma mudança de órbita. Na América Latina, Cuba passou da zona de influência do ocidente capitalista (EUA) para o lado do oriente comunista e se transformou em um dos mais importantes aliados da URSS da década de 50 e 60. Ao mesmo tempo, os norte-americanos mantinham, no coração da República Democrática da Alemanha, uma capital dividida entre a Berlim Oriental e a Berlim Ocidental - está última tida como uma perigosa vitrine do capitalismo dentro de um Estado Socialista. O conceito de “Ocidente” e “Oriente” representa apenas um esforço limitado para definir a bipolaridade da Guerra Fria. Na perspectiva de Edward Said, “nem o termo ‘Oriente’ nem o conceito de ‘Ocidente’ têm estabilidade ontológica; ambos são constituídos de esforço humano – parte afirmação parte identificação do Outro” (Said, 2007:13).

Através de incentivo econômico ou simplesmente por meio da coerção militar, os Estados Unidos e a União Soviética estabeleceram diversas alianças de oportunidade com diferentes governos árabes no Oriente Médio, Ásia e Egito. Muitas alianças formadas ao longo da Guerra Fria ignoravam grandes diferenças ideológicas e culturais para defender estritamente interesses geopolíticos. Com o intuito de ampliar as zonas de influência, os EUA e a URSS ajudaram a fomentar golpes de Estado, ditaduras militares e grupos radicais islâmicos – e é desta política de alianças que deriva a primeira grande contradição da atual política de segurança dos EUA. “O ataque aos EUA deixou à mostra as contradições das alianças norte-americanas na região de influência islâmica. Paquistão, Egito e Arábia Saudita, que

forneceram o grosso dos militantes do Al-Qaeda, continuam a ser considerados aliados dos EUA; o Irã, que aparentemente não forneceu nenhum, é acusado de principal suporte do terrorismo.” (Dupas, 2003:10).

Nesse contexto, a al Qaeda é uma extensão da Guerra Fria e um subproduto da política de alianças do governo Norte Americano. Diante da expansão soviética em direção a Ásia Central e Golfo Pérsico na década de 80, os EUA iniciaram um programa de financiamento para suportar as guerrilhas afegãs criando um amplo pacto entre os jihadistas islâmicos e o governo norte-americano. Na visão dos soviéticos, tais jihadistas eram considerados grupos terroristas, mas para os EUA eram convenientemente considerados “guerreiros da liberdade” engajados na guerra de libertação do Afeganistão.

Os EUA e a Arábia Saudita utilizaram supostas agências humanitárias no Paquistão para financiar os combatentes afegãos conhecidos como mujahidins. Para evitar quaisquer conexões entre o apoio americano e guerrilha afegã, os recursos americanos foram empregados na aquisição de armamento pequeno e leve fabricado na China e no Egito. Em 1971, a União Soviética chegou a hipotecar seu apoio militar ao Egito transferindo armas para os egípcios, mas em 1972 o governo do Egito exigiu a retirada das tropas soviéticas de seu país e reatou relações diplomáticas com os EUA.

As armas fornecidas para os afegãos nos anos 80 eram em grande parte equipamentos de origem soviética da década de 70. Não é incomum constatar que armamentos fabricados nos EUA ou na Rússia, presentes na maioria dos conflitos da atualidade, são utilizados contra as tropas do seu respectivo país de origem pelos então considerados terroristas contemporâneos. Assim como os afegãos empregaram armas russas para combater os soviéticos na década de 80, as milícias iraquianas utilizam armas fornecidas pelos EUA para atacar as tropas americanas no Iraque e as milícias do Taleban ainda hoje combatem os EUA em parte com armas fornecidas pela CIA na década de 80.

Na época havia pouca preocupação com o que faziam os árabes afegãos no Paquistão ou no Afeganistão, exceto críticas locais de organizações não-governamentais ocidentais contra o severo fundamentalismo dos sauditas

wahhabis, cuja influência era ampla nos acampamentos de refugiados do Paquistão. Nesses sórdidos acampamentos surgiu uma geração de jovens afegãos que seriam criados e instruídos no estrito fundamentalismo islâmico das escolas *deobandi* e *wahhabi*, as *mandrassas*, preparando o cenário para novos problemas que chegariam uma década mais tarde. (Bearden & Risen, 2005:373)

Os afegãos muçulmanos não combatiam os soviéticos e o regime laico afegão na década de 80 simplesmente porque estes eram ateus e comunistas, mas porque eram ateus e comunistas que ocuparam o Afeganistão. A perspectiva central do conflito para os afegãos muçulmanos era uma questão de soberania do Afeganistão dividido por várias etnias, que tinham na melhor das hipóteses o Islã como elemento comum.

Para o Paquistão, o Afeganistão era a última barreira ante as pretensões expansionistas da URSS na Ásia Central. Para os EUA, o Afeganistão era uma oportunidade política de criar um revés militar para o Kremlin equivalente ao Vietnã para a Casa Branca na década de 70. A invasão do Afeganistão fomentou um esforço de guerra no mundo muçulmano e fez convergir os interesses circunstanciais dos grupos radicais islâmicos com as pretensões militares dos EUA do governo Carter (1977 a 1981) ao governo Reagan (1981 a 1989).

Os Estados Unidos haviam entrado no combate por uma combinação de fatores morais e geopolíticas, no que parecia ser uma longa jornada. No Congresso, havia quem pensasse que a guerra poderia prosseguir alegremente para sempre, e que os soviéticos sangrariam como acontecera durante uma década como os norte-americanos no Vietnã. Outros, na altura do sexto ano da guerra, sentiam-se menos à vontade com o que lhes parecia uma estratégia cínica de lutar contra os soviéticos dizimando a população afegã. Ainda outros consideravam a aventura afegã como debilidade fatal da União Soviética. Esses 'falcões' não queriam apenas que os russos se atolassem no Afeganistão; desejavam destruí-los e acreditam poder consegui-lo desde que os Estados Unidos deixassem de atuar com timidez. Dessa forma, organizou-se uma aliança entre os 'falcões' e os moralistas do Congresso no início de 1985, o ano mais sangrento da ocupação soviética, e juntos provocaram uma mudança nas regras. (Bearden & Risen, 2005:219-220).

A partir de 1986, os EUA, confiantes na fragilidade do Kremlin, forneceram armamentos de última geração para os insurgentes do Taleban. Ao introduzir o míssil Stinger com capacidade para derrubar aeronaves russas, a CIA tornou vulnerável a aeronáutica soviética, que nos primeiros anos do conflito fustigou as posições dos insurgentes. Os fatores morais propagados por Bearden & Risen para

a intervenção norte-americana na Guerra do Afeganistão são fatores no mínimo secundários diante da perspectiva geopolítica de uma derrota soviética. Os fins justificavam os meios e a CIA não poupou esforços para garantir a derrocada soviética no Afeganistão.

Como agora se sabe, Bin Laden é produto daquele auge de insensatez da CIA, do treinamento, do aparelhamento militar e do patrocínio dos mujadins afegãos antes e durante a ocupação soviética do Afeganistão na década de 80 do século XX. A CIA há muito tempo vinha demonstrado disposição em se ligar a grupos de todas as matizes autoritárias e reacionárias e a ajudá-los ativamente, contanto que fossem anticomunistas. (Carr, 2002:264).

É creditado ao serviço secreto norte-americano, inúmeras acusações de financiamento e suporte de grupos terroristas nas décadas de 70 e 80. Segundo o historiador Calleb Carr, a ação da CIA na América central provocou a desestabilização de pelo menos seis regimes políticos e, “numa ironia bizarra, a CIA, que em toda a sua existência racionalizara qualquer operação questionável ou o patrocínio de qualquer líder questionável baseado no fato de eles serem anti-soviéticos, não compreendeu suficientemente bem a União Soviética a ponto de prever a sua queda”. (Carr, 2002:268). A percepção que os EUA tinham através do prisma da CIA refletia uma ameaça proporcionalmente maior do que de fato a URSS poderia representar. Como veremos adiante, a autopercepção que os EUA fazem de si e a percepção que o país tem das demais nações e ameaças que emanam das relações internacionais têm revelado grandes distorções no cálculo de poder.

O fim da Guerra Fria no início da década de 90 transformou velhos aliados em novos inimigos, e antigos inimigos em novos aliados. “As pessoas estão descobrindo identidades novas, e no entanto antigas, e desfilando sob novas bandeiras, mas frequentemente antigas, que conduzem a guerras contra inimigos novos, mas frequentemente antigos.” (Huntington, 1997:18). O colapso da URSS alterou a balança de poder do sistema internacional que pendeu para o lado dos EUA. A política externa americana de contenção soviética, que orientou a diplomacia norte-americana até meados dos anos 80, cedeu definitivamente espaço para o discurso da promoção dos direitos humanos e da democracia em escala global. O Paquistão, tido como um aliado estratégico na Guerra do Afeganistão, sofreu um embargo econômico da ONU apoiado pelos EUA, por manter testes nucleares em

meio à escalada das tensões com a Índia na segunda metade da década de 90. Nessa época, o Paquistão figurava entre o grupo dos Rogue States (Estados delinquentes) segundo classificação do próprio governo norte-americano.

Na perspectiva de autores como Lawrence Wright (2007) e Michael Scheuer (2005), a Guerra do Golfo (1991) foi um importante precedente histórico para reorientar o foco da al Qaeda. Criada para manter o esforço de guerra contra a URSS nos últimos anos da Guerra do Afeganistão - na análise dos referidos analistas -, a al Qaeda entendeu que a presença de tropas ocidentais no Oriente Médio era uma nova violação da soberania árabe e um desrespeito aos preceitos do islã. Alguns escritores como o jornalista Robert Fisk (Fiúza & Mano, 2007) vão além da questão iraquiana e denunciam que a matriz da violência do 11/09 está inscrita na genética do projeto político norte-americano para o Oriente Médio, na violência gerada a partir das ações do exército de Israel no Líbano e na insaciável cobiça pelo petróleo. Edward Said escreveu no último prefácio de sua obra mais conhecida, *Orientalismo*, o motivo pela qual o Iraque permanece sobre ocupação até hoje.

Mesmo com os seus terríveis fracassos e seu ditador lamentável parcialmente criado pela política americana de duas décadas atrás, o fato é que, se o Iraque fosse o maior exportador mundial de bananas ou laranjas, sem dúvida não teria havido guerra nem histeria em torno das armas de destruição em massa misteriosamente desaparecidas, e efetivos de proporções descomunais do exército, da marinha e da aeronáutica não teriam sido transportados a uma distância de mais de 11 mil quilômetros com o objetivo de destruir um país que nem os americanos cultos conhecem direito, tudo em nome da liberdade. (Said, 2007:16).

Os novos padrões de coesão, desintegração e conflito formados a partir da década de 90 buscaram novas formas de identidade e nacionalidade. Assim teve início uma nova escalada de tensões que resultaria no fim do pacto entre os jihadistas da al Qaeda e o governo norte-americano.

Durante anos a CIA financiou e treinou os radicais islâmicos do Afeganistão com o único intuito de enfraquecer a posição soviética na Ásia. Não havia sequer um plano do governo norte-americano para estimular os direitos humanos, a democracia ou um governo simpático aos EUA. A aliança entre os radicais islâmicos e os EUA era uma questão circunscrita ao contexto da Guerra Fria sem uma visão política de longo prazo. Caleb Carr sustenta que:

[...] uma nação nunca deve imaginar que pode utilizar (e especialmente treinar) os agentes do terror quando for conveniente e depois se livrar deles quando não mais forem necessários. Assim como lutar com a mesma tática de terror apenas perpetua o ciclo de violência terrorista, usar as táticas do terror para satisfazer as exigências de uma crise política ou militar momentânea quase certamente resultará em que estes praticantes se voltem contra seus supostos aliados e patrões uma vez derrotado o inimigo comum. (Carr, 2002: 36)

3.1 - OSAMA BIN LADEN

Weber descreveu três tipos de dominação legítima que caracterizam a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas dentro de um determinado agrupamento. A vigência da dominação pode ser de caráter *racional* (dominação legal), de caráter *tradicional* (dominação tradicional) e de caráter *carismático* (dominação carismática).

A dominação legal é baseada no direito de mando daqueles que estão nomeados para exercer a dominação com base na legitimidade das ordens pré-estabelecidas, obedece-se a ordem impessoal, objetiva e legalmente instituída assim como aos superiores por ela determinados.

A dominação tradicional por sua vez é baseada nas tradições vigentes, decorre do costume na crença cotidiana da santidade. No caso da dominação tradicional obedece-se ao líder ou senhor originalmente nomeado em virtude de devoção aos hábitos costumeiros.

Particularmente nos interessa a dominação de caráter *carismático* que pode ser baseada “na veneração extracotidiana da santidade, do poder heróico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por esta reveladas ou criadas.” (Weber, 2004:141). “A expressão ‘carisma’ deve ser compreendida como a qualidade *extraordinária* de uma pessoa, seja esta uma qualidade real, pretensa ou presumida.” (Weber, 1971:340). A legitimidade do domínio carismático baseia-se entre outras coisas na revelação do culto ao herói.

Criado e educado na Arábia Saudita, Osama bin Laden é um vetor de força da Guerra Fria que atualmente tem a cabeça a prêmio por 25 milhões de dólares,

vivo ou morto. Aos olhos do FBI, Bin Laden é considerado o inimigo número um dos EUA acusado de cometer o pior atentado terrorista em solo norte-americano, mas para muitos partidários de um amplo movimento internacional ele é uma referência na luta de resistência da jihad islâmica, que expulsou os soviéticos no Afeganistão e agora trava uma guerra sagrada para expulsar os Estados Unidos do território islâmico.

O governo americano tem ampliado sistematicamente o prêmio para quem fornecer informações que levem à captura do terrorista saudita, mas todo o dinheiro e propaganda se mostraram até o presente momento ineficientes. O fracasso na captura de Bin Laden revela importantes indícios sobre o grau de apoio e o carisma que cerca o saudita no mundo árabe. Os EUA capturaram o ex-ditador Saddam Hussein após nove meses de ocupação do Iraque (2003), enquanto passados cinco anos do início da guerra contra o terror e da ocupação do Afeganistão (2002), Osama bin Laden permanece foragido.

Bin Laden cresceu em um mundo árabe onde a divisão das fronteiras nacionais é o resultado da intervenção do ocidente durante décadas de ocupação colonial. Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA gradualmente assumiram um papel de destaque na região que um dia foi uma zona de influência europeia, sustentando monarquias decadentes e governos corruptos.

Ao garantir uma posição estratégica para impedir o avanço soviético no Oriente Médio durante toda a segunda metade do século XX, o governo norte-americano estabeleceu importantes vínculos com ditaduras árabes que garantiram aos EUA o controle sobre uma das maiores reservas de petróleo do mundo. O fim do conflito bipolar não amenizou a dependência do Ocidente para com o petróleo do Oriente Médio, que continua sendo vital para a economia mundial. “A troca de petróleo barato e facilmente acessível, Washington e o Ocidente têm sustentado as tiranias muçulmanas que Bin Laden e outros islamitas tentam destruir” (Scheuer, 2005:13) Ainda segundo Bernard Lewis (*Wall Street Journal*, Outono 2002): “A maioria dos nossos inimigos terroristas provém de países supostamente amigáveis, e a sua maior razão de queixa em relação a nós é que, aos seus olhos, somos

responsáveis por manter regimes tirânicos que os governam – uma acusação que encerra, no mínimo dos mínimos, alguma plausibilidade” (Scheuer, 2005:41).

O terrorismo do 11/09 é o resultado da instabilidade política criada por décadas de Guerra Fria e alianças oportunistas, que geraram regimes autoritários e repressivos. Os conflitos ideológicos combinados com a matriz religiosa nas décadas de 80 e 90 restritas ao contexto nacional do mundo árabe, foram internacionalizados com a ação do radicalismo islâmico da Al Qaeda, em meados de 2001. Genericamente caracterizado como fundamentalismo islâmico, o islamismo radical que norteia as ações da Al Qaeda exportou para o Ocidente a violência anteriormente restrita ao Oriente, mais especificamente circunscrita ao Oriente Médio.

Segundo Bernard Lewis, “o islamismo radical, ao qual se tornou usual dar o nome de fundamentalismo islâmico, não é um único movimento homogêneo. Há muitos tipos de fundamentalismo islâmico em diferentes países, e às vezes, dentro de um mesmo país” (2004: 39). O próprio termo “fundamentalismo” é alvo de grande controvérsia (como visto no capítulo 2.3), mas para efeito de análise adotaremos a definição do sociólogo Anthony Giddens:

Fundamentalismo é tradição sitiada. É tradição defendida de maneira tradicional – por referência a verdade ritual – num mundo globalizante que exige razões.[...] nada tem a ver com o contexto das crenças, religiosas ou outras. O que importa é o modo como a verdade das crenças é defendida ou sustentada.[...]é uma recusa do diálogo num mundo cujo ritmo de continuidade depende dele. (Giddens, 2005: 58).

O que parece diferenciar o radicalismo islâmico do século XX e o radicalismo islâmico do século XXI são as formas pelas quais as redes se constituem para exportar a violência organizada contra civis em escala global. O seqüestro de aeronaves em ações terroristas começou no final da década de 60 com a atividade de grupos radicais da Palestina e, portanto não é um fato novo na história das relações internacionais. A disposição dos mártires suicidas na Palestina ou em outras regiões do mundo também era de conhecimento público nas décadas de 80 e 90. Então o que faz do 11 de setembro um elemento sem precedentes na história do terrorismo internacional? Uma das possíveis respostas é Osama Bin Laden.

Bin Laden foi capaz de reunir diferentes movimentos islâmicos em torno de uma única organização, que gradualmente descentralizou a ação de células terroristas espalhadas pelo mundo. Sob sua liderança, a al Qaeda se transformou em uma rede internacional de financiamento e planejamento, uma fonte de identidade com o propósito de despertar o mundo islâmico para a jihad defensiva contra o colonialismo ocidental em terras do islã. A identidade islâmica tem um papel crucial na formação desse movimento internacional, pois é fonte de poder e reconhecimento.

O uso da violência organizada contra símbolos da modernidade é outra característica do novo terrorismo a partir do 11/09. A ação terrorista direciona a violência organizada contra símbolos da segurança criada em torno do Estado Moderno. “Nova foi a força simbólica dos alvos atingidos. Os atentados não só derrubaram fisicamente as torres mais altas de Manhattan, mas também destruíram um ícone do repertório de imagens da nação americana” (Habermas, 2004:12).

Os atentados contra o World Trade Center e o Pentágono em 2001 são ataques contra símbolos da hegemonia econômica e da supremacia militar dos EUA. Uma supremacia militar conquistada após a derrocada da URSS, que se afirmou na década de 90 com a Guerra do Golfo e a intervenção armada na Iugoslávia. Nas palavras de Samuel Huntington, “O ocidente conquistou o mundo não pela superioridade de suas idéias, valores ou religião, mas sim por sua superioridade em aplicar a violência organizada” (1997). O novo terrorismo internacional é uma forma de contraponto ao modelo de violência organizada do Ocidente.

A al Qaeda exportou a tensão do Oriente Médio para o ocidente mostrando uma incrível capacidade de exercer a violência organizada através do terrorismo. Assim como na guerra do Afeganistão, Bin Laden não atacou os EUA porque este é uma nação de ateus capitalistas, mas porque os EUA representam uma nação de ateus capitalistas que mantém viva a ocupação ocidental no Oriente Médio (Scheuer, 2005). A al Qaeda luta para unificar o mundo muçulmano em torno de uma única causa, expulsar os exércitos estrangeiros do território muçulmano ocupado durante a Primeira Guerra do Golfo em 1991. A guerra contra o ocidente é

segundo essa perspectiva, uma guerra por autonomia e soberania do mundo árabe islâmico.

Muitos americanos procuravam interpretar os ataques contra o WTC como uma guerra entre a idéia de civilização e barbárie, ou a guerra entre a democracia e a tirania. Alguns justificaram o ódio contra os EUA pelo simples fato de que os terroristas odeiam os Estados Unidos, principalmente porque na América os cidadãos elegem seus líderes democraticamente, mas em nenhum momento Osama bin Laden justificou os atentados do 11/09 sobre o prisma dos modelos de governo.

O presidente Bush afirmou em discurso ao congresso dos EUA:

Eles <terroristas> odeiam o que eles vêem exatamente aqui nessa câmara: um governo eleito democraticamente. Seus líderes são autoproclamados. Eles odeiam nossas liberdades: nossa liberdade de religião, nossa liberdade de discurso, nossa liberdade de votar e concordar ou discordar uns com os outros.¹⁰ (Bush, setembro de 2001)

No entanto, durante a Guerra Fria, o republicano Ronald Reagan recebeu um grupo de homens barbados que lutavam pela independência do Afeganistão e afirmou: “-*These are the moral equivalent of American’s founding fathers!*”. Segundo o jornalista do *The New Yorker* Eqbal Ahmad, esses homens tratados com a máxima deferência pela Casa Branca eram os guerreiros do Taleban. A relação de respeito e admiração pelos guerreiros do Afeganistão ainda ganhou as telas dos cinemas em 1988 quando Hollywood retratou os mesmos soldados barbudos, como bravos guerreiros mujahidins envolvidos na guerra sagrada para expulsar a União Soviética do Afeganistão.

Os radicais islâmicos que empreendem uma guerra assimétrica contra os EUA não atacaram a América pelo que esta representa para o mundo, mas porque o mundo desenhado pela América interfere diretamente na autonomia e soberania do Islã.

A ameaça focalizada e letal com que a segurança nacional se depara surge da percepção plausível de que as coisas que os muçulmanos mais amam e valorizam – Deus, o Islão, os seus irmãos e as terras muçulmanas – estão a

¹⁰ George W. Bush, discurso proferido em 20 de setembro de 2001 durante a sessão conjunta do Congresso. Texto extraído do link: <http://archives.cnn.com/2001/US/09/20/gen.bush.transcript/>

ser atacadas pela América, e não por se sentirem ofendidos pelo que a América representa. O que fazemos como nação é, pois, o factor casual crucial no nosso confronto com o Islão. (Scheuer, 2005:38)

Os abusos contra prisioneiros iraquianos e afegãos torturados e humilhados por soldados norte-americanos em Abul Ghraib e Guantanamo apenas reforçam a perspectiva defendida por Osama bin Laden de um Ocidente violento contra o Oriente muçulmano. A natureza jurídica do terrorista ainda será alvo de análise desse trabalho, assim como os efeitos da tortura para a promoção do terror.

Lawrence Wright (2007) realizou extensa investigação sobre a vida de Osama bin Laden entrevistando parentes, amigos e ex-colaboradores e concluiu que Bin Laden teve um despertar religioso aos quatorze anos, provavelmente sobre influência de um professor sírio membro da Sociedade dos Irmãos Muçulmanos (capítulo 3.2). Assim como para outros jovens árabes, a questão da Palestina e a ingerência do Ocidente sobre o Oriente Médio eram motivo de grande ressentimento para o jovem Bin Laden.

A Arábia Saudita era na década de 50 e 60 uma alternativa de refúgio para os radicais islâmicos que foram deportados do Egito. O reino saudita era um Estado que conseguiu conciliar a autoridade religiosa dos ulemás, com a autoridade política da família real. Na década de 50 a maioria dos sauditas vivia na mesma condição de desagregação imposta pela fragmentação política e pela força da tradição de um século atrás.

A maioria dos sauditas na década de 1950 vivia como seus ancestrais 2 mil anos antes. Poucos na verdade se viam como sauditas, já que o conceito de nacionalidades não significa muito para eles, e o governo praticamente não ocupava nenhuma lugar em sua vida prática. Eram trabalhistas sem fronteiras. A igualdade imposta pela pobreza e pela falta de esperança criara uma sociedade tão horizontal quanto o solo do deserto. Códigos de conduta tribais, associados às prescrições do Alcorão, haviam governado o pensamento e a ação individuais. [...] A experiência essencial da vida na península Arábica era que nada mudava. O eterno e o presente eram uma e a mesma coisa. (Wright, 2007:103).

Com o advento dos “petrodólares”, a Arábia Saudita foi projetada do século XIX para o século XX no período de duas décadas. Muitos dos egípcios membros da Irmandade Muçulmana que imigraram para o Reino Saudita, eram indivíduos com instrução superior que acabaram ocupando funções como engenheiros, médicos e

professores. Estes defendiam a idéia de um Islã altamente politizado que fundia religião e Estado e se opunham diretamente ao governo. No choque entre o passado e o presente a tradição wahhabi era a expressão da força da tradição descrita por Giddens em choque com a modernidade da globalização.

Em 1974, Bin Laden aderiu à Sociedade dos Irmãos Muçulmanos, tida como uma organização ilegal pelo governo saudita. Essa relação com a irmandade foi se intensificando ao longo dos anos quando Bin Laden entrou na Universidade Rei Abdul Aziz. A maioria dos autores parece concordar que um dos grandes atributos de Osama Bin Laden é a imagem de um rico muçulmano que abandonou a condição de milionário para combater infiéis em nome da fé. “O carisma puro é especificamente alheio à economia (...) Despreza e condena, no tipo, o aproveitamento dos dons abençoados como fonte de renda – o que, no entanto, é mais um ideal do que uma realidade.” (Weber, 2004:160-161).

Bin Laden foi capaz de exportar a violência anteriormente circunscrita ao Oriente Médio, Egito e Ásia para o coração do Ocidente e com isso atraiu os EUA para uma guerra que a América não pôde vencer. A reação norte-americana criou duas zonas de conflito (Afeganistão e Iraque) que caminharam para uma condição de guerra civil, onde as tropas estrangeiras correspondem ao corpo estranho em meio à cultura local. Sem capacidade para restabelecer o monopólio e o uso legítimo da força no Iraque e Afeganistão, os EUA e os governos de transição nesses dois países, com o passar do tempo serão reconhecidos pela população local como a causa e não como solução para a violência. A manutenção prolongada de tropas americanas em zonas de conflito, como o Iraque e o Afeganistão, tende a desgastar o governo norte-americano: à medida que os atentados terroristas aumentam nos grandes centros urbanos, aumenta o número de soldados americanos mortos em decorrência dos atentados e da guerra de guerrilha e cresce a sensação de insegurança pública.

Ao atacar as torres gêmeas do World Trade Center, a al Qaeda paralisou uma parte significativa da economia internacional e expôs a vulnerabilidade da nação mais poderosa do século XXI ao ataque de um grupo de homens

determinados pela fé islâmica. Através da al Qaeda, Osama bin Laden canaliza a revolta no oriente baseada no choque entre a tradição e a modernidade para uma luta contra a política externa norte americana no mundo árabe. Michael Scheuer, veterano da CIA e fundador da Alec Station, afirma que “a ameaça que bin Laden constitui reside na coerência e na consistência das suas idéias, na perfeita articulação das mesmas e na ações de guerra que ele leva a cabo para as implementar.” (2007:22).

O carisma de Bin Laden tende a crescer com os abusos cometidos pelas tropas americanas que ocupam o Iraque e o Afeganistão. As graves violações dos direitos humanos em face das denúncias de tortura nos prisioneiros da guerra contra o terrorismo, também faz crescer o sentimento *antiamericano*. Em meados de março de 2002 o Instituto Gallup constatou através de pesquisas que 80% dos paquistaneses consideravam “quase ou totalmente injustificável” a ação militar dos EUA contra a Al Qaeda e os Talebans. A resposta dos paquistaneses era semelhante à opinião de 86% dos marroquinos, 89% dos indonésios e 60% dos kuwaitianos. (Scheuer: 2005).

Em junho de 2003 foi publicada a pesquisa *Views of Changing World 2003* do grupo de pesquisa independente *The Pew Research Center*, que entrevistou 16 mil pessoas em 20 países mais os territórios palestinos. A pesquisa¹¹ constatou que o índice de pessoas com opinião favorável aos EUA, após a Guerra do Iraque, decaiu sensivelmente em nações como Brasil, França, Alemanha, Jordânia, Nigéria, Rússia e Turquia. Ainda segundo a pesquisa, o líder mundial por quem os palestinos nutriam maior ou alguma confiança no cenário das relações internacionais é Osama bin Laden com 71% de aprovação. Na mesma pesquisa Arafat obteve apenas 69% dos votos de confiança dos Palestinos. Bin Laden ainda desfrutava, em meados de 2003, de grande confiança na Jordânia (55%), Paquistão (45%) e Indonésia (58%).

Numa época de grande indeterminação política para os antigos guardiões da tradição e da memória coletiva do Islã fundamentalista, onde a tradição se encontra sitiada pela força da globalização, Osama Bin Laden surgiu como um arquétipo

¹¹ <http://people-press.org/reports/display.php3?ReportID=185>

imaculado, um herói da guerra do Afeganistão (capítulo 3.3) e um plácido e benevolente muçulmano que abdicou do conforto e da riqueza para defender sua fé. Aos olhos da periferia do sistema internacional, onde hoje se encontram a Palestina, a Jordânia, o Paquistão e entre os *estranhos* que habitam a Europa, Bin Laden é um verdadeiro *líder carismático* na concepção weberiana. O líder carismático pode ser visto por seus “adeptos” como um instrumento de guerra (Weber, 2004), ou “revolucionário” no sentido de não estar preso à ordem existente (Weber, 1971).

Em contraste com Saddam Hussein, a quem os muçulmanos odiavam por sua brutalidade e comportamento não islâmico mas aplaudiram por cuspir na cara da América, Bin Laden é visto por milhões dos seus correligionários – pela sua defesa do Islão, piedade pessoal, bravura física, integridade e generosidade – como um herói islâmico, o tipo ideal da fé Islâmica e quase um Saladino dos tempos moderno, determinado a defender o Islão e proteger os muçulmanos. (Scheuer, 2005:155)

3.2 - A SOCIEDADE DOS IRMÃOS MUÇULMANOS

A ideologia por trás da al Qaeda possui importantes resquícios de uma organização radical islâmica que data de 1928. A Sociedade dos Irmãos Muçulmanos foi uma manifestação da tradição nos moldes descritos por Giddens (2005), que restaurou os dogmas de conduta do Islã para o dia a dia da sociedade egípcia.

A Sociedade dos Irmãos Muçulmanos teve como objetivo formar um Estado Islâmico no Egito, o que levou seus partidários a organizar um Estado paralelo dentro do Estado oficial (Hourani, 1994). Em meados da década de 50 os Irmãos Muçulmanos do Egito contavam com toda uma infra-estrutura de hospitais, escolas, fábricas, instituições de assistência social. Até um exército foi criado para lutar junto com as tropas árabes na Palestina violando o monopólio e uso legítimo da força por parte do Estado. “Seu primeiro envolvimento ativo em política veio com a revolta dos árabes palestinos em fins da década de 1930. No fim da década, eram uma força política a ser levada em conta, e espalhavam-se na população urbana”. (Hourani, 1994:351).

No início dos anos 50 o Egito era uma nação dividida entre a força da tradição e a modernidade, onde a irmandade muçulmana contava com mais de 1 milhão de membros para uma população de 18 milhões de habitantes.

Embora a irmandade fosse um movimento de massa, também se organizava intimamente em [famílias] cooperativas – células contendo não mais do que cinco membros, conferindo à organização uma qualidade esponjosa e clandestina que acabou se mostrando difícil de detectar e impossível de erradicar. (Wright, 2007: 38).

Esse modelo de células é, não por coincidência, uma das características herdadas pela rede Al Qaeda. As células terroristas da Al Qaeda estão espalhadas pelo mundo e permanecem inativas por longos períodos. Quando acionadas podem executar operações de grande impacto como ficou comprovado pelos atentados de Madri (2004) e Londres (2005).

Segundo Lawrence Wright, a Sociedade dos Irmãos Muçulmanos “agia menos como contra-governo do que como contra-sociedade, que era na verdade seu objetivo. O fundador Hassan al-Banna se recusava a pensar a organização como um mero partido político; pretendia que ela fosse um desafio à idéia de política como um todo” (Wright, 2007:38).

Foi Sayyid Qutb, após a morte de al-Banna, o responsável por desenvolver uma rigorosa interpretação da doutrina social do Islã, que orientou a Sociedade dos Irmãos Muçulmanos na luta contra o Estado egípcio, de Nasser a Sadat. Qutb foi um dos principais teóricos do radicalismo islâmico no século XX e um mártir para dezenas de gerações, dentro e fora do Egito.

Quando o exército liderado pelo general Gamal A. Nasser depôs o governo do Egito em 1954, a Sociedade dos Irmãos Muçulmanos deu cobertura aos insurgentes providenciando um plano de fuga caso o golpe de Estado desse errado. O rompimento com o passado, que ia se mostrar em muitas esferas, foi simbolizado pela deposição do rei e a proclamação de uma república no Egito (Hourani, 1994). Mas após a queda do antigo regime as diferenças entre Nasser e Qutb ficaram evidentes.

O sonho político de Nasser era um socialismo pan-árabe, moderno, igualitário, secular e industrializado, as vidas individuais dominadas pela presença esmagadora do Estado de bem estar social. Seu sonho pouco tinha a ver com o governo islâmico teocrático preconizado por Qutb e os Irmãos Muçulmanos. Os islamitas queriam reformular por completo a sociedade, de cima para baixo, impondo valores islâmicos a todos os aspectos da vida, de modo que todo muçulmano pudesse atingir sua expressão espiritual mais pura. (Wright, 2007:40).

O regime militar contava com pouco apoio popular, mas a sorte de Nasser mudaria em 26 de outubro de 1954 quando os Irmãos Muçulmanos organizaram um atentado terrorista para assassinar o presidente em praça pública. O atentado fracassado contra a vida do presidente Nasser fortaleceu o governo e expôs a Sociedade dos Irmãos Muçulmanos. Em retaliação aos atentados terroristas, o governo do Cairo iniciou uma série de prisões contra os membros da irmandade, dentre eles Sayyid Qutb. Nas prisões do Egito, Qutb e seus asseclas foram interrogados e torturados. Muitos prisioneiros foram sumariamente executados e os processos de investigação se arrastaram por anos, chamando a atenção da comunidade internacional para o julgamento da Irmandade Muçulmana.

Uma linha do pensamento propõe que a tragédia americana do 11 de setembro nasceu nas prisões do Egito. Defensores dos direitos humanos no Cairo argumentam que a tortura criou uma vontade de vingança; primeiro em Sayyid Qutb e depois em seus seguidores, incluindo Ayman al-Zawahiri. O alvo principal da ira dos prisioneiros foi o governo secular egípcio, mas uma raiva enorme também foi dirigida ao Ocidente, vista como força capacitadora por trás do regime repressivo. (Wright, 2007: 67)

De fato, a questão da tortura se mostrou um elemento recorrente na luta contra o terrorismo. Após a ocupação do Afeganistão os EUA estabeleceram em Guantánamo / Cuba, uma base para receber os suspeitos capturados na guerra contra o terror. Privados de plenos direitos de defesa, muitos prisioneiros acusados de terrorismo, ou de colaborar com terroristas, foram e são submetidos ainda hoje a sessões de tortura “legalizadas” que visam extrair informações cruciais na guerra contra o terror.

Em 2004, vieram à tona fotos de soldados norte-americanos torturando e humilhando sexualmente prisioneiros iraquianos nas dependências de Abu Ghraib, antiga prisão para onde Saddam Hussein enviava seus prisioneiros políticos. “Para os prisioneiros a câmara tinha o potencial de expor sua humilhação para a família e

amigos, servindo assim como um ‘multiplicador de vergonha’, colocando um enorme poder na mão do interrogador”. (Danner, 2004:39) Durante as investigações os carcereiros de Abu Ghraib reconheceram que aplicavam táticas de interrogatório baseadas no “desarranjo homeostático”, que segundo o manual da CIA induzia o prisioneiro ao “estado de debilidade-dependência-terror”. (Danner, 2004) Ao que tudo indica a mudança de regime não acabou com a prática da tortura, que apenas trocou de uniforme no Iraque.

Em algum momento de nosso século se tornou comum a compreensão de que os homens uniformizados devem ser mais temidos. Os uniformes criam o símbolo dos servidores do estado, essa fonte de todo poder e acima de tudo do poder coercitivo ajudando e favorecido pelo poder que absolve da desumanidade. (...) O estado que vestiu homens de uniforme, de modo que estes pudessem ser reconhecidos e instruídos para pisar, e antecipadamente absolvidos da culpa de pisar. (Bauman, 1998:28)

Durante o tempo em que permaneceu na prisão, Sayyid Qutb escreveu secretamente um livro que foi aos poucos contrabandeado para fora da cela, até ser publicado em 1964. No manifesto chamado *Marcos*, Qutb ponderava sobre a traição dos governos muçulmanos que se afastaram do Islã e mergulharam na *jahiliyya*, um período de ignorância e barbárie. Essa diferenciação entre muçulmanos foi o ponto de ruptura para justificar uma guerra contra o “inimigo próximo”, que colocaria muçulmanos contra muçulmanos.

Após a morte do profeta Maomé, a comunidade muçulmana se dividiu em duas vertentes políticas, os Sunitas e os Xiitas. Na compreensão de Qutb o islã mergulhou na *fitna*, o caos que dividiu a sociedade muçulmana e a está conduzindo à ruína. Segundo um dito muito conhecido do profeta Maomé, o sangue de um muçulmano não pode ser derramado, exceto por três situações: punição por homicídio, infidelidade conjugal e afastamento do Islã.

A doutrina teórica desenvolvida por Qutb excomungou aqueles que na sua visão se afastaram do caminho do Islã e mergulharam no estado da barbárie conhecido como *jahiliyya*. Para Marc Sageman (2004), embora Qutb não seja o primeiro a utilizar esse conceito de cisão do Islã ele foi o primeiro a desenhar as suas implicações radicais. A partir da ideologia propagada através de *Marcos*, Qutb justifica o assassinato de muçulmanos pelas mãos de outros muçulmanos.

Nos anos 60, Nasser subestimou a influência de Qutb que voltou a conspirar contra o governo, mesmo após quase ser condenado à morte. Ao ganhar a liberdade, Qutb recebeu armas e dinheiro da Arábia Saudita, que temia secretamente pelo alcance da Revolução de Nasser (Wright, 2007). O financiamento de grupos radicais islâmicos por parte do governo saudita é uma prática recorrente no século XX, como veremos a seguir. Assim como a Arábia Saudita procurou desestabilizar o governo egípcio através do financiamento do terrorismo islâmico na década de 60, na década de 80 os radicais islâmicos do Afeganistão também receberam suporte de Riad.

O movimento radical islâmico no Egito foi desmascarado pela polícia secreta e Qutb foi novamente preso. O novo julgamento de Sayyid Qutb durou três meses e conforme se aproximava a condenação do egípcio, cresciam as manifestações populares nas ruas do Cairo. Nasser enviou um interlocutor de seu governo para propor uma conciliação entre ele e Qutb. Segundo Lawrence Wright, o general prometeu que, se Qutb apelasse da sentença, ele mostraria misericórdia.

Na verdade, Nasser estava até disposto a oferecer-lhe o cargo de ministro da educação novamente. Qutb recusou. Depois sua irmã, Hamida, que também estava na prisão, foi levada até ele. 'O movimento islâmico precisa de você', ela implorou. "Anote isto", Qutb respondeu. "Minhas palavras serão mais fortes se me matarem. (Wright, 2007:45)

A luta pessoal de Qutb até a sua morte gerou uma legião de seguidores da Sociedade dos Irmãos Islâmicos, que imigraram para outros países do Oriente Médio. Para Marc Sageman (2004), a influencia teórica dos preceitos radicais desenhados por Sayyid Qutb ocupou um vácuo ideológico, principalmente após a derrota do mundo árabe contra Israel em 1967. Alguns dos fundadores da Al Qaeda, afirma Sageman, eram discípulos egípcios da Sociedade dos Irmãos Muçulmanos que encontram abrigo no Afeganistão com destaque para Ayman al-Zawahiri, segundo na cadeia de comando da rede Al Qaeda e homem de confiança de Bin Laden.

3.3 - GUERRA DO AFGANISTÃO (1979-89)

A Guerra do Afeganistão representa simultaneamente o preâmbulo para a construção do mito do herói em torno de Osama bin Laden, e a pedra base para a formação da rede terrorista Al Qaeda. Foi durante o conflito do Afeganistão que se forjou a principal aliança entre os radicais islâmicos - na Ásia e no Oriente Médio - com o governo norte americano e onde os EUA tiveram a primeira oportunidade de fomentar o “Vietnã Soviético”.

Para formar o *líder carismático* é necessário atribuir-lhe uma qualidade pessoal considerada extracotidiana, que pode ser de origem divina, mágica, ou pode ser interpretada como uma virtude excepcional como o herói de guerra. (Weber, 2004). Bin Laden conseguiu construir ou reunir todas essas características a partir da sua participação na guerra do Afeganistão. O saudita foi um importante entreposto para o capital norte-americano e as guerrilhas mujahidins abastecendo a resistência afegã com mantimentos e armas, além de dispor de parte da sua fortuna pessoal para apoiar os esforços de guerra. Mais tarde o próprio Bin Laden participou, junto com um destacamento de árabes não afegãos, de algumas escaramuças que lhe renderam a fama de “herói de guerra” e um devoto muçulmano.

Assim como Bin Laden personifica o *líder carismático*, a rede Al Qaeda representa o quadro administrativo do senhor carismático descrito por Weber. O quadro *administrativo* do senhor carismático não é formado a partir do grupo de ‘funcionários profissionais’, ou possui características de formação profissional. “Não é selecionado segundo critérios de dependência doméstica ou pessoal, mas segundo qualidades carismáticas: ao ‘profeta’ correspondem os ‘discípulos’; ao ‘príncipe guerreiro’, o ‘séqüito’; ao ‘líder’, em geral, os ‘homens de confiança’.” (Weber, 2004:159-160) Todo o núcleo duro da rede Al Qaeda descende diretamente da Guerra do Afeganistão e indiretamente da Sociedade dos Irmãos Muçulmanos. Os principais homens de confiança de Osama bin Laden e o próprio Bin Laden compartilham entre si laços de sangue, após se casarem com irmãs e primas de seus colegas selando vínculos de comunidade em torno do núcleo familiar tradicional.

* * * * *

Na década de 80, quando eclodiu a Guerra do Afeganistão, o Paquistão temia se transformar no próximo alvo do poderoso exército vermelho. O Paquistão é banhado pelo mar do Golfo de Omã, por onde passam regularmente os superpetroleiros do Iraque, Irã, Kuwait e Arábia Saudita. A região é um ponto geoestratégico para controlar o escoamento do petróleo que abastece principalmente os EUA. Na expectativa de retardar uma inevitável guerra com a URSS, o Paquistão forneceu abrigo e treinamento para os insurgentes afegãos, enquanto se preparava para o confronto. Prevendo a ameaça da expansão soviética para o futuro das exportações de petróleo do Oriente Médio para os EUA, o governo Carter e o príncipe Turki al-Faisal subsidiaram a resistência afegã.

No início da década de 80 havia mais de 170 milícias armadas no Afeganistão combatendo as tropas do exército soviético. Para organizar o financiamento da guerrilha, a inteligência do Paquistão designou sete grandes partidos de refugiados políticos cujos líderes ficaram conhecidos como “os sete anões” pela CIA. “A ajuda americana aos mujahideen afegãos dirigida pela CIA, foi o maior e mais bem sucedido programa de operações secretas da história da América” (Scheuer, 2005:65). Esses líderes tribais costumavam brigar entre si, mas seus exércitos eram extremamente eficientes e devotados à guerra de resistência.

Para arrecadar recursos e enviar ao Afeganistão, Turki empregou os esforços de um jovem empreiteiro chamado Osama Bin Laden cuja família tinha sólidos laços com o seu governo. Bin Laden foi enviado para o Afeganistão de onde retornou muito impressionado com os guerreiros mujahidins, personificados como heróis do islã. Inicialmente o saudita organizou captação de fundos para abastecer os guerrilheiros com armas e mantimentos, mas à medida que a Guerra do Afeganistão se intensificava organizou pessoalmente uma pequena milícia de “afegãos árabes”, na sua grande maioria radicais islâmicos que atenderam ao chamado da jihad para expulsar os infiéis do Afeganistão.

Os afegãos árabes eram muitas vezes renegados em seu próprio país, e descobriam que a porta se fecha atrás deles assim que partiam. Como pessoas apátridas, naturalmente se revoltavam contra a própria idéia de

Estado. Viam-se como um grupo sem fronteiras incumbido por Deus de defender todo o mundo muçulmano. (Wright, 2007:124).

Durante a Guerra do Afeganistão os afegãos árabes criaram um novo mito em torno da identidade islâmica produzindo uma autodescoberta da cultura, vinculada à percepção de nação e soberania do mundo islâmico. Os voluntários da jihad foram enviados ao Afeganistão pelos governos do Egito, Kuwait, Jordânia e a Arábia Saudita com a dupla intenção de combater as tropas soviéticas e ao mesmo tempo se livrar da presença dos radicais islâmicos em seus respectivos territórios. “O Egito esvaziou discretamente suas prisões, onde havia ativistas políticos e psicóticos, mandando-os para a guerra do Afeganistão, com grande esperança de que eles jamais retornassem” (Bearden & Risen, 2005:229).

De fato ninguém esperava que estes homens retornassem da guerra e muitos ex-combatentes foram presos ou extraditados quando tentaram regressar. Centenas de ex-combatentes imigraram para o Paquistão, mas aqueles que conseguiram retornar para seu país de origem passaram a questionar o poder local a partir de uma visão radical do Islã. Os combatentes da jihad reivindicavam um sistema político que seguisse expressamente os preceitos sagrados do alcorão na sua forma mais conservadora. “Mesmo quem teve pouca experiência real de combate foi doutrinado na cultura do martírio e do *takfir*. Eles desfilavam em torno da mesquita, muitas vezes usando trajes afegãos para indicar seu status especial.” (Wright, 2007:185)

Até meados da década de 80 a maioria dos muçulmanos vislumbrava na URSS uma ameaça contra o Islã, potencialmente maior do que os EUA. Historicamente a União Soviética foi mais pro ativa que os EUA no reconhecimento do Estado de Israel, tido pela maioria dos países árabes como uma grave violação de soberania. Em 1948:

A União Soviética desempenhou papel significativo na obtenção da maioria pela qual a Assembléia Geral das Nações Unidas votou o estabelecimento de um Estado judeu na Palestina e deu a Israel imediato reconhecimento *de jure*. Os Estados Unidos estavam mais hesitantes, e deram apenas reconhecimento *de facto*. (Lewis, 2004:96)

Na década de 50 o Kremlin manteve forte alinhamento com o regime do general Nasser que rompeu com a Sociedade dos Irmãos Muçulmanos e executou Sayyid Qutb. Finalmente, em 1979, o exército soviético ocupou o Afeganistão despertando a jihad islâmica que uniu temporariamente milhares de muçulmanos de diferentes nacionalidades em torno de uma causa comum.

Em 1988 foi fundada a Al-Qaeda al Askariya com o propósito de manter uma base de treinamento permanente para combater a União Soviética. Bin Laden pretendia manter o treinamento de afegãos árabes até o fim da guerra para depois escolher aqueles que mais se destacavam. A Guerra do Afeganistão foi terminantemente um confronto entre tropas soviéticas e insurgentes afegãos que chegou ao fim em 15 de fevereiro de 1989, quando o último destacamento Russo bateu em retirada do Afeganistão.

O Afeganistão destruído por nove anos de conflito, foi imediatamente tomado por uma guerra civil. Segundo Lawrence Wright, Bin Laden imaginava dar seqüência a luta contra a União Soviética na Caxemira ou nas Filipinas. “O interessante era que os Estados Unidos não constavam ainda na lista de ninguém. A vanguarda que ele <Osama Bin Laden> criará seria principalmente para combater o comunismo”. (Wright 2007:152).

Hoje é possível concluir retrospectivamente que os EUA (CIA) ajudaram a criar a figura do herói de guerra e do *líder carismático* (Osama Bin Laden), na ânsia de infringir a URSS uma derrota igual ou superior ao fracasso norte-americano no Vietnã. Os conflitos na década de 80 e mais tarde na década de 90 ajudaram a Al Qaeda a criar a imagem do inimigo, inicialmente corporificado pela URSS e depois pelos Estados Unidos. A atual guerra contra o terrorismo transformou antigos aliados – como Osama Bin Laden e a CIA – em novos inimigos e antigos inimigos – como o Paquistão, considerado pela Casa Branca um Rogue State na década de 90 – forjaram novas alianças.

4. O MUNDO PÓS 11 DE SETEMBRO

Junto com as incertezas e o descontrole no mundo contemporâneo, têm crescido também o medo e a sensação de insegurança. A sociedade de risco se defronta nesse início de século com o paradoxo entre segurança e liberdade, como se a segurança fosse incompatível com a liberdade, ou como se a liberdade fosse uma ameaça à segurança individual e coletiva.

A sociedade de risco só tende a exacerbar a condição que promete corrigir. E a fará injetando mais força nas pressões que foram, e continuam a ser, a fonte mais abundante da insegurança. Ao eleger Osama bin Laden como inimigo número um dos EUA, a gestão Bush desviou toda a atenção do eleitorado norte-americano para a questão da guerra contra o terrorismo, afastando o interesse público das verdadeiras fontes de tensão e ansiedade do mundo contemporâneo. Dos quatro principais temas em discussão nas eleições em de 2004, o republicano George W. Bush só levava vantagem no item segurança e combate ao terrorismo. Mesmo assim o democrata John Kerry obteve proporcionalmente menos votos em 2004 do que o seu antecessor Al Gore em 2000.

Cada vez mais os indivíduos são soberanos apenas na aparência, e em épocas específicas, quando são chamados a exercer sua soberania, quase sempre é para abdicar a ela. Benjamin Constant (1985) comparou ainda no século XIX a liberdade dos antigos com a liberdade dos modernos para descrever duas formas de sociedade. Nos antigos, o direito de participar e deliberar sobre a guerra e a paz era exercido de forma direta - sem intermediários -, mas o indivíduo era completamente submisso à autoridade do coletivo.

Os antigos estavam dispostos a fazer muitos sacrifícios pela conservação de seus direitos políticos e de sua parte na administração do Estado. Cada um, sentindo com orgulho o que valia seu voto, experimentava uma enorme compensação na consciência de sua importância social. Essa compensação já não existe para nós <modernos>. Perdido na multidão o indivíduo quase nunca percebe a influência que exerce. Sua vontade não marca o conjunto: nada prova, a seus olhos, sua cooperação. (Constant, 1985:15)

O desencanto com a democracia levou a um empobrecimento do espaço de discussão pública nos EUA. Já vimos anteriormente que nas eleições presidenciais

de 2000 uma parcela significativa na população nos Estados Unidos se absteve. Ao mesmo tempo, o empate técnico entre George Bush e Al Gore deixou um sentimento de que cada voto pode fazer a diferença; agora veremos como os atentados de 11 de setembro alteraram a percepção de segurança da opinião pública americana e como o medo e a insegurança influenciaram na reeleição do presidente Bush em 2004.

Os temas do terrorismo e da (in)segurança não influenciaram apenas as eleições presidenciais de 2004, mas foram fundamentais para a formulação da atual doutrina de segurança dos EUA, que desde o 11 de setembro exacerba o secular “excepcionalismo” norte-americano. Esse mesmo caráter excepcional dos EUA foi descrito ainda no século XVIII por James Madison como “o destino de um país que é sob muitos aspectos o mais interessante do mundo” (1993:93). Tanto para Madison quanto para outros americanos – republicanos ou democratas –, parece estar reservada ao povo deste país, por suas condutas e exemplo, a posição de decidir sobre questões cruciais para o futuro do mundo. Mesmo antes dos artigos Federalistas ou da independência dos EUA, os americanos sempre tiveram a convicção em comum de que à sua nação estava reservado um destino grandioso (Kagan, 2003).

Robert Kagan (2003) exalta a política realista unilateral dos Estados Unidos minimizando a cooperação e a interdependência diante da suposta paralisia idealista européia: “Seja qual for o apoio moral e político que a Europa ofereça, pouco tem a oferecer aos Estados Unidos na área da estratégia militar desde o final da Guerra Fria” (Kagan, 2003:99) – o que não impede que o rescaldo da ocupação, política e operacionalmente muito complexo, seja deixado sempre que possível a cargo dos europeus ou de organizações internacionais. (Dupas, 2003) É o caso de Kosovo, do Afeganistão, da Palestina e muito provavelmente do Iraque.

Os Estados Unidos, como todo bom filho do iluminismo, ainda acreditam na possibilidade de perfeição humana, e mantêm a esperança da possibilidade de perfeição do mundo. Mas continuam realistas no sentido limitado de que ainda crêem na necessidade de poder num mundo que permanece longe da perfeição. (Kagan, 2003:96)

Kagan descreve um mundo dividido entre o realismo norte-americano e um idealismo europeu no contexto da política externa e da segurança internacional. No entanto, o principal embate entre o realismo e o idealismo não se deu entre americanos e europeus, mas dentro da própria política norte-americana (Habermas, 2004). Até o final dos anos 90 os americanos se mantinham presos aos limites do direito internacional, buscando no Conselho de Segurança da ONU a legitimidade para as intervenções armadas. Com o advento dos atentados de 11 de setembro, os EUA rompem com as amarras do *jus in bello* – “a civilização das ações de guerra restritas a combatentes, a defesa da população civil e dos feridos, o tratamento humanitário dos presos de guerra e a proteção dos bens culturais” (Habermas, 2004:159) –; primeiro com o tratamento dispensado aos prisioneiros da guerra contra o terror; e depois, com a estratégia de guerra preventiva contra o Iraque.

Para analistas como Bernard Lewis os atentados de 11 de setembro derivam em última instância de uma rejeição à civilização ocidental propriamente dita e aos nacionalismos fracassados, após uma tentativa falhada de modernização dos países de maioria muçulmana (Lewis, 2004). “Para alguns, a resposta é mais e melhor modernização, alinhando o Oriente Médio com o mundo moderno e em vias de modernização. Para outros, a modernidade é, por si só, o problema e a fonte de todas as misérias” (Lewis, 2004:114). Lewis atribui a hostilidade do mundo muçulmano ao fracasso da democracia e ao desvio do foco do combate a pobreza e tirania para o combate a globalização, quase sempre associada com a penetração econômica dos EUA ao redor do mundo.

As reflexões sobre as raízes profundas do terrorismo continuam bloqueadas entre os Americanos, que mantêm a tese de incompatibilidade do Islã com os valores da América. (Dupas, 2003) Assim como Jacques Derrida, Bernard Lewis ignora a exclusão e a humilhação vivida por muitos árabes que se transformaram, ou foram transformados, nos novos *estranhos* aos olhos do ocidente. Para os defensores da atual doutrina de segurança dos EUA, o multilateralismo passou a desempenhar um papel nitidamente acessório na estratégia e na promoção da política externa norte-americana (Amorin, 2003).

Atualmente a Casa Branca projeta um modelo de política externa baseado no antigo sistema da Guerra Fria, mas ignora o atual contexto de cooperação e interdependência do sistema internacional. Neste contexto, a globalização destrói o espaço estratégico onde atuavam os Estados nacionais tornando as ações unilaterais cada vez menos eficientes.

4.1 - A DOUTRINA DE SEGURANÇA DOS EUA

Quando George W. Bush assumiu a Casa Branca em janeiro de 2001, pairavam muitas dúvidas sobre a legitimidade do 43º presidente dos Estados Unidos. O país estava parcialmente dividido pela disputa eleitoral, que no ano 2000 foi decidida por uma margem muito estreita de votos, após uma eleição marcada pelo alto índice de abstenção e a polêmica criada em torno da apuração de votos dos colégios eleitorais.

O candidato democrata Al Gore recebeu a maioria simples dos votos diretos para presidente, mas o republicano George Bush foi eleito presidente. Nos EUA o modelo federativo produziu um sistema representativo de voto indireto, onde o candidato à presidência mais votado em um Estado soma todos os votos do Colégio Eleitoral, segundo a regra do “winner takes all” ou “o vencedor leva tudo”. De acordo com essa prática, que remete ao século XVIII, um candidato nos Estados Unidos pode ser eleito presidente sem que tenha computado a maioria simples dos votos individuais.

A dúvida quanto ao resultado das eleições, tecnicamente empatadas pela pesquisa de boca de urna, foi agravada pelo processo de apuração deficiente em muitos Estados, o que acabou retardando a definição do pleito eleitoral. Os dois políticos chegaram a declarar publicamente a vitória, mas a decisão final se prolongou por meses, até que em 2001 George Bush assumiu o controle da Casa Branca. Com a missão de reunificar os EUA, polarizados pela disputa entre Democratas e Republicanos, Bush era tido por muitos analistas políticos como um presidente com pouca legitimidade.

No primeiro ano de seu mandato, Bush restaurou a extinta corrida nuclear da Guerra Fria, ao retomar o projeto do escudo de defesa antimísil criado durante o governo Reagan. A percepção de ameaça do governo norte-americano no início do século XXI estava orientada para a proliferação de mísseis balísticos e armas de destruição em massa. “Em vez de apresentarem como proposta uma ‘doutrina’ coerente, Cheney¹² e seu time defendiam iniciativas isoladas, aparentemente sem nexos entre si (como o projeto de defesa antimísseis e o escudo espacial). A impressão era de que eles estavam em busca de inimigos para, depois de achá-los, se articularem.” (Lins da Silva, 2003:52) Assim como o governo de Ronald Reagan, George W. Bush procurou expandir os gastos militares com o objetivo de conferir aos EUA uma superioridade militar única na história.

O relatório do Think Tank conservador *New American Century*, “Rebuilding American’s Defence”, publicado em 2000, foi uma das principais fontes de inspiração para o departamento de defesa na gestão Bush. Ao republicano Donald Rumsfeld, que participou ativamente das políticas de defesa dos governos republicanos e democratas, durante as últimas décadas, foi confiado o cargo de Secretário de Defesa. Em 1998, Rumsfeld integrou a comissão para avaliar a ameaça de mísseis balísticos contra os EUA e concluiu que Iraque, Irã e Coreia do Norte teriam condições de desenvolver essas armas em cinco ou dez anos.

Em 2001, o Departamento de Defesa direcionou a política de segurança dos EUA para conflitos pontuais que seguiam os moldes da Guerra Fria, onde os Estados eram os principais atores das relações internacionais e o poder de uma nação era determinado pela força dos seus exércitos. Os exércitos por sua vez eram medidos de acordo com sua capacidade tecnológica para desenvolver e disparar mísseis balísticos carregados com ogivas convencionais ou dispositivos nucleares. Segundo Ulrich Beck, “é estonteante a velocidade com que as prioridades da política externa da América foram radicalmente alteradas. O projeto de um sistema de defesa nacional com mísseis ainda dominava o pensamento e a ação política de

¹² Richard Bruce Dick Cheney foi secretário de defesa de George W. H. Bush entre 1989 e 1993 e vice presidente dos EUA no mandato de George W. Bush. Atribui-se a Cheney o papel de arquiteto da Segunda Guerra do Iraque.

Washington até muito recentemente, mas agora nem sequer é mencionado". (Beck, 2001:01).

A política de defesa do governo Bush anterior ao 11/09 procurou fortalecer a liderança norte-americana na Ásia e no Oriente Médio, orientada para a ameaça que emanava da China, Irã, Iraque, Paquistão e a Coreia do Norte. A política de contenção da Guerra Fria - caracterizada por um sistema bipolar de poder -, foi substituída pela política de promoção das zonas democráticas de paz, com a função de preservar a Pax Americana (hegemonia Americana). Já os EUA pós 11/09, segundo reconhece Robert Kagan: "continuam chafurdando na história, exercendo o poder num mundo hobbesiano anárquico, onde as leis e as diretrizes internacionais não são dignas de confiança, e a verdadeira segurança, a defesa e a promoção da ordem liberal ainda dependem da posse e do uso do poderio militar". (Kagan, 2005:07) Em última análise, política externa "se trata, essencialmente, de segurança", afirmou a assessora de Segurança Nacional do presidente Bush (Rice, 2002:62).

A recusa em ratificar importantes iniciativas como o Tribunal Penal Internacional, o Banimento de Armas Biológicas e o Acordo de Armas Pequenas e Leves, entre outras, ilustra o caminho adotado pela política externa da gestão Bush. "Seu equívoco deriva de uma compreensão errada do que significa hegemonia em um sistema internacional, que não se define mais pelo equilíbrio de poderes, mas pela globalização e pela democracia" (Bresser-Pereira, 2003:43).

Em meados de 2002 era inequívoca a posição unilateral da Casa Branca para compor alianças, cada vez mais circunstâncias, de acordo com o cenário militar de operações. Para o ex-Secretário de Defesa Donald Rumsfeld, "é a missão que deve determinar a coalizão, e não a coalizão determinar a missão; do contrário, a missão será emburrecida pelo mínimo denominador comum" (Rumsfeld, 2002:21). O maniqueísmo da política de segurança norte-americana era explícito: "entendemos agora que ser o alvo de assassinos treinados é um tônico poderoso que faz com que as discussões sobre os assuntos importantes se pareçam mais com diferenças de planos de ação, do que com o confronto de valores" (Rice, 2003:66).

Orientado pelo princípio exclusivo da manutenção da soberania, os EUA ignoraram a crescente interdependência do século XXI e adotaram políticas unilaterais para lidar com questões no âmbito da segurança coletiva. O “eixo do mal” descrito por George W. Bush estaria integrado pelos mesmos “Estados Delinqüentes” da gestão Clinton, o que revela uma perspectiva de continuidade na política de segurança norte-americana. “O que o 11 de setembro permitiu de novo foi a aceleração de um rumo já traçado pela administração Bush, levando os democratas a apoiarem escolhas estratégicas mais agressivas da administração republicana, acelerando a ‘guerra contra o terrorismo’ e garantindo folgada maioria aos republicanos no Congresso” (Dupas, 2003:197-198).

Benjamin Barber (2003) definiu as duas principais correntes da política externa norte-americana não pela diferença de opiniões entre democratas e republicanos, mas pelo posicionamento em relação à questão da maior ou menor interdependência do sistema internacional e ao papel reservado ao tema da segurança. Ele distinguiu estas correntes valendo-se do que ele convencionou chamar de grupo das Águias, liderado pelo então Secretário de Defesa Donald Rumsfeld, e de grupo das Corujas, personificado pelo Secretário de Estado Collin Powell.

As Águias, na concepção de Barber, adotaram um modelo de política unilateral e são céticas em relação à interdependência do sistema internacional. Para elas, os EUA são uma nação excepcional incumbida por seu caráter único de propagar a democracia e libertar os demais povos dos regimes tirânicos, como o Iraque. Em contraposição a elas, as Corujas são mais convictas de que a segurança e a liberdade não podem mais ser garantidas apenas pelo monopólio e uso exclusivo da força unilateral do Estado.

Por mais que prezem a soberania, as Corujas acreditam que, muito antes dos ataques de 11 de setembro, sua essência foi comprometida.[...] Por mais que percebam o quanto o medo pode influenciar os homens, sabem que ele pode ser usado tanto por terroristas quanto por Estados legítimos.(Barber, 2005:59)

A perspectiva de punir os terroristas responsáveis pelos atentados do 11/09 não deveria, na perspectiva das corujas, se sobrepôr à democracia e ao direito

internacional. Os fins não podem simplesmente justificar os meios e mesmo a superpotência não pode ignorar as leis que orientam o sistema jurídico internacional, como rege o princípio universal da soberania e da autonomia dos Estados.

O principal embate entre Corujas e Águias nesse início de século se deu em torno da Guerra do Iraque (2003). Collin Powell procurou manter unida a coalizão criada após os atentados de 11 de setembro que deram legitimidade às ações dos EUA no Afeganistão (2001), mas ao mesmo tempo previu que essa coalizão não se sustentaria, caso os EUA decidissem abrir uma segunda frente de batalha no Iraque. As Águias do Departamento de Defesa, por sua vez, endossaram a doutrina da guerra preventiva pela qual o exército deveria realizar ações militares antes que a ameaça tomasse a forma de um ataque estrangeiro contra os EUA.

Rompendo com a doutrina de dissuasão que perdurou por cinco décadas, a política externa unilateral das Águias se sobrepôs à política de dissuasão da Guerra Fria. “A diferença agora é a determinação norte-americana em estender esse ‘direito de agir’ de maneira muito mais ampla e difusa em termos de justificativas, cenários e definições de ameaças” (Amorin, 2003:57). A nova guerra contra o terrorismo e o argumento em prol da ação preventiva – atacar antes que os EUA viessem a ser alvo de um novo atentado praticado por uma organização ou governo – conferiu a principal característica da política externa norte-americana, a partir do 11 de setembro. “A lógica da guerra preventiva visa a impedir que se concretizem planos hostis do adversário. Mas o que faz, na realidade, é provocá-lo a agir” (Barber, 2005:166).

O vice-presidente Dick Cheney e o Secretário de Defesa Donald Rumsfeld tentaram desacreditar a ONU, apontando inúmeras falhas para os regimes de inspeção que antecederam a Segunda Guerra do Iraque em 2003. Os EUA tentaram convencer a comunidade internacional dos perigos que o regime de Saddam representava para a segurança internacional, associado regimes tirânicos ao terrorismo internacional.

Os tiranos aliados dos terroristas aumentam em muito o alcance de seus danos mortais. Os terroristas aliados dos tiranos podem comprar novas tecnologias que lhes possibilitarão assassinar em uma escala ainda maior.

Cada ameaça aumenta o perigo da próxima. O único caminho para a segurança é confrontar efetivamente os terroristas e os tiranos. (Rice, 2003:64)

No entanto, o regime de Saddam Hussein era muito menos tolerante com terroristas, como a organização Al Qaeda, do que a Arábia Saudita – aliada estratégica e uma das principais fontes de petróleo para os EUA. Quando os EUA tentaram obter apoio no Conselho de Segurança para liderar uma guerra contra o Iraque, os europeus sentiram “que ao invés da força servir aos objetivos da diplomacia americana, a força tinha se tornado um objetivo em si mesma, e que Washington se utilizava da diplomacia simplesmente para suavizar o caminho para uma invasão” (Rubin, 2004:113). A essa altura o apoio incondicional da comunidade internacional na luta contra o terrorismo gradativamente se transformava em manifestações de repúdio à Guerra do Iraque – primeiro com as manifestações de subpolítica ao redor do globo (Cap.1.2) e depois com o bloqueio de diferentes membros da ONU ao projeto norte-americano de invasão do Iraque.

A invasão do Iraque em 2003 resultou em uma das piores crises de legitimidade da ONU. Ao não ceder à pressão dos EUA, as Nações Unidas se mantiveram fiéis ao princípio de preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, reafirmar os direitos fundamentais dos homens, respeitar os tratados e outras fontes do direito internacional, assim como manter a igualdade soberana de seus membros. Muitos analistas passaram a questionar a efetividade de uma organização internacional sem poder para deter uma agressão militar – principalmente se essa transgressão vier da superpotência norte-americana. A verdade, no entanto, é que o sistema ONU funcionou. Os votos dos membros não permanentes do Conselho de Segurança refletiram as opiniões de seus grupos regionais e a falta de apoio para o projeto americano de ocupação do Iraque não era uma falha do sistema ONU, mas um reflexo da realidade internacional que na sua maioria reprovou a estratégia de guerra preventiva.

“Infelizmente, o fiasco diplomático quanto ao Iraque causou danos ao sistema internacional que monitora, controla e responde às ameaças de armas de destruição em massa; todo o conceito de desarmamento coercitivo foi desacreditado.” (Rubin, 2003:124). A pergunta que fica é o que acontecerá da

próxima vez que a ONU se deparar com a necessidade de realizar um desarmamento coercitivo. O Irã, a Coréia do Norte e o instável Paquistão representam alguns dos riscos que devem demandar uma participação maior da comunidade internacional. Infelizmente os ataques sistemáticos de Washington e seus aliados contra os inspetores da ONU farão com que seja mais difícil confiar em seus julgamentos no futuro próximo. (Rubin, 2004)

4.2 - ANÁLISE DE DISCURSOS.

O discurso proferido pelo presidente Bush no dia 11 de setembro de 2001 introduziu a primeira menção sobre a guerra contra o terrorismo: “nossos amigos e aliados se uniram com todos que querem a paz e a segurança no mundo, e nós estamos unidos para vencer a guerra contra o terrorismo”. Bush não especifica, no entanto, em que esfera se dará essa guerra contra o terrorismo, mas prometeu vingar os mortos e feridos.

Em seu primeiro discurso em cadeia nacional após os atentados de 11/09, Bush salientou:

A América foi alvo de ataques porque somos a luz que baliza a liberdade e a oportunidade no mundo. E ninguém vai impedir que essa luz continue brilhando.[...] Essa não é, no entanto, apenas uma guerra americana. E o que está em questão não é apenas a liberdade americana. Essa é uma luta da civilização. Essa é uma guerra de todos que acreditam no progresso e no pluralismo, tolerância e liberdade. (Bush, 2001).

No dia 20 de setembro de 2001 o presidente fez um novo discurso onde apresentou ao Congresso dos EUA a posição oficial da Casa Branca. Bush começou sua fala enaltecendo a coragem dos passageiros do vôo United Airlines 93 que, ao que tudo indica, confrontaram os seqüestradores evitando que a quarta aeronave atingisse um alvo em Washington. Bush ressaltou o caráter cosmopolita das vítimas do WTC que no momento dos ataques abrigava pessoas de oitenta nações diferentes – o que confere aos atentados de 11 de setembro um caráter de agressão mundial e não apenas um ataque contra os EUA. Durante seu discurso, o presidente dos Estados Unidos assumiu o compromisso de “levar até à Justiça os responsáveis pelos atos de terrorismo ou levar a justiça aos inimigos” – revelando um caráter

messiânico da nova missão atribuída às forças armadas. Na perspectiva da Casa Branca, “os inimigos da liberdade” cometeram um ato de guerra contra os EUA.

A guerra contra o terrorismo não deve seguir os padrões do século XX como ressaltou o presidente Bush. Ao contrário dos conflitos no Iraque (1991) e na Sérvia (1995), a guerra contra o terrorismo se transformou em um conflito entre civilização e barbárie. “Essa não é, no entanto, apenas uma guerra Americana. O que está em questão não é apenas a liberdade americana. Essa é uma guerra da civilização” (Bush, 2001). A fala exalta a perspectiva de um conflito pautado pela dicotomia entre civilização e barbárie, a luta do bem contra o mal.

O nacionalismo e as ideologias contribuem para nos fazerem encarar as outras nações como sendo ‘más’ e a nossa própria como ‘impecável’. As imagens estereotipadas, de um lado, geram imagens análogas nos outros, agravado, em geral a distorção. E o que é ainda pior, se acreditarmos num estereótipo por tempo suficiente longo, ele poderá transformar-se em realidade, em resultado de pôr em ação o mecanismo da profecia autocumprida. Assim, se uma nação acredita que a outra é a sua implacável inimiga, e reiterar isso muitas vezes, transformando a idéia em diretriz de sua política nacional, acabará tendo razão. (Stoessinger, 1975:578)

Os atentados de 11/09 trouxeram à tona uma nova perspectiva de conflito entre o Ocidente civilizado e o Oriente bárbaro. “Desde o 11 de setembro, todas as grandes potências mundiais se vêem do mesmo lado da grande linha divisória entre as forças do caos e as da ordem” (Rice, 2002:66). O novo conflito nos remete à divisão bipolar da Guerra Fria, só que ao invés do embate entre capitalismo e comunismo ou Ocidente e Oriente o embate agora se dá na esfera da América e seus aliados *versus* o terrorismo internacional. “Cada nação em cada região agora tem que tomar uma decisão: Ou vocês estão conosco ou vocês estão com os terroristas”. (Bush, 2001).

O ultimato dado pelo presidente Bush em setembro de 2001 desenhou um cenário político ainda mais estreito do que o vivenciado durante a Guerra Fria. No sistema bipolar do século XX havia o movimento do Terceiro Mundo, que buscava autonomia diante do conflito entre o Primeiro Mundo, composto pelos EUA e seus aliados, diante do Segundo Mundo, composto pela URSS e seus respectivos aliados. Na nova era do século XXI, o discurso do presidente norte-americano não reconhece a possibilidade de neutralidade na guerra contra o terrorismo.

A radicalização da política externa norte-americana é particularmente grave quando, nas palavras do presidente Bush, enfatiza-se que o país “vai direcionar cada recurso, cada forma de diplomacia, cada ferramenta de inteligência, cada instrumento de manutenção da lei, cada influência financeira, e toda arma de guerra necessária – para destruir e derrotar a rede global de terrorismo”, incluindo armas de destruição em massa como artefatos nucleares.

O uso de armas táticas nucleares foi rejeitado durante toda a Guerra Fria e os sucessivos governos que um dia passaram pela Casa Branca assumiram que os EUA jamais fariam o primeiro ataque com armas nucleares. Ao reconhecer a disposição para empregar tais armas, George W. Bush rompe mais um princípio da diplomacia norte-americana do século XX e inaugura uma nova fase do terror nuclear.

Na análise de Benjamin Barber, o governo dos EUA almejava uma guerra anticonvencional que fez com que a principal ameaça aos EUA não fosse o terrorismo, mas o medo: “o inimigo não é o terrorismo, mas o medo, e, no final das contas, o medo não vencerá o medo.” (Barber, 2005:48). O medo interfere diretamente na razão e afeta negativamente a prática da política, levando as democracias a agir mais pela força das paixões do que pela força da razão.

No decorrer dos dias que sucederam aos atentados contra o World Trade Center, em 2001, o governo norte-americano adotou várias práticas que restringiam as liberdades individuais, pilar da democracia americana, além de discriminar cidadãos americanos por caráter étnico. Prisões arbitrárias privaram suspeitos do direito de defesa e colocaram centenas de pessoas incomunicáveis.

Uma das principais conseqüências do terrorismo internacional é o aumento da xenofobia. A reação da sociedade contemporânea ao medo propagado pelo ato de terror gera a aceitação de medidas inconstitucionais, que discriminam uma parcela da população em função da sua origem étnica ou credo religioso. O Instituto Gallup registrou, no dia 24 de setembro de 2001, que 49% dos norte-americanos eram favoráveis à idéia da imposição de uma identificação especial para árabes nos EUA, incluindo cidadãos americanos de origem árabe. A mesma pergunta foi

realizada quatro anos depois e 46% dos entrevistados sustentaram a opinião de que os árabes deveriam portar uma identificação especial.

A jornalista Naomi Klein e a instituição para os direitos humanos Human Watch registraram os “estragos colaterais” da reação contra o terrorismo nos EUA e no mundo. Naomi Klein enfatizou a falta de uma voz contrária à Guerra do Afeganistão, de onde surgiram - alguns meses depois - várias denúncias de violação contra os direitos humanos. A censura na cobertura da Guerra do Afeganistão em meados de 2002 apenas ressalta o caráter obscuro da guerra contra o terrorismo.

A guerra contra o terrorismo foi endossada por diferentes referências políticas. O porta-voz do papa João Paulo II transmitiu no dia 24 de setembro de 2001: “Às vezes é mais prudente agir do que ficar passivo. Nesse sentido o papa não é pacifista porque é preciso lembrar que, em nome da paz, algumas injustiças horríveis foram cometidas”, assim como em nome da segurança, a comunidade internacional assiste de forma condescendente aos indícios de tortura contra prisioneiros da guerra contra o terrorismo. A autocensura da mídia nos EUA e o silêncio dos movimentos pacifistas norte-americanos - ativos desde a guerra do Vietnã - contra a guerra do Afeganistão em 2001, foram os primeiros indícios da falta de uma voz para questionar os caminhos adotados pelos EUA nessa nova empreitada sem limites. Como bem lembra Reginaldo Nasser, “[...] numa guerra a verdade é a primeira vítima. Não foi apenas o governo dos EUA que implantou um rígido controle sobre as informações, restringindo o acesso ao campo de batalha, mas boa parte da mídia se encarregou de ‘colaborar’ fazendo sua autocensura.” (Nasser, 2002).

4.3 - A OPINIÃO PÚBLICA NORTE-AMERICANA

Já definimos com base nos capítulos anteriores e no trabalho do cientista político John Stoessinger (1975) que *percepção*, em relações internacionais, é a visão cognitiva total que uma nação tem de si própria e das demais nações no mundo. Agora cabe definir como a opinião pública norte-americana interfere na construção da percepção de nação e como reage frente à ameaça do terrorismo.

“Desde a sua fundação, os Estados Unidos se consideram únicos, excepcionais e, portanto, isentos das leis que governam a vida e o destino das outras nações” (Barber, 2005:65). Na matriz histórica do excepcionalismo norte-americano subsistem duas vertentes de política externa, que buscam em última análise a manutenção e a promoção da segurança nacional.

O idealismo americano lida com o sistema internacional orientado pela política doméstica – tentando projetar o mundo à sua própria imagem –, “não porque queira dominá-lo, mas porque acredita que os americanos só poderão se sentir seguros em um mundo semelhante aos Estados Unidos” (Barber, 2005:79). O isolacionismo, por sua vez, remonta a uma tradição ainda mais antiga, onde a América contava inicialmente com o isolamento geográfico e com a força das armas para se manter imune às vicissitudes do mundo exterior.

Segundo John Stoessinger (1975), mesmo antes da Segunda Guerra Mundial os EUA já reuniam todos os grandes atributos de uma nação poderosa, mas representavam um papel secundário nas relações internacionais – por estar a sua liderança comprometida com a política isolacionista. O que mudou após a Segunda Guerra foi a percepção da opinião pública norte-americana diante da ameaça comunista. É a percepção da ameaça que move o imaginário social dos EUA no sentido de projetar sua força política e econômica para conter a difusão da influência soviética.

Durante meio século, os americanos foram orientados pela doutrina do medo e do terror (nuclear). As pessoas armazenavam comida e construíam abrigos nos quintais de casa temendo a Terceira Guerra Mundial deflagrada pelo enfrentamento entre os EUA e a URSS. As crianças realizavam treinamentos contra ataques nucleares escondendo-se debaixo de mesas e carteiras escolares. Nos cinemas, o herói era sempre um americano – ou um espião britânico – combatendo as forças do comunismo. Por décadas a imagem que a opinião pública fez do conflito bipolar moldou um cenário de insegurança controlada.

Quando a Guerra Fria terminou, restaram poucos inimigos para se combater, mas bastaram os atentados de 11 de setembro para ressuscitar o patriotismo

americano. As bandeiras a meio pau em sinal de luto após os atentados terroristas de 2001 se transformaram na principal força de mobilização da nova doutrina de segurança do governo Bush. Embora a ameaça do terrorismo não seja uma preocupação recente para a maioria dos americanos – como se constatou nas análises a seguir –, a questão do terrorismo foi o tema central que conferiu ao presidente Bush o segundo mandato em 2004.

Nesse início de século o terrorismo despertou duas reações distintas na esfera da opinião pública internacional. Na Espanha, ele desencadeou uma mudança na condução da política interna, após sucessivos protestos de rua a três dias das eleições para o cargo de primeiro ministro. Nos EUA, o terrorismo parece ter dado novo fôlego ao governo Bush permitindo que este conduzisse uma política de guerra punitiva contra o Afeganistão em 2002 e uma guerra preventiva contra o Iraque em 2003.

A guerra contra o terrorismo conferiu ao presidente Bush uma reeleição incontestável – ao contrário de 2000 – e coroou com êxito a estratégia do medo e da insegurança. Como afirmou Condoleezza Rice, “vai levar alguns anos até que se entendam os efeitos a longo prazo do dia 11 de setembro” (Rice, 2003:63). No entanto, ao abandonar os princípios idealistas que balizaram a política externa dos EUA por mais de meio século – como a Convenção de Genebra sobre o tratamento dos prisioneiros de guerra, ou desqualificar o sistema ONU –, a nova doutrina de segurança do governo Bush alimenta o sentimento de que os EUA são ainda mais perigosos do que aqueles que hoje são alvo de sua guerra preventiva.

Agora resta saber qual a herança que a atual gestão republicana vai deixar para o seu sucessor. Como o eleitorado americano percebe a questão do terrorismo e as diferenças entre as gestões republicana e democrata na prevenção e no combate do terrorismo?

* * * * *

Na era da informação, as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) transformaram a atenção do público em um produto escasso. Tanto líderes

políticos como grupos dissidentes compreenderam a necessidade de se criar estímulos para captar a atenção da mídia.

No estudo sobre “Mídia e Terror”, Jacques Wainberg menciona pesquisas de cognição humana que revelam uma dificuldade do público em geral, para compreender o contexto e a causa do terrorismo. “De uma forma geral, o noticiário internacional tem pouca popularidade devido à mesma necessidade de intenso processamento de dados (alto custo) e a pouca gratificação resultante (baixo benefício)”. (Weinberg, 2005) À medida que a eficiência comunicacional da violência diminui, os responsáveis pelo terrorismo têm de criar novos fatos que atraiam a atenção da mídia.

O cientista político John Stoessinger utilizou a pesquisa de três autores (Walter Lippmann, Gabriel Almond e Alex Inkeles) para traçar um perfil da opinião pública norte-americana em questões referentes à política externa de seu país. A conclusão de Stoessinger na década de 70 corrobora a análise de Weinberg.

A vasta maioria dos norte-americanos, ao que descobriu Almond, reage aos assuntos da política exterior baseada, em grande parte, em seu próprio estado de humor do momento. Eles tendem a exaurir as próprias energias emocionais e intelectuais na vida privada, e só têm para com a política mundial uma atitude perfunctória. [...] Em resultado disso, o “público maciço” tende a reagir à complexa realidade da política mundial por meio de imagens simplificadas e, não raro, distorcidas. [...] Segue dessas observações que a massa popular é, em certo grau, responsável pelas percepções distorcidas que os norte-americanos têm da política mundial. (Stoessinger, 1975:580).

Stoessinger reconhece porém que as distorções também podem originar-se nas elites e conclui que a distância entre percepção e realidade - na esfera da visão de mundo dos EUA - independe do segmento de classe.

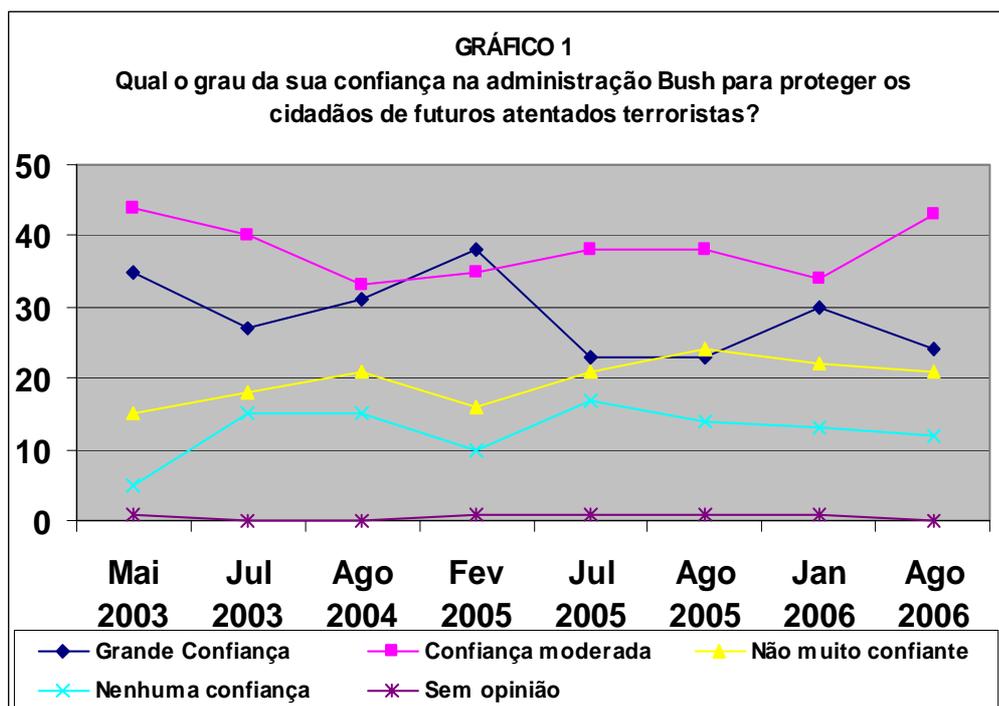
As pesquisas de opinião da Princeton Survey Research Associates, realizadas entre os dias 20 e 21 de setembro de 2001, captaram um importante quadro vivido pela opinião pública norte-americana nos dias que se sucederam aos atentados de 11/09. Aproximadamente 63% dos entrevistados nos EUA responderam afirmativamente à pergunta: “Para controlar o terrorismo no país, você acha que será necessário que as pessoas comuns renunciem a algumas de suas

liberdade civis, ou não?”. Embora possa causar espanto a renúncia voluntária dos cidadãos norte-americanos em face do terrorismo, o fato não se restringe apenas aos eventos pós 11/09. Pesquisas similares nos anos 70 já alertavam para essa tendência de se abdicar das liberdades civis nos EUA em face do terrorismo.

Em 1978 uma pesquisa do Instituto Gallup indicou que 75% dos americanos poderiam considerar justificável um governo restringir as liberdades civis para tentar conter o terrorismo, enquanto apenas 9% dos entrevistados responderam que em hipótese alguma seria justificável restringir tais liberdades. Ainda chama a atenção o fato de 16% dos participantes não opinarem.

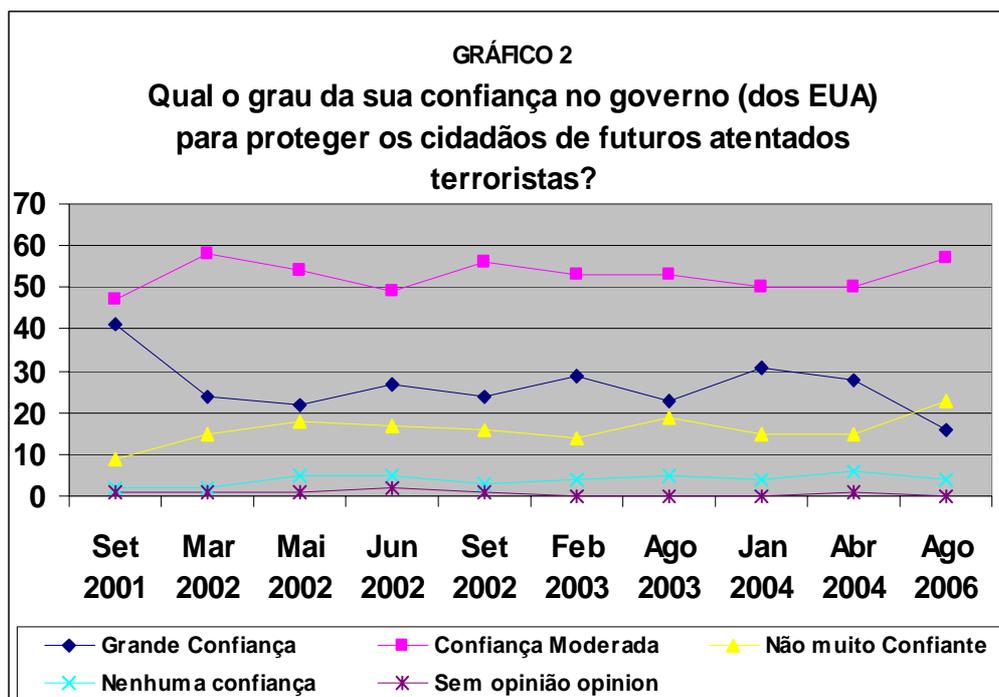
Impressiona como a democracia é frágil diante do medo e como o medo pode ser utilizado por governos para moldar políticas de segurança nacional que restringem os direitos civis. O terrorismo desencadeia na sociedade moderna uma crescente busca por segurança que, em última análise, suprime a liberdade e a democracia. “A pergunta chave que os ataques levantam <11/09>, no entanto, é quanta segurança – isto é, quanta insegurança – será necessária” (Beck, 2002:01).

No espaço de quinze anos é curioso comparar duas pesquisas que captaram a impressão da opinião pública em momentos distintos, diante da ação do governo norte-americano para proteger seus cidadãos da ameaça terrorista. Pesquisa realizada pela Associated Press / Media General, em 1989, afirma que na opinião dos entrevistados 36% consideravam que o governo faz tudo que pode para proteger o cidadão norte-americano contra o terrorismo, enquanto 57% consideram que o governo deveria fazer mais. Em 2004, uma pesquisa realizada pelo Instituto Gallup revelou que 42% dos americanos acreditavam que o governo Bush fez tudo que podia para prevenir os ataques de 11/09, ao passo que 54% dos entrevistados responderam “não, o governo Bush não fez tudo que era possível para prevenir os ataques terroristas de 11/09”. A mesma pesquisa indica que a opinião pública norte-americana considera a gestão Clinton ainda menos comprometida que o governo Bush para prevenir ataques terroristas durante a década de 90. Para apenas 32% dos entrevistados, a gestão Clinton fez tudo que podia para prevenir o terrorismo, enquanto 62% discordam dessa afirmação.



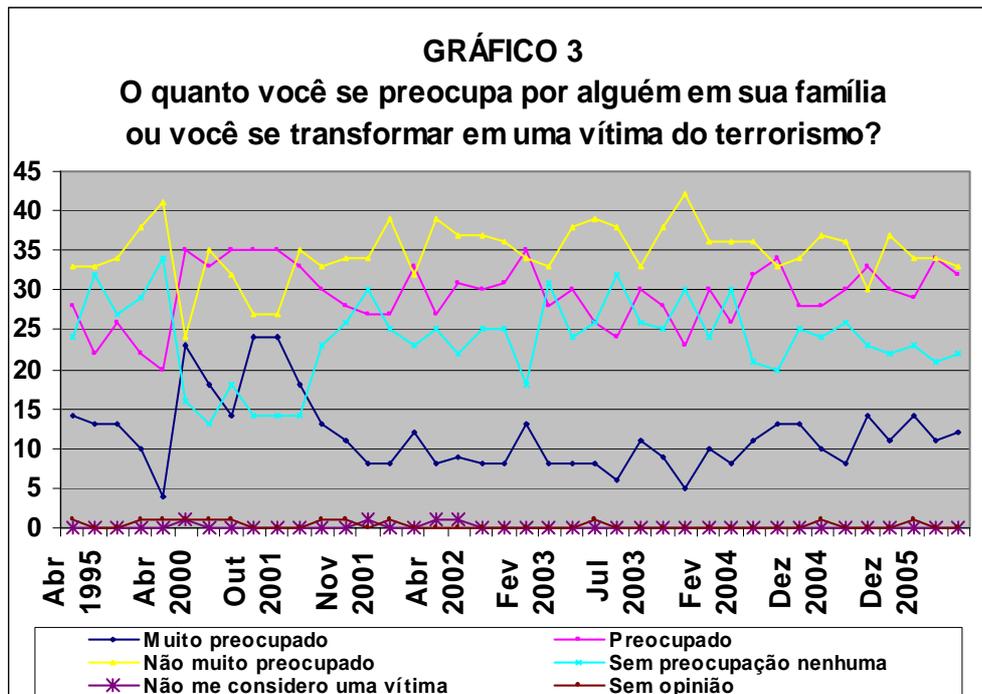
A confiança do cidadão norte-americano no quesito proteção e terrorismo - entre 2003 e 2006 - revela um modesto crescimento da desconfiança em torno da capacidade do governo Bush para proteger a população de futuros atentados. Embora a falta de confiança na gestão Bush tenha dobrado no espaço de três anos, a percepção de “confiança” ou “confiança moderada” mantém um índice próximo de 70% dos entrevistados em meados de 2006 (Gráfico 1).

Se tomarmos como referência um espaço maior de tempo – 2001 a 2006 – é perceptível que após os atentados de 11/09, o índice de “grande confiança” no governo dos EUA despencou pela metade no período de oito meses e se manteve estável até meados de 2006. Embora o índice de “grande confiança” tenha despencado sensivelmente entre setembro de 2001 e março de 2003, mais da metade dos americanos mantém uma “confiança moderada” na capacidade do Estado de proteger seus cidadãos durante o intervalo de seis anos da pesquisa (Gráfico 2).

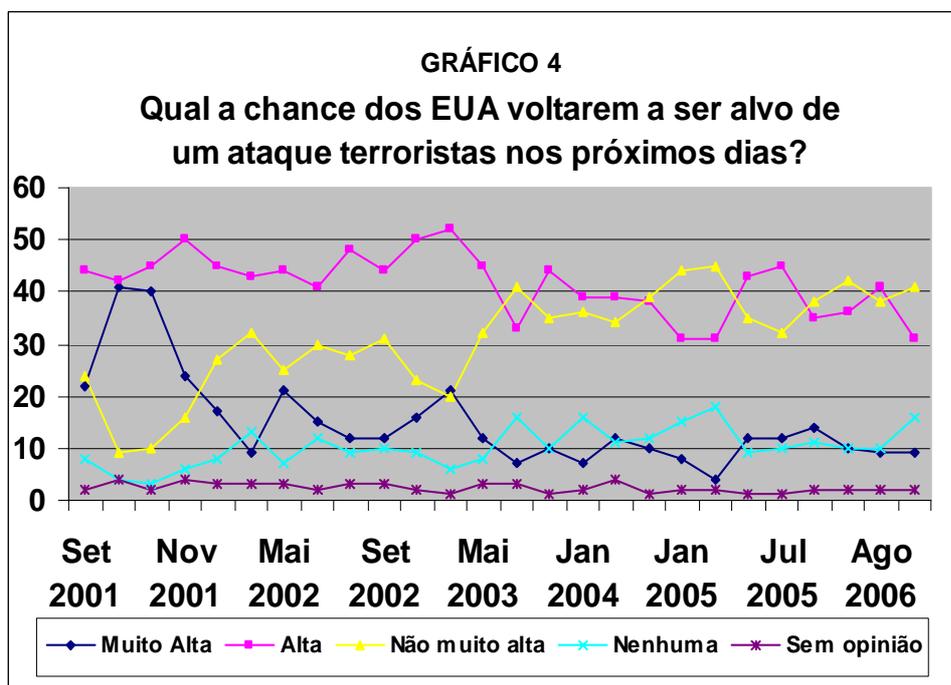


Os atentados de Madri em 2004 e de Londres em 2005 não parecem afetar significativamente a opinião pública dos EUA até 2006. Entre março de 2002 e agosto de 2006 o índice que mede a opinião dos americanos que não estão muito confiantes na capacidade do governo em proteger seus cidadãos ultrapassou a barreira dos 20% apenas uma vez.

Um indicador importante para tentar captar a percepção do cidadão norte-americano diante do medo é a preocupação que este tem de se converter, ou alguém de sua família vir a se converter, em uma vítima o terrorismo. Entre 2000 e 2001 a sensação de ameaça atingiu os maiores índices desde 1995, o que indica um agravamento na preocupação do cidadão americano para com o terrorismo (Gráfico 3). Curiosamente, na segunda metade da década de 90 esse índice era decrescente, mesmo após os atentados contra as embaixadas norte-americanas do Quênia e da Tanzânia em 1998. Apenas o ataque suicida contra o USS Cole no porto de Aden em 12 de outubro de 2000 pode explicar esse súbito aumento da preocupação para com o terrorismo.



Entre 2001 e 2002, as expectativas de um ataque terrorista eminente diminuíram com a Guerra do Afeganistão. Era como se as imagens dos soldados americanos combatendo tropas afegãs transmitissem algum tipo de segurança para a América. A percepção de que os EUA poderiam voltar a ser alvo de um novo ataque terrorista sempre foi muito alta entre os americanos, e em meados de 2006 aproximadamente 40% dos americanos ainda acreditava na alta ou muito alta probabilidade de novos ataques terroristas (Gráfico 4). Nada que se compare a sensação de medo em novembro de 2001, quando mais de 80% dos americanos consideravam alta ou muita alta as chances dos EUA voltarem a ser alvo de um novo ataque terrorista.



O ataque preventivo defendido pela Casa Branca como imperativo para a segurança da nação se baseava em falsas informações que atestavam a capacidade do Iraque para construir armas de destruição em massa. O presidente George Bush, o vice-presidente Dick Cheney, o secretário de defesa Donald Rumsfeld e a assessora de segurança nacional Condoleezza Rice alegaram que o regime de Saddam Hussein mantinha estreitas relações com a rede terrorista al Qaeda. E se o Iraque era capaz de produzir armas de destruição em massa, então a al Qaeda era capaz de empregar essas armas contra os EUA, o que corroborava a justificativa para a necessidade de intervenção armada defendida pela Casa Branca. A conclusão mais óbvia é que, se não fosse pelos atentados de 11 de setembro, os EUA dificilmente reuniriam apoio interno para atacar o Iraque em 2003. Imbuídos das imagens de horror dos ataques contra o World Trade Center, os EUA assumiu a vertente mais radical do conservadorismo norte-americano e estabeleceram a seguinte retórica: “O conflito começou no tempo e nos termos determinados por outros. E irá terminar do modo e na hora de nossa escolha” (Bush, 2003:84).

Enquanto perdurar a percepção do risco que decorre da ameaça do terrorismo internacional, a opinião pública dos EUA deve apoiar a atual doutrina de guerra preventiva. Por outro lado, na medida em que surgirem mais constatações de abusos contra os direitos humanos cometidos por soldados americanos no Iraque, como Abu Ghraib, e quanto maior for a percepção de que a libertação do Iraque se transformou em uma guerra civil, onde morrem mais soldados americanos todos os dias do que durante a invasão de 2003, maior será a chance de uma guinada na política externa norte-americana.

Aos poucos a sociedade norte-americana deve constatar que o mundo pós 11 de setembro não se tornou mais seguro do que era antes da Guerra do Afeganistão ou da ocupação no Iraque. O sacrifício da liberdade no altar da segurança deve perder parte do seu encanto revelando uma América muito mais heterogênea e dividida. O medo e a insegurança que derivam do terrorismo não são suficientemente fortes para manter a atenção da opinião pública por um período indefinido – e nesse momento podemos arriscar dizer que a ameaça do terrorismo tende a decrescer se nenhum novo atentado espetacular for registrado. Isso não

significa que os atentados de 11 de setembro vão simplesmente cair no esquecimento. Seus efeitos ainda serão sentidos por muitos anos em função dos desdobramentos da atual doutrina de segurança dos EUA no Afeganistão e Iraque. A violência e a incidência do terrorismo internacional pode até decair após alguns anos, mas certamente as violações do direito internacional e principalmente dos direitos humanos ainda vão reverberar contra os EUA cobrando um alto preço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A idéia de segurança no mundo pós 11 de setembro é um mito. Mesmo antes dos aviões colidirem com o World Trade Center, a segurança dos EUA já havia sido comprometida, em parte pela diminuição do espaço de ação soberana do Estado moderno no processo de globalização, em parte devido a política externa norte-americana ao longo das últimas décadas da Guerra Fria.

Durante meio século os Estados Unidos, orientados pelos mais altos princípios de segurança e donos de um raro sentimento de excepcionalismo político, fomentaram golpes militares, apoiaram governos tirânicos e financiaram radicais islâmicos para consolidar uma hegemonia política e econômica ao redor do globo. Nos últimos anos, também incorporaram oficialmente a prática da tortura sob o discurso da preservação da segurança, o que deve produzir novos focos de terrorismo a médio e longo prazo.

No mundo todo, mas especialmente no Norte da África, Oriente Médio e na Ásia Central, o serviço secreto dos EUA (CIA) confabulou com outros Estados. Em algum momento do nosso século se tornou comum a compreensão de que os homens uniformizados devem ser mais temidos (Bauman, 1998: 28). Os uniformes são símbolos dos servidores do Estado que conferem poder ao torturador – instruído a torturar e humilhar, e antecipadamente, absolvido de toda culpa. Foi da tortura nas prisões do Egito e da radicalização dos embates políticos no Oriente Médio que nasceu a Sociedade dos Irmãos Muçulmanos – e mais tarde a rede al Qaeda (Wright, 2007).

Os Estados sempre definiram o padrão de ordem das relações internacionais e instituíram os *estranhos* como aqueles que transgridem os limites impostos pela sociedade (Bauman, 1998). Nesse início de século os *novos estranhos* assumiram um papel de destaque no cenário político, transformando os riscos em mal-estar, e o mal-estar em um ato de auto-reflexão. “Quién ha sido?” ou “Why they hate us?” Essas perguntas marcam uma tímida, mas importante manifestação da subpolítica no contexto da política internacional. Os Estados continuam sendo os principais atores das relações internacionais, mas não estão

sozinhos nesse jogo. Cada vez mais os indivíduos isolados, ou em grupos, podem reunir forças para dinamitar a ordem vigente e mudar o rumo da política.

O que os atentados de 11 de setembro fizeram foi acentuar o descontrole do mundo contemporâneo, ampliando o raio de ação da violência anteriormente circunscrita ao Oriente. A al Qaeda exportou o medo da morte violenta para a América e atraiu os EUA para uma armadilha (Scheuer, 2005). Ao levarem a cabo a ocupação militar do Afeganistão (2002) e Iraque (2003), a política americana está ajudando a completar a radicalização do mundo islâmico – algo que Osama bin Laden tem tentado fazer nos últimos anos. O ímpeto para a guerra nos EUA é o único aliado indispensável nos planos de Bin Laden.

Tão grave quanto à propensão para atacar primeiro e fazer as perguntas certas depois, a política externa unilateral dos EUA permanece ignorando a interdependência e o princípio de cooperação nas relações internacionais, o que expõe a sua maior fraqueza. Ao dividir a Europa e desmerecer o sistema ONU, os EUA mostraram a dificuldade que a gestão Bush tem para construir consensos e formar coalizões. Os Estados Unidos detêm o poder de fato, mas não o poder moral – imprescindível para uma atuação hegemônica. Por poder nas relações internacionais entende-se a capacidade que uma nação tem de usar seus recursos tangíveis e intangíveis de forma a afetar o comportamento dos outros. (Stoessinger, 1975)

* * * * *

Quando o medo se sobrepõe ao estado de direito, anulando a capacidade de auto-reflexão da sociedade de risco, abre-se um perigoso precedente para a tomada de decisões sobre a ótica exclusiva dos especialistas em segurança. O problema é que os especialistas em segurança não são, em geral, especialistas em direitos humanos, em cultura árabe, em religião, em sociologia ou antropologia – entre todas as outras especialidades necessárias para se ter uma visão do todo e não uma visão parcial do quadro geral.

Tal como a globalização, os teatros sociais cada vez mais estreitos e o caráter público dos riscos comprovam a força da interdependência, que não é apenas de natureza econômica, mas também política e militar. A cada novo sacrifício das liberdades individuais aumenta a sensação de insegurança na sociedade de risco. Eis o mal-estar no mundo pós 11 de setembro: quanto maior o medo, menor a sensação de segurança e quanto maior a insegurança, menor a liberdade dos indivíduos.

Os riscos são inerentes a todas as formas de sociedade e fazem parte do nosso dia-a-dia, assim como a indeterminação dos riscos também faz parte da essência do terror. Porém não é o terrorismo o principal responsável pela restrição das liberdades individuais, se não os próprios indivíduos. Os indivíduos modernos só são soberanos em aparência, e se em épocas determinadas eles exercem essa soberania, é sempre para abdicar a ela delegando a condução da vida política aos políticos profissionais. Dessa forma dirigimos nosso olhar para um problema inquietante: pode a democracia sobreviver ao terrorismo e – emendando a pergunta inicial dessa investigação – pode o terrorismo provocar a desestabilização de regimes políticos e alterar os rumos das relações internacionais nesse início de século?

Embora os EUA tenham lançado uma ampla guerra contra o terrorismo, que resultou (sem maiores questionamentos) na ocupação do Afeganistão um ano após os atentados de 11 de setembro de 2001, a comunidade internacional passou a questionar a doutrina de segurança e o exercício arbitrário da força contra o Iraque em meados de 2003. Para os neoconservadores como Robert Kagan (2004) o enfrentamento em torno da questão do Iraque era um embate entre o realismo americano e o idealismo europeu, mas como preconizou Habermas (2006) a disputa na realidade se deu dentro do próprio EUA. O conflito entre “águias” e “corujas” foi constante no correr dos últimos anos, como bem observou Benjamin Barber. “As águias são unilateralistas porque sua cólera farisaica se radica na tradição do excepcionalismo americano.” (Barber, 2005:58) Já as corujas buscam a diplomacia e a cooperação, “percebem o quanto o medo pode influenciar os homens e sabem que

ele pode ser usado tanto por terroristas quanto por Estados legítimos.” (Barber, 2005:59)

As águias nos EUA tentaram impor a Pax Americana através da guerra preventiva para liquidar uma antiga ditadura no Iraque, mas com isso podem ter substituído um regime laico – sob controle – por um governo islâmico instável e com o agravante de uma guerra civil. Se hoje o Iraque é um celeiro de insurgentes e terroristas fundamentalistas, isso se deve principalmente a intervenção norte-americana.

A Guerra do Iraque em 2003 foi justificada pelo temor de que o Iraque mantinha a produção de armas de destruição em massa e financiava grupos terroristas – fatos jamais comprovados. A multiplicação de ataques terroristas após a ocupação do Iraque em agosto de 2003 causou a morte de vinte e um membros da ONU em Bagdá. Entre os mortos estava o alto comissário para os Direitos Humanos, Sérgio Vieira de Mello. Como preconizou o ex-presidente Kennedy:

“Somente armas, porém, não bastam para manter a paz; ela deve ser mantida por homens. Nosso instrumento e nossa esperança são as Organizações das Nações Unidas, e vejo pouco mérito na impaciência daqueles que ameaçam abandonar esse instrumento mundial por não gostarem do nosso mundo imperfeito. Pois as dificuldades do próprio mundo refletem simplesmente as dificuldades do próprio mundo imperfeito e se a organização enfraquecer, essas dificuldades só podem aumentar” (John F. Kennedy, 2º Discurso a Nação, 11 de janeiro de 1962).

O sucesso do terror consiste justamente na difusão do medo que paralisa e torna insuportável a vida dos homens em sociedade. Nesse contexto não há espaço para a participação política, pois a liberdade é limitada e restrita; não há espaço para a produção e o comércio, pois a economia não prospera em tempos de grande desconfiança; seguramente não há inovação tecnológica nem ampliação da base industrial que depende do livre pensar – um produto cada vez mais escasso em períodos de grande tensão e insegurança. Enfim, a vida do homem se torna pobre, embrutecida e curta.

O terrorismo é incapaz de sozinho provocar a desestabilização de regimes políticos estáveis, mas pode facilmente detonar uma crise em regimes políticos instáveis. A verdade é que se os terroristas florescem em regimes instáveis, eles também se dão bem, e são até mais difíceis de localizar, em sociedades abertas (Barber, 2004:141). Segundo o pesquisador Marc Sageman (2004) que estudou o histórico de 165 terroristas da Jihad Global, 70% dos terroristas analisados se uniram à Jihad fora do seu país de origem. Na sua maioria eram expatriados – estudantes, trabalhadores, refugiados, guerreiros (da antiga jihad contra os soviéticos) vivendo longe de casa e separados de sua cultura e origem social. Apenas 10% dos terroristas provinham da segunda geração de imigrantes vivendo na França, Inglaterra e EUA.

Os atuais terroristas fundamentalistas do século XXI são os *novos estranhos* perdidos entre dois mundos, que tentam encontrar na religião um porto seguro e uma identidade em comum que possa ser partilhada por outros *estranhos*. O terrorismo é uma expressão do mal-estar na civilização, uma frustração e um ressentimento contra o Estado e a sociedade de risco.

Nesse início de século o terror ajudou a desenhar dois caminhos distintos para as eleições democráticas na Europa e na América do Norte no ano de 2004. No primeiro caso, o terrorismo despertou a subpolítica das massas desbancando o partido da situação e redefinindo os rumos da política externa espanhola. No segundo caso, o terrorismo ajudou a ratificar a opção pelo partido da situação – transformando a baixa legitimidade do presidente Bush em um amplo consenso nacional em torno da estratégia de segurança neoconservadora do partido republicano.

A presente pesquisa se encarregou de criar mais dúvidas do que respostas. Por exemplo, não é possível concluir como ou quando a guerra contra o terrorismo vai acabar, mas é possível projetar algumas das suas conseqüências no cenário atual. Ao enfraquecer o sistema ONU os EUA estão reduzindo as suas próprias chances de conter a expansão dos riscos e ampliando drasticamente a indeterminação das novas ameaças. Assim como a Guerra do Afeganistão na

década de 80 ajudou a criar o mito em torno da liderança de Osama bin Laden e a Guerra do Iraque na década de 90 ajudou a redefinir as políticas de alianças entre os radicais islâmicos e os EUA, os atentados de 11 de setembro e a Guerra do Iraque em 2003 estão criando novos mitos e transformando as políticas de aliança no século XXI. Certamente muito ainda precisa ser estudado sobre os rumos adotados pelos EUA no mundo pós 11 de setembro, assim como, qual o futuro dos regimes instáveis diante da ameaça terrorista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBRIGHT, Madeleine (2003). Pontes, bombas ou tumulto? *in Política Externa Vol12, No 3*, Tradução de Paula Zimbres, São Paulo, Paz e Terra.

ALVES, José Augusto Lindgren (2004). Fragmentação ou recuperação *in Política Externa vol.13, número 2*, São Paulo, Paz e Terra.

AMORIM, Celso (2003). Multilateralismo acessório *in Política Externa vol.11, número 3*, São Paulo, Paz e Terra.

BARBER, Benjamin (2005). *O Império do Medo*. Tradução de Renato Bittencourt, Rio de Janeiro, Editora Record.

BAUMAN, Zygmunt (1998). *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*, Tradução Mauro Gama e Cláudia M. Gama, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora.

BAUMAN, Zygmunt (2003). *Comunidade. A busca da segurança no mundo atual*. Tradução de Plínio Dentzien, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora

BECK, Ulrich (2002). *O Estado Cosmopolita. Para uma utopia realista*. Tradução Adriana Bebianno, artigo publicado originalmente no Der Spiegel (2001) www.eurozine.com

BECK, Ulrich & GIDDENS, Anthony & LASH, Scott (1997). *Modernização Reflexiva*. Tradução de Magda Lopes, São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista

BEARDEN, Milt & RISEN, James (2005) *O Grande Inimigo*. Tradução de S. Duarte, Rio de Janeiro, Editora Objetiva.

BOBBIO, Norberto; BONANATE, Luigi; GIANFRANCO, Pasquino; MATTEUCCI, Nicola; STOPPINO, Mario (2000). *Dicionário de Política*. Tradução Carmen C. Varrialle, Gaetano Lo Mònaco, João Ferreira, Luis Guerreiro Pinto e Cascais e Renzo Dini, 5ª edição, Brasília, Editora Universidade de Brasília.

BONANATE, Luigi (2000). "Terrorismo Político". *Dicionário de Política Vol. 2*, 5ª edição, tradução Carmen C. Varrialle, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Caçais e Renzo Dini, editora UnB e Imprensa Oficial.

BONANATE, Luigi (2001). *A Guerra*. Tradução Maria Tereza Buonafina e Afonso Texeira Filho, São Paulo, Editora Estação Liberdade.

BRANT, Leonardo N. C. & LASMAR, Jorge M. (2004). O Direito Internacional e o Terrorismo Internacional: Novos Desafios à Construção da Paz *in Paz e Terrorismo*. Organização de Clóvis Brigagão e Domício Proença Jr., São Paulo, Editora Hucitec.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2003). O gigante fora do tempo: A guerra do Iraque e o sistema global *in Política Externa vol.12, número 1*, São Paulo, Paz e Terra.

BUSH, George W. (2003). A Estratégia de Segurança Nacional dos EUA *in Política Externa vol.11, número 3*, Tradução de Marco Antônio C. Martins Ferreira, São Paulo, Paz e Terra.

CASTELLS, Manuel (1999). *A Sociedade em Rede*. Tradução Roneide Venâncio Manjer com colaboração de Klauss Brandini Gerhardt, São Paulo, Editora Paz e Terra.

CASTELLS, Manuel (2002). *O Poder da Identidade*. 3ª Edição, Tradução Klauss Brandini Gerhardt, São Paulo, Paz e Terra.

CASTELLS, Manuel (1998). *Hacia el Estado red? Globalización econômica e instituciones políticas em la era de la información*. Seminário "Sociedad y reforma del estado". São Paulo.

CARR, Caleb (2002). *A Assustadora História do Terrorismo*. Tradução Mauro Silva, Rio de Janeiro, Editora Ediouro.

CHAUI, Marilena (2004). Fundamentalismo Religioso: a questão do poder teológico-político *in Civilização e Barbárie*. Organização de Adauto Novaes, São Paulo, Companhia das Letras.

CONSTANT, Benjamin (1985). Da liberdade dos antigos comparada a dos modernos (1818), *in Filosofia política 2*, Porto Alegre, L&PM/UNICAMP/UFRS.

COOLSAET, Rik (2004). *O Terrorismo anarquista e o Jihad*. Tradução de Teresa Van Acker, artigo publicado no Le Monde Diplomatique, <http://diplo.uol.com.br/2004-09,a979>

DAGENSZAJN, André Raichelis (2006). *Terrorismos e Terroristas*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, área de concentração em Relações Internacionais, PUC-SP, São Paulo.

DANNER, Mark (2004). A lógica da tortura *in Política Externa Vol13, No2*, Tradução de Paula Zimbres, São Paulo, Paz e Terra.

DERRIDA, Jacques (2003). *A Razão do mais forte*. Tradução de Iraci D. Poleti, artigo publicado no Le Monde Diplomatique, <http://diplo.uol.com.br/2003-01,a527> .

DI CROPANI, Elizabeth (1978) *Gustave Courbet*. Editora Editorial Elizabeth Di Cropani, 1ª Edição, São Paulo, Abril S.A. Cultura e Industrial.

DINIZ, Eugenio (2004) Compreendendo o Fenômeno do Terrorismo: Novos Desafios à Construção da Paz *in Paz e Terrorismo*, São Paulo, Editora Hucitec.

DUPAS, Gilberto (2003). *A nova doutrina de segurança internacional dos Estados Unidos e os impasses na governabilidade global*. In Os Impasses da Globalização (vol.1), Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio.

DUPAS, Gilberto (2003). Fundamentos, contradições e conseqüências hegemônicas *in Política Externa vol.11, número 3*, São Paulo, Paz e Terra.

DURKHEIM, Émile (1978). *O Suicídio in Os Pensadores*, Tradução de Luz Cary, Margarida Garrido e J. Vasconcelos Esteves, São Paulo, Abril Cultural.

FAUSTO, Boris (2003). Hegemonia: consenso e coersão *in Política Externa vol.11, número 3*, São Paulo, Paz e Terra.

FIUZA, Bruno & MANO, Maia K. (2007). Robert Fisk, o homem que ousou perguntar “por quê?” *in História Viva*, edição 49.

FREUD, Sigmund (1974). *O Mal-Estar na Civilização*. Tradução José Octávio de Aguiar Abreu, Rio de Janeiro, Imago Editora Ltda.

FRIEDMAN, Thomas L. (2005). *O Mundo é Plano*. Tradução de Cristina Serra e S. Duarte, Rio de Janeiro, Editora Objetiva.

GIDDENS, Anthony (2005). *Mundo em Descontrole*. Tradução de Maria Luiza x. De A. Borges, Rio de Janeiro, editora Record.

GONRALBO, Fernando Escalante (1991). *La política del terror*. México, Fondo de Cultura Econômico.

GORENDER, Jacob (2003). *Combate nas Trevas*, 6ª edição, 2ª reimpressão, São Paulo, Editora Ática.

HABERMAS, Jürgen (2001). *A Constelação Pós-Nacional*, Tradução Márcio Seligmann-Silva, São Paulo, Littera Mundi.

HABERMAS, Jürgen (2006). *O Ocidente Dividido*, Tradução Luciana Villas Boas, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

HALLIDAY, Fred (2004). Terrorism in historical perspective, Open Democracy, <http://www.opendemocracy.net/node/1865>

HATZFELD, Jean (2005). *Uma temporada de facções*. Tradução Rosa Freire d’Aguiar, São Paulo, Companhia das Letras.

HOBBS, Thomas (2004). *Leviatã*. Tradução Alex Marins, São Paulo, série Ouro, coleção Obras Primas, Editora Martin Claret.

HOBBS, Eric J. (2001). *A Era das Revoluções*. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel, 15ª edição, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

HOBBS, Eric J. (1995). *A Era dos Extremos*. Tradução de Marcos Santarrita, 1ª reimpressão, São Paulo, Editora Companhia das Letras.

HOURANI, Albert (1994). *Uma História dos Povos Árabes*. Tradução de Marcos Santarrita, 2ª edição, São Paulo, Editora Companhia das Letras.

HUNTINGTON, Samuel P. (1997). *O Choque de Civilizações*. Tradução M. H. C. Côrtes, Rio de Janeiro, Editora Objetiva.

IKENBERRY, G. Jonh (2003) A ambição imperial *in Política Externa vol.11, número 3*, Tradução de Klauss Brandini Gerhardt, São Paulo, Paz e Terra.

KAGAN, Robert (2003). *Do Paraíso e do Poder*. Tradução de Jussara Simões, Rio de Janeiro, Editora Rocco.

LAFER, Celso (2002). O mundo pós-11 de setembro *in Política Externa vol.11, número 2*, São Paulo, Paz e Terra.

LAPHAM, Lewis H. (2002). Inocentes estrangeiros *in Política Externa vol.11, número 2*, Tradução de Paulo de Queiroz Carvalho Zimbres, São Paulo, Paz e Terra.

LAQUEUR, Walter (2007). *Os últimos dias da Europa. Epitáfio para um velho continente*. Tradução André Pereira da Costa, Rio de Janeiro, Odisséia Editora.

LEWIS, Bernard (2004). *A Crise do Islã*. Tradução Maria Lucia de Oliveira, Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar.

LINS DA SILVA, Carlos E. (2004). Contradições na cobertura jornalística americana no Iraque *in Política Externa vol.12, número 3*, São Paulo, Paz e Terra.

LINS DA SILVA, Carlos E. (2003). Doutrina Bush foi gerada há dez anos *in Política Externa vol.11, número 3*, São Paulo, Paz e Terra.

MADISON, James; HAMILTON, Alexander e JAY, John (1993). *Os artigos federalistas (1787-1788)*, Tradução de Maria L. X. de A. Borges, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

MARTINS, Luciano (2003). O fundamentalismo de Bush e a ordem mundial *in Política Externa vol.12, número 1*, São Paulo, Paz e Terra.

NASSER, Reginaldo (2002) *O Império em ruínas*. Apropuc – revista N15 – www.apropucsp.org.br

NYE, Joseph S. & KEOHANE, Robert O. (2000). *Power and Interdependence*. 3ª edição, USA, Longman.

NOGUEIRA, Marco Aurélio (2001) *Em defesa da política*. São Paulo, Editora Senac São Paulo.

NOGUEIRA, Marco Aurélio (2007) *Bem mais que pós-moderno: poder, sociedade civil e democracia na modernidade periférica radicalizada*. Ciências Sociais Unisinos, Vol. 43, No1, pg 45 a 46.

PAPE, Robert (2003) *The Strategic Logic of Suicide Terrorism*. American Political Science Review, Vol 93, No 3, Agosto de 2003.

PASSETTI, Edson & OLIVEIRA, Salete (Orgs.) (2006). *Terrorismos*. São Paulo, Editora PUC-SP.

RICE, Condoleezza (2003). Consciência da vulnerabilidade inspirou doutrina *in Política Externa vol.11, número 3*, Tradução de Irene Hirsch, São Paulo, Paz e Terra.

ROSENAU, James N. (1990). *Turbulence in World Politics*, New Jersey, Princeton University Press.

ROUANET, Sergio Paulo (2005). Fé e suspeita em Freud, Caderno Mais, pág 06, 30 de outubro de 2005, Folha de São Paulo.

ROUDINESCO, Elisabeth e PLON, Michel (1998). *Dicionário de Psicanálise*, Tradução Vera Ribeiro, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora.

RUBIN, James (2004). Tropeçando na guerra *in Política Externa vol.12, número 3*, Tradução de Paula Zimbres, São Paulo, Paz e Terra.

RUMSFELD, Donald H. (2002). Transformando as forças armadas *in Política Externa vol.11, número 2*, Tradução de Paulo de Queiroz Carvalho Zimbres, São Paulo, Paz e Terra.

SAGEMAN, Marc (2004). *Understanding Terror Networks*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press.

SAID, Edward W. (2007). *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, Tradução Rosaura Eichenberg.

SCHEUER, Michael (2005). *Orgulho Imperial*. Tradução Miguel Matta, 1ª Edição, Portugal, Lisboa, Editora Silabo.

SPENCER, Alexander (2006) *Questioning the Concept of 'New Terrorism'*. Peace Conflict & Development, Issue 8, Janeiro de 2006.

STOESSINGER, John G. (1975). *O Poder das Nações*. Tradução de Jamir Martins, São Paulo, Editora Cultrix.

TOCQUEVILLE, Aléxis de (1977). *A Democracia na América*. (1835-40) São Paulo, Edusp.

TOWNSHED, Charles (2006) *O Terrorismo*, Tradução Carla Hilário Quevedo, Portugal, Editora Quasi.

WAINBERG, Jacques A. (2005). *Mídia e Terror*, São Paulo, Editora Paulus.

WEBER, Max (1971). *Ensaio de Sociologia*. 2ª Edição, Organização H.H. Gerth e C. Wright Mills, Tradução de Waltensir Dutra, Rio de Janeiro, Zahar.

WEBER, Max (2004). *Economia e Sociedade*, Volume 1, Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, São Paulo, Editora UNB e Imprensa Oficial.

WRIGHT, Lawrence (2007). *O Vulto das Torres*, Tradução Ivo Korytowski, São Paulo, Companhia das Letras.

VASCONCELOS, Álvaro (2003). A crise europeia e a ordem mundial *in Política Externa vol.12, número 1*, São Paulo, Paz e Terra.

VIOTTI, Paul R. e KAUPPI, Mark V (1993). *International Relations Theory*, Nova Iorque, Mcmillan; "Alternative Images" pg.5-13

SITES:

CNN

<http://edition.cnn.com/>

Defend América

<http://www.defendamerica.mil/wot.html>

Eurozine

<http://www.eurozine.com>

Folha de São Paulo

www.folha.com.br

The Gallup Poll

<http://www.galluppoll.com/>

Johnston's Archive

<http://www.johnstonsarchive.net/>

Le Monde Diplomatique

<http://diplo.uol.com.br/>

Memorial Institute for the Prevention of Terrorism

<http://www.mipt.org/>

MIPT Terrorism Knowledge Base

<http://www.tkb.org/>

New American Century

<http://www.newamericancentury.org>

The Pew Research Center

<http://people-press.org/>

United Nations

<http://www.un.org>

UN Actions Counter Terrorism

<http://www.un.org/terrorism>

Usinfo.state.gov

<http://usinfo.state.gov>

The White House

<http://www.whitehouse.gov>

Wikipedia

<http://www.wikipedia.org>

Zogby International

<http://www.zogby.com>

DOCUMENTÁRIOS:

- CHOMSKY, Noam (2002). *Distorted Morality. A War on terrorism?* Uma palestra na Harvard University John F. Kennedy School of Government. Produzido por Martin Voelker, Silent Films.
- MOORE, Michael (2004) *Fahrenheit 9/11*. Direção Michael Moore, Europa Films.
- *4 días de Marzo* (2005). Direção El Cuadrado
- *One day in September* (1999). Direção Kevin Macdonald